



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Reuniões de Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATA**



ATAS

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/11/2016

Às 16h44min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Felipe Attiê, Antônio Lerin e Isauro Calais (substituindo o deputado Fábio Avelar Oliveira, por indicação da liderança do Bloco Minas Melhor), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A requerimento do relator Felipe Attiê, o Projeto de Lei nº 1.030/2015, no 1º turno, é convertido em diligência ao secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 2.585/2015 (relator: deputado Felipe Attiê), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.659, 5.725 e 5.726/2016. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.557/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido e arquivado, nos termos do art. 180, IV, do Regimento Interno, o Requerimento nº 7.323/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada visita ao Expominas, em Belo Horizonte, para participar da Campus Party, que ocorrerá entre os dias 9 e 13/11/2016. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.296/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre organograma de projeto a ser executado no Município de Jacutinga;



nº 7.297/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Yvan Muls, diretor executivo do jornal *Diário do Comércio*, pela grande cobertura e divulgação de matérias sobre *startups*, assunto de grande relevância para o desenvolvimento econômico nacional, e também pelos 84 anos de existência do referido jornal;

nº 7.298/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja formulado voto de congratulações com o portal *Uai* pela grande cobertura e divulgação de matérias sobre *startups* no blog *Big Ideia*, assunto de grande relevância para o desenvolvimento econômico nacional;

nº 7.299/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre o motivo para a falta de energia elétrica no Distrito de Luizlândia de Minas, no Município de João Pinheiro, que ficou três dias sem luz elétrica neste mês de novembro, e sobre as providências relacionadas a esse fato;

nº 7.300/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a nova legislação que regulamenta a atuação dos microempreendedores individuais – MEI –, estabelecendo normas sobre a atividade dos trabalhadores rurais em várias categorias;

nº 7.301/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater o que vem sendo feito pelo governo do Estado para fomentar o setor cafeeiro e a atual situação do Fundo Estadual do Café – Fecafé;

nº 7.302/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater as grandes contribuições e os benefícios que as inovações tecnológicas trouxeram para a produção na agroindústria;

nº 7.304/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Minas e Energia para debater o incentivo e o apoio ao uso de energia solar fotovoltaica como fonte de energia renovável e boa alternativa às fontes convencionais;

nº 7.305/2016, dos deputados Antônio Carlos Arantes e Bosco, em que requerem sejam encaminhadas à Aneel as notas taquigráficas da 19ª Reunião Ordinária, realizada em 16/11/2016, acompanhadas de cópia dos documentos e vídeo da TV Assembleia, para dar ciência da situação problemática que os cidadãos de João Pinheiro, Brasilândia de Minas e Dom Bosco estão passando com relação à falta de energia elétrica;

nº 7.308/2016, dos deputados Antônio Carlos Arantes e Bosco, em que requerem sejam encaminhados ao Ministério Público de Minas Gerais as notas taquigráficas da 19ª Reunião Ordinária, realizada em 16/11/2016, acompanhadas de cópias dos documentos nela apresentados, e pedido de providências para apurar as denúncias contra as empresas Assolar Energy e Solar Distribuição e Transmissão S.A.;

nº 7.309/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com as Sras. Carolina Gilberti Chaves, Caroline de Cássia Neves, Elisa Barbosa Vidigal, Fabiana Bontempo, Elziane Campos, Flávia Vilela, Mariléia Evaristo, Maise Góis, Patrícia Martins, Natália Cotosck, Paula Moreira Dias, Virgínia Alfenas e Raquel Costa, por terem sido escolhidas pelo Conselho da Mulher Empreendedora – CME – e pela Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais – ACMinas – como as novas líderes de mercado;

nº 7.310/2016, dos deputados Antônio Carlos Arantes e Bosco, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre a situação em que se encontram os contratos que a referida empresa detém junto à Assolar Energy e a situação de adimplemento dessa empreiteira com os prestadores de serviços em todas as obras e contratos em vigor com a Cemig;

nº 7.313/2016, dos deputados Antônio Carlos Arantes e Bosco, em que requerem seja encaminhado à Cemig pedido de providências para agilizar o início da prestação de serviço da nova empresa contratada para manutenção nos Municípios de João Pinheiro, Brasilândia de Minas e Dom Bosco e nos demais municípios dessa microrregião;

nº 7.314/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada reunião com convidados para entregar o voto de congratulações concedido às Sras. Carolina Gilberti Chaves, Caroline de Cássia Neves, Elisa Barbosa Vidigal, Fabiana Bontempo, Elziane Campos, Flávia Vilela, Mariléia Evaristo, Maíse Góis, Patrícia Martins, Natália Cotosck, Paula Moreira Dias, Virgínia Alfenas e Raquel Costa, escolhidas como novas líderes de mercado pelo Conselho da Mulher Empreendedora – CME – e pela Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais – ACMinas;

nº 7.315/2016, dos deputados Antônio Carlos Arantes e Bosco, em que requerem seja encaminhado à Cemig pedido de providências para recuperar e aumentar a carga nas redes já existentes no perímetro urbano e na zona rural dos Municípios de Arinos, Brasilândia de Minas, Dom Bosco e João Pinheiro e nos demais municípios dessa microrregião;

nº 7.318/2016, dos deputados Antônio Carlos Arantes e Bosco, em que requerem seja encaminhado à Cemig pedido de providências para verificar a tensão elétrica no Município de Brasilândia de Minas, em razão da ocorrência de picos de tensão;

nº 7.319/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizado seminário legislativo ou evento propositivo para coletar subsídios à tramitação do Projeto de Lei nº 3.844/2016, que institui a Política Estadual de Turismo de Minas Gerais;

nº 7.320/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado à Câmara Municipal de Contagem pedido de providências para averiguar a prestação de serviços da empresa Solar Distribuição e Transmissão S.A. por meio do Contrato nº 37/2016, Pregão Presencial nº 1/2016, tendo em vista denúncias feitas à Casa sobre o inadimplemento da empresa referentemente a seus prestadores de serviço;

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2016.

Antônio Carlos Arantes, presidente – Felipe Attiê.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/11/2016

Às 15h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Deiró Marra, Celinho do Sinttrocel, Neilando Pimenta e Agostinho Patrus Filho (substituindo o deputado Anselmo José Domingos, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.300/2016 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 3.613/2016 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Celinho do Sinttrocel, em virtude de redistribuição); e 3.401/2016 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Neilando Pimenta, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 3.629/2016 com a Emenda nº 1, votada em separado (relator: deputado Celinho do Sinttrocel), e 3.647/2016 (relator: deputado Anselmo José Domingos), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.791 e 5.830/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte



(Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.374/2016, do deputado Agostinho Patrus Filho, em que requer seja realizada audiência pública para debater a utilização do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade, em Belo Horizonte;

nº 7.375/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de providências para adoção de melhorias na Rodovia BR-265, no Município de Lavras, com a construção de um trevo de acesso ao Bairro Fonte Verde, no Km 353, e de uma passarela de pedestres no Bairro Água Limpa, no Km 350, além da instalação de radar na parte sinuosa da rodovia, sobre o Rio Capivari, no Km 333, na divisa dos Municípios de Lavras e Itumirim.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2016.

Anselmo José Domingos, presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/11/2016

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.125, que estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.126, que dispõe sobre a quitação de débito referente à obrigação de reposição florestal relativa a ano de consumo anterior a 2013, prevista na Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.



Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.129, que dispõe sobre o registro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no comércio, na intermediação, na fundição e na purificação de joias usadas, ouro e metais nobres. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.130, que acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.177, que dá nova redação ao inciso XII do art. 13 e acrescenta o § 3º ao art. 94 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.179, que dispõe sobre plano de evacuação em caso de acidente em obra pública dos Poderes do Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.188, que dispõe sobre a concessão de desconto no pagamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa para apoio a hospitais filantrópicos, a hospitais de ensino e a entidades beneficentes sem fins lucrativos de assistência à saúde. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.189, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 29/11/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.730, 4.732 a 4.734 e 4.736/2016, do deputado Cabo Júlio; 5.713 e 5.737/2016, do deputado Sargento Rodrigues; 5.743 e 5.744/2016, do deputado Bosco; 5.794/2016, do deputado Rogério Correia; e 5.831 a 5.833/2016, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater o sistema de compensação de carga horária proposto aos bombeiros militares em exercício da atividade-fim, considerando-se o disposto na Lei Complementar nº 127, de 2013.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 29/11/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 5.779 a 5.789 e 5.835 a 5.848/2016, da deputada Ione Pinheiro; 5.885/2016, do deputado Douglas Melo; 5.891 e 5.892/2016, do deputado Ivair Nogueira; e 5.893 a 5.899/2016, do deputado Douglas Melo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 29/11/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei n° 2.548/2015, do deputado Ricardo Faria.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 29/11/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 3.467/2016, do deputado Arnaldo Silva, e 3.476/2016, do deputado Isauro Calais.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 5.792/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel, e 5.823/2016, do deputado Léo Portela.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 29/11/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a promoção da cidadania para a população em situação de rua, conforme solicitação da Pastoral Nacional do Povo da Rua e do Movimento Nacional da População de Rua em Minas.

Recebimento e votação de requerimentos.



ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 29/11/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 5.886/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 29/11/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.664/2016, do deputado Dirceu Ribeiro.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 29/11/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.116/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 1.367/2015, da deputada Ione Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 5.826/2016, do deputado Gilberto Abramo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 29/11/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 30/11/2016****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 18 horas do dia 29 de novembro de 2016, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos à Proposição de Lei nº 23.125, que estabelece a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências; à Proposição de Lei nº 23.126, que dispõe sobre a quitação de débito referente à obrigação de reposição florestal relativa a ano de consumo anterior a 2013, prevista na Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002; à Proposição de Lei nº 23.129, que dispõe sobre o registro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no comércio, na intermediação, na fundição e na purificação de joias usadas, ouro e metais nobres; à Proposição de Lei nº 23.130, que acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado e dá outras providências; à Proposição de Lei nº 23.177, que dá nova redação ao inciso XII do art. 13 e acrescenta o § 3º ao art. 94 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais; à Proposição de Lei nº 23.179, que dispõe sobre plano de evacuação em caso de acidente em obra pública dos Poderes do Estado; à Proposição de Lei nº 23.188, que dispõe sobre a concessão de desconto no pagamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa para apoio a hospitais filantrópicos, a hospitais de ensino e a entidades beneficentes sem fins lucrativos de assistência à saúde; e à Proposição de Lei nº 23.189, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 28 de novembro de 2016.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Mulheres**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Celise Laviola, Ione Pinheiro e Marília Campos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/11/2016, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2016.

Rosângela Reis, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Roberto Andrade, Douglas Melo, Noraldino Júnior e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/11/2016, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 1º turno do Projeto de Lei nº 709/2015, do deputado Sargento Rodrigues, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2016.

Elismar Prado, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016****EMENDA Nº 1**

Emenda nº 0001 Autoria: Sargento Rodrigues - PDT

Programa: 004 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DA POLÍCIA CIVIL -

Ação: 2003 - GESTÃO DA INFRAESTRUTURA PREDIAL

Mudança de IAG:

Para: 0 - Ação de Acompanhamento Geral

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	18	3.900.000,00	18	3.900.000,00	18	3.900.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 779.861,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 2

Emenda nº 0002 Autoria: Sargento Rodrigues - PDT

Programa: 004 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DA POLÍCIA CIVIL

Ação: - APARELHAMENTO DAS UNIDADES DA POLÍCIA CIVIL

Unidade Orçamentária: 1511 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: PROPORCIONAR CONDIÇÕES DE TRABALHO ADEQUADAS AOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL, NO QUE TANGE ÀS CONDIÇÕES DE USO DAS MÁQUINAS, AP

ARELHOS,

UTENSÍLIOS, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS DE US

O ADMINISTRATIVO, COMO FORMA DE MELHORAR O ATENDIMENTO À SOCIEDADE E A EFETIVIDADE D

O ENFRENTAMENTO À



VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE, EM ESPECIAL

INSTRUMENTOS DE TECNOLOGIA RELACIONADOS À MEDICINA LEGAL E À SEXOLOGIA FORENSE

Produto: OBRA CONCLUÍDA

Unidade de medida: OBRA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1.213	10.000.000,00	2.730	10.000.000,00	6.142	10.000.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 10.000.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: AS AÇÕES DE SUPORTE LOGÍSTICO PERMANECEM ESSENCIAIS PARA A POLÍCIA CIVIL EXECUTAR SUAS FUNÇÕES.

EMENDA Nº 3

Emenda nº 0003 Autoria: Sargento Rodrigues - PDT

Programa: 205 - GESTÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA -

Ação: 1145 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE VIDEOMONITORAMENTO (OLHO VIVO)

Mudança de IAG:

Para: 1 - Ações de Acompanhamento Intensivo

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	49	50.000.000,00	49	50.000.000,00	49	50.000.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 49.600.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 4

Emenda nº 0004 Autoria: Sargento Rodrigues - PDT

Programa: 004 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DA POLÍCIA CIVIL

Ação: - RENOVAÇÃO DA FROTA

Unidade Orçamentária: 1511 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: AUMENTAR A EFICIÊNCIA DO TRABALHO OPERACIONAL E INVESTIGATIVO DA INSTITUIÇÃO E, TENDO EM VISTA AS DEMANDAS TERRITORIAIS E TÉCNICAS ORIUNDAS DAS



UNIDADES OPERACIONAIS.

Produto: VEÍCULO EM CONDIÇÃO DE USO DISPONIBILIZADO

Unidade de medida: VEÍCULO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	600	21.001.000,00	1.139	39.866.000,00	1.139	39.866.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 21.001.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A renovação da frota é essencial para o desempenho das atividades finalísticas da PCMG.

EMENDA Nº 5

Emenda nº 0005 Autoria: Sargento Rodrigues - PDT

Programa: 007 - PROGRAMA DE APOIO HABITACIONAL AOS MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS -

Ação: 4009 - FINANCIAMENTO HABITACIONAL AOS SERVIDORES MILITARES

Mudança de produto para: FINANCIAMENTO CONCEDIDO

Mudança de IAG:

Para: 0 - Ação de Acompanhamento Geral

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1.144	241.513.500,00	1.144	241.513.500,00	1.144	241.513.500,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 211.513.500,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 6

Emenda nº 0006 Autoria: Sargento Rodrigues - PDT

Programa: 147 - NOSSA CIDADE MELHOR -

Ação: 4414 - SEGURANÇA PÚBLICA - PROVIMENTO DE HABITAÇÃO

Mudança de IAG:

Para: 0 - Ação de Acompanhamento Geral

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)



Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	249	53.256.000,00	249	53.256.000,00	249	53.256.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 52.423.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 7

Emenda nº 0007 Autoria: Sargento Rodrigues - PDT

Programa: - ASSISTÊNCIA À SAÚDE NA POLÍCIA CIVIL

Eixo: Saúde e Proteção Social

Unidade Responsável: 1511 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo de Programa:

Objetivo: MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA, BEM COMO MANTER/REESTABELECER A SAÚDE PSICOLÓGICA DOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL E SEUS DEPENDENTES.

Ação: - ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL

Unidade Orçamentária: 1511 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA, BEM COMO MANTER/REESTABELECER A SAÚDE PSICOLÓGICA DOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL E SEUS DEPENDENTES.

Produto: ASSISTÊNCIA REALIZADA

Unidade de medida: ASSISTÊNCIA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	527	1.000.000,00	579	1.000.000,00	637	1.000.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 1.000.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA, BEM COMO MANTER/REESTABELECER A SAÚDE PSICOLÓGICA DOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL E SEUS DEPENDENTES.

EMENDA Nº 8

Emenda nº 0008 Autoria: Sargento Rodrigues - PDT

Programa: 701 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Justificativa: Considerando que não há objetivos estratégicos, assim como de desenvolvimento sustentável, irrazoável a execução da despesa prevista no PPAG para o exercício de 2017, diante da atual dificuldade financeira do Estado.

EMENDA Nº 9

Emenda nº 0009 Autoria: Sargento Rodrigues - PDT

Programa: - ESCOLA ESTADUAL ORDEM E PROGRESSO

Eixo: Educação e Cultura

Unidade Responsável: 1511 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo de Programa:

Objetivo: ASSEGURAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL E DISPONIBILIZAR AOS DEMAIS INTERESSADOS O ACESSO A UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE.

Justificativa: AS AÇÕES RELATIVAS À ESCOLA ESTADUAL ORDEM E PROGRESSO SÃO DE EXTREMA IMPORTÂNCIA, NÃO HAVENDO JUSTIFICATIVA PARA SEREM TRATADAS EM AMPLO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO.

EMENDA Nº 10

Emenda nº 0010 Autoria: Sargento Rodrigues - PDT

Programa: - ASSISTÊNCIA À SAÚDE NA POLÍCIA CIVIL

Eixo: Saúde e Proteção Social

Unidade Responsável: 1511 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo de Programa:

Objetivo: ASSEGURAR A ASSISTÊNCIA MÉDICA, ODONTOLÓGICA E PSICOSSOCIAL AOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL E SEUS DEPENDENTES.

Justificativa: É PRECISO ASSEGURAR A ASSISTÊNCIA MÉDICA, ODONTOLÓGICA E PSICOSSOCIAL AOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL E SEUS DEPENDENTES.

EMENDA Nº 11

Emenda nº 0011 Autoria: Sargento Rodrigues - PDT

Programa: - INVESTIGAÇÃO MODELO

Eixo: Segurança Pública

Unidade Responsável: 1511 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo de Programa:

Objetivo: APRIMORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA POLÍCIA CIVIL, COM FOCO NA MELHORIA DA QUALIDADE DAS INVESTIGAÇÕES E NA AMPLIAÇÃO DA COBERTURA E DISPONIBILIDADE DO ATENDIMENTO.



Justificativa: APRIMORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA POLÍCIA CIVIL, COM FOCO NA MELHORIA DA QUALIDADE DAS INVESTIGAÇÕES E NA AMPLIAÇÃO DA COBERTURA E DISPONIBILIDADE DO ATENDIMENTO.

EMENDA Nº 12

Emenda nº 0012 Autoria: Sargento Rodrigues - PDT

Programa: - CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA

Eixo: Segurança Pública

Unidade Responsável: 1251 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo de Programa:

Objetivo: INCREMENTAR AÇÕES DE PREVENÇÃO CRIMINAL NAS COMUNIDADES ESCOLARES DAS REDES PÚBLICAS E PARTICULARES DO ESTADO, POR INTERMÉDIO DA PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS, DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E PROGRAMAS DE PREVENÇÃO ALICERÇADOS NO PROTAGONISMO INFANTO-JUVENIL, NA PREVENÇÃO AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS, NA FILOSOFIA DE DIREITOS HUMANOS, DE FORMA ORIENTADA À SOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE SEGURANÇA EM ESCOLAS, NUM ESFORÇO COOPERATIVO ENTRE A POLÍCIA MILITAR, FAMÍLIA E A ESCOLA

Ação: - SEGURANÇA ESCOLAR

Unidade Orçamentária: 1251 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: INCREMENTAR AÇÕES DE PREVENÇÃO CRIMINAL NAS COMUNIDADES ESCOLARES DAS REDES PÚBLICAS E PARTICULARES DO ESTADO, POR INTERMÉDIO D

A PROMOÇÃO DA

CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS, DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E PROGRAMAS DE PREVENÇÃO ALICERÇADOS NO PROTAGONISMO INFANTO-JUVE

NIL, NA

PREVENÇÃO AO CONSUMO E TRÁFICO DE DROGAS, NA FILOSOFIA DE DIREIT

OS HUMANOS, DE FORMA ORIENTADA À SOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE SEGURA

NÇA EM ESCOLAS,

NUM ESFORÇO COOPERATIVO ENTRE A POLÍ

CIA MILITAR, FAMÍLIA E A ESCOLA

Produto: SERVIÇO ATENDIDO

Unidade de medida: SERVIÇO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: CIDADÃOS, ALUNOS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

Justificativa: PROMOVER PROJETOS ESPECÍFICOS QUE PROPICIEM A DISCUSSÃO SOBRE A DIVERSIDADE NAS ESCOLAS, DE FORMA A CONSCIENTIZAR A COMUNIDADE ESCOLAR PARA A IMPORTÂNCIA DE SE RECONHECER E RESPEITAR AS PECULIARIDADES – CARACTERÍSTICAS FÍSICAS, SOCIOCULTURAIS, ETÁRIAS, DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL – DE CADA SEGMENTO OU GRUPO ÉTNICO-CULTURAL – INDÍGENAS, PESSOAS



COM DEFICIÊNCIA, MULHERES DO CAMPO, DE FLORESTAS E DAS ÁGUAS. CONTRIBUIR PARA AMPLIAÇÃO DA POSTURA CIDADÃ E PROTAGONISTA DO JOVEM EM MINAS GERAIS, POR MEIO DA ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES CONJUNTAS DOS DIVERSOS ÓRGÃOS DO GOVERNO E DA SOCIEDADE CIVIL, COM DESTAQUE PARA AS QUE BENEFICIEM A JUVENTUDE NEGRA.

EMENDA Nº 13

Emenda nº 0013 Autoria: Arnaldo Silva - PR

Programa: 121 - GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação: - Promoção e desenvolvimento de políticas para proteção animal

Unidade Orçamentária: 1371 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Promover políticas voltadas à proteção animal no Estado de Minas Gerais

Produto: AÇÃO REALIZADA

Unidade de medida: AÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, PREFEITURAS, INSTITUIÇÕES (DELEGACIAS DE PROTEÇÃO ANIMAL, DELEGACIAS DE CRIME CONTRA A FAUNA, NÚCLEOS DE PROTEÇÃO ANIMAL DA POLÍCIA CIVIL, MINISTÉRIO PÚBLICO, CORPO DE BOMBEIROS, IMA, IEF), UNIVERSIDADES, ENTIDADES PRIVADAS, ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, SOCIEDADE CIVIL, POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL.

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 14

Emenda nº 0014

Emenda retirada pelo autor

EMENDA Nº 15

Emenda nº 0015 Autoria: Noraldino Júnior - PSC

Programa: 121 - GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação: - Apoio financeiro e material à entidades de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos para a promoção de ações de proteção animal



Unidade Orçamentária: 1371 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Promover ações protetivas aos animais por meio do apoio financeiro e material às entidades e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos por meio de ações de promoção à tutela responsável, educação humanitária e ao manejo e controle populacional ético de cães e gatos por meio de castrações.

Produto: ENTIDADE APOIADA

Unidade de medida: ENTIDADE

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	20	4.000.000,00				

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 4.000.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 16

Emenda nº 0016 Autoria: Ulysses Gomes - PT

Programa: 053 - ALÉM DA PORTEIRA

Ação: - QUEIJO MINAS ARTESANAL

Unidade Orçamentária: 1231 - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Finalidade: APOIAR A REGULARIZAÇÃO DE PROPRIEDADES DE PRODUTORES DO QUEIJO MINAS ARTESANAL DAS MICRORREGIÕES CARACTERIZADAS, PROMOVEDO O RECONHECIMENTO DO SABOR E DO SEU MODO DE PRODUÇÃO, E PROPICIAR UM ALIMENTO SEGURO AO CONSUMIDOR.

Produto: AÇÃO COORDENADA E INTEGRADA REALIZADA

Unidade de medida: PROPRIEDADE

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: PRODUTORES RURAIS E AGROINDÚSTRIAS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 1.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A produção do Queijo Minas Artesanal está espalhada por montanhas e vales do nosso território, marcada por sua simplicidade, sobrevivendo às pressões da modernização dos processos de produção, não só pelo apego às tradições, mas também pelo isolamento das propriedades rurais.



A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – SEAPA, a partir do ano de 2000, implementou ações de apoio aos produtores de Queijo Minas Artesanal, executadas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais – EMATER/MG, Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA e Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG com o objetivo da melhoria da qualidade e da produtividade dos queijos artesanais, aproveitando e valorizando de forma objetiva o imenso potencial de mercado do produto.

No entanto, os dados referentes às microrregiões precisam ser sistematicamente atualizados. Uma das exigências da lei, é o cadastramento do produtor de QMA junto ao IMA. Sabe-se que, do universo de produtores das sete microrregiões, 293 estão cadastrados e são atendidos pela EMATER-MG. Este número é pequeno em relação ao total de produtores que ainda necessitam de apoio e assistência técnica para melhorar a qualidade e regularizar sua produção.

O QMA pode se transformar em uma referência de qualidade com a implementação de ações simples e pouco dispendiosas, respeitando os hábitos e a cultura de cada uma das regiões produtoras. Essas ações permitirão a obtenção do “Certificado de Origem e Qualidade”, emitido pelo IMA, e irão garantir aos consumidores um produto seguro, preservando seu sabor e mantendo a qualidade, com respeito ao meio ambiente.

Diante do exposto, verifica-se a necessidade da criação de uma ação específica de apoio à produção do Queijo Minas Artesanal. Esta iniciativa permitirá a consolidação dessa atividade que tem grande importância cultural, com reflexos positivos para a sociedade como o aumento da renda das famílias de agricultore

EMENDA Nº 17

Emenda nº 0017

Autores: Marília Campos - PT, André Quintão - PT

Programa: 130 - PROMOÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

Ação: - REDE DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA

Unidade Orçamentária: 1271 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Finalidade: Prospecção e produção de conteúdo local nos territórios para a difusão/veiculação que possibilite o diálogo, a comunicação e a integração entre os territórios de desenvolvimento de Minas Gerais.

Produto: PROGRAMA IMPLEMENTADO

Unidade de medida: PROGRAMA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 1.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A criação de uma rede de comunicação integrada dos territórios de desenvolvimento de Minas Gerais, visando a prospecção e produção de conteúdo local nos territórios para a difusão/veiculação irá potencializar as estratégias de diálogo e



comunicação entre os diversos autores culturais (especialmente produtores culturais, grupos de cultura popular, escolas, cineclubes, tv e rádios comunitários), assim como promoverá a integração dos mesmos entre os territórios de desenvolvimento de Minas Gerais.

EMENDA Nº 18

Emenda nº 0018 Autoria: Luiz Humberto Carneiro - PSDB

Programa: 189 - INCENTIVO AO ESPORTE

Ação: - Promoção do esporte por pessoas portadoras de deficiência física.

Unidade Orçamentária: 1671 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES

Finalidade: Estimular a prática de esporte por pessoas portadoras de deficiência física.

Produto: Ação realizada

Unidade de medida: AÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO MINEIRA

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	100.000,00				

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: Estimular e fomentar a prática de atividades físicas por pessoas com deficiência física.

EMENDA Nº 19

Emenda nº 0019 Autoria: João Vítor Xavier - PSDB

Programa: 145 - SANEAMENTO É VIDA -

Ação: 1112 - ESTUDOS, PROJETOS E OBRAS PARA IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Mudança de finalidade para: PROVER SOLUÇÕES DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA SUFICIENTE E ADEQUADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, VISANDO A UNIVERSALIZAÇÃO

DO ACESSO AO SANEAMENTO E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DA POPULAÇÃO, COM ÊNFASE NA REVITALIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS HÍDRICAS EXISTENTES, DE FORMA A PRESERVAR OU AMPLIAR SUAS CAPACIDADES, SUA SEGURANÇA E SUA VIDA ÚTIL E REDUZIR PERDAS DECORRENTES DE QUESTÕES ESTRUTURAIS.

EMENDA Nº 20

Emenda nº 0020 Autoria: João Vítor Xavier - PSDB



Programa: 191 - MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL -

Ação: 4525 - GESTÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DE BARRAGENS DE REJEITOS E RESÍDUOS

Mudança de finalidade para: APRIMORAR INDICADORES QUE PERMITAM A TOMADA DE DECISÃO E CORREÇÃO AOS RESPONSÁVEIS PELAS BARRAGENS, EM CASO DE IDENTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO INADEQUADA, IMPLANTAÇÃO DE ALTERAÇÕES SEM LICENCIAMENTO AMBIENTAL E INADIMPLÊNCIA QUANTO AOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS VIGENTES, ALÉM DO ACIONAMENTO DOS ENVOLVIDOS EM CASO DE IDENTIFICAÇÃO DE POTENCIAL DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTES E INCIDENTES. OTIMIZAR INSTRUMENTOS DE GESTÃO DOS DADOS INFORMADOS PELOS EMPREENDEDORES QUE IMPLANTEM OU OPEREM BARRAGENS NO ESTADO, inclusive assegurando o acesso público e gratuito.

EMENDA Nº 21

Emenda nº 0021 Autoria: João Vítor Xavier - PSDB

Programa: 194 - POLÍTICAS SOBRE DROGAS -

Ação: 4599 - SISTEMA INTEGRADO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Mudança de finalidade para: IMPLEMENTAR ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E DA QUALIDADE DE VIDA, DE PREVENÇÃO SELETIVA E INDICADA DOS PROBLEMAS ASSOCIADOS AO USO DE SUBSTÂNCIA PSICOATIVA, FOMENTANDO, INTEGRANDO E APRIMORANDO O ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM PROBLEMAS ASSOCIADOS AO USO NOCIVO OU DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIA PSICOATIVA, NUM AMBIENTE RESIDENCIAL TERAPÊUTICO DE CARÁTER TRANSITÓRIO, ampliando o acesso à justiça e ao tratamento de saúde integral.

EMENDA Nº 22

Emenda nº 0022 Autoria: Paulo Lamac - REDE

Programa: 110 - POLICIA OSTENSIVA

Ação: - Aparelhamento da Polícia Militar para Polícia para Cidadania

Unidade Orçamentária: 1251 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Prover a Polícia Militar de veículos para proteger e manter a segurança da população

Produto: % POPULAÇÃO URBANA ATENDIDA

Unidade de medida: VEÍCULO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: CIDADÃOS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1.000.000	500.000,00				

Cancelamento Compensatório:



Valor (R\$): 500.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 23

Emenda nº 0023 Autoria: Paulo Lamac - REDE

Programa: 208 - INFRAESTRUTURA DO SISTEMA PRISIONAL

Ação: - Custódia e Ressocialização de Presos

Unidade Orçamentária: 1451 - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

Finalidade: Custodiar o preso de forma eficiente, eficaz e humanizada, a fim de garantir sua solialização

Produto: PRESO CUSTODIADO

Unidade de medida: PRESO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: CUSTODIADOS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	10.000	500.000,00				

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 24

Emenda nº 0024 Autoria: Paulo Lamac - REDE

Programa: 110 - POLICIA OSTENSIVA

Ação: - Polícia para cidadania

Unidade Orçamentária: 1251 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Éxtruturar o Projeto Polícia para Cidadania por meio da filosofia de polícia comunitária, direitos humanos e prevenção as drogas, com o envolvimento da comunidade para resolver os problemas locais de segurança

Produto: POLICIAL MILITAR CAPACITADO

Unidade de medida: POLICIAL MILITAR

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019



Metropolitano	2.000	300.000,00				
---------------	-------	------------	--	--	--	--

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 300.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 25

Emenda nº 0025 Autoria: Antônio Jorge - PPS

Programa: 174 - POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR -

Ação: 4623 - DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO HOSPITALAR

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	6	2.400.519,00	6	2.400.519,00	6	2.400.519,00
Caparaó	8	5.524.386,00	8	5.524.386,00	8	5.524.386,00
Central	3	1.532.163,00	3	1.532.163,00	3	1.532.163,00
Mata	14	17.792.178,00	14	17.792.178,00	14	17.792.178,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	5	1.958.076,00	5	1.958.076,00	5	1.958.076,00
Metropolitano	25	148.208.443,00	25	148.208.443,00	25	148.208.443,00
Mucuri	6	2.844.682,00	6	2.844.682,00	6	2.844.682,00
Multiterritorial	21	58.092.908,00	31	133.454.935,00	41	184.814.025,00
Noroeste	5	2.917.518,00	5	2.917.518,00	5	2.917.518,00
Norte	17	16.111.821,00	17	16.111.821,00	17	16.111.821,00
Oeste	9	6.425.498,00	9	6.425.498,00	9	6.425.498,00
Sudoeste	4	5.311.467,00	4	5.311.467,00	4	5.311.467,00
Sul	17	16.452.479,00	17	16.452.479,00	17	16.452.479,00
Triângulo Norte	5	34.527.092,00	5	34.527.092,00	5	34.527.092,00
Triângulo Sul	6	6.536.883,00	6	6.536.883,00	6	6.536.883,00
Vale do Aço	5	41.177.724,00	5	41.177.724,00	5	41.177.724,00
Vale do Rio Doce	7	14.404.131,00	7	14.404.131,00	7	14.404.131,00
Vertentes	7	4.651.843,00	7	4.651.843,00	7	4.651.843,00

Justificativa: Após o exercício financeiro de 2017 o recurso foi totalmente concentrado na "região" multiterritorial mantendo-se as metas físicas em todas as regiões. Não é possível atingir as metas físicas sem a garantia do recurso financeiro, neste sentido a presente emenda visa replicar para os demais exercícios financeiros (2018, 2019 e 2020) os valores, constantes por região, do exercício financeiro de 2017. Destaca-se que os acréscimos previstos para a ação nos exercícios financeiros subsequentes foram alocados na "região" multiterritorial.

EMENDA Nº 26

Emenda nº 0026 Autoria: Antônio Jorge - PPS

Programa: 179 - REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE -

Ação: 4485 - APOIO E FORTALECIMENTO DA REDE DE CUIDADO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA



Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	2	373.150,00	2	373.150,00	2	373.150,00
Caparaó	7	1.306.025,00	7	1.306.025,00	7	1.306.025,00
Central	3	559.725,00	3	559.725,00	3	559.725,00
Mata	16	2.985.193,00	16	2.985.193,00	16	2.985.193,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	2	373.150,00	2	373.150,00	2	373.150,00
Metropolitano	12	14.264.375,00	12	14.264.375,00	12	14.264.375,00
Mucuri	3	559.725,00	3	559.725,00	3	559.725,00
Multiterritorial				4.038.487,00		8.480.822,00
Noroeste	8	1.492.600,00	8	1.492.600,00	8	1.492.600,00
Norte	5	932.875,00	5	932.875,00	5	932.875,00
Oeste	11	2.052.325,00	11	2.052.325,00	11	2.052.325,00
Sudoeste	8	1.492.600,00	8	1.492.600,00	8	1.492.600,00
Sul	43	8.022.725,00	43	8.022.725,00	43	8.022.725,00
Triângulo Norte	13	2.425.475,00	13	2.425.475,00	13	2.425.475,00
Triângulo Sul	6	1.119.450,00	6	1.119.450,00	6	1.119.450,00
Vale do Aço	5	932.875,00	5	932.875,00	5	932.875,00
Vale do Rio Doce	2	373.150,00	2	373.150,00	2	373.150,00
Vertentes	6	1.119.450,00	6	1.119.450,00	6	1.119.450,00

Justificativa: Após o exercício financeiro de 2017 o recurso foi totalmente concentrado na região central mantendo-se as metas físicas em todas as regiões. Não é possível atingir as metas físicas sem a garantia do recurso financeiro, neste sentido a presente emenda visa replicar para os demais exercícios financeiros (2018, 2019 e 2020) os valores, constantes por região, do exercício financeiro de 2017. Destaca-se que os acréscimos previstos para a ação nos exercícios financeiros subsequentes foram alocados na "região" multiterritorial.

Outro ponto relevante a ser ressaltado é a alocação de todo recurso na região central nos exercícios de 2018, 2019 e 2020, essa programação deve estar equivocada, pois não faz sentido colocar todo recurso destinado à pessoa com deficiência em uma única região assistencial.

EMENDA Nº 27

Emenda nº 0027 Autoria: Antônio Jorge - PPS

Programa: 179 - REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE -

Ação: 4485 - APOIO E FORTALECIMENTO DA REDE DE CUIDADO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	2	373.150,00	2	0,00	2	0,00
Caparaó	7	1.306.025,00	7	0,00	7	0,00
Central	3	559.725,00	3	0,00	3	0,00



Mata	16	2.985.193,00	16	0,00	16	0,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	2	373.150,00	2	0,00	2	0,00
Metropolitano	12	14.264.375,00	12	0,00	12	0,00
Mucuri	3	559.725,00	3	0,00	3	0,00
Multiterritorial			152	44.423.355,00	152	48.865.690,00
Noroeste	8	1.492.600,00	8	0,00	8	0,00
Norte	5	932.875,00	5	0,00	5	0,00
Oeste	11	2.052.325,00	11	0,00	11	0,00
Sudoeste	8	1.492.600,00	8	0,00	8	0,00
Sul	43	8.022.725,00	43	0,00	43	0,00
Triângulo Norte	13	2.425.475,00	13	0,00	13	0,00
Triângulo Sul	6	1.119.450,00	6	0,00	6	0,00
Vale do Aço	5	932.875,00	5	0,00	5	0,00
Vale do Rio Doce	2	373.150,00	2	0,00	2	0,00
Vertentes	6	1.119.450,00	6	0,00	6	0,00

Justificativa: Essa emenda visa corrigir um equívoco com a alocação de todo recurso na região central nos exercícios de 2018, 2019 e 2020. Não há sentido colocar todo recurso destinado à pessoa com deficiência em uma única região assistencial. O equívoco está claro quando se observa que foram mantidas as metas físicas das demais regiões.

EMENDA Nº 28

Emenda nº 0028 Autoria: Antônio Jorge - PPS

Programa: 179 - REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE -

Ação: 4491 - APOIO E FORTALECIMENTO À REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	0	6.000.000,00	0	6.000.000,00	0	6.000.000,00
Caparaó	1	1.875.000,00	1	1.875.000,00	1	1.875.000,00
Central	0	5.280.000,00	0	5.280.000,00	0	5.280.000,00
Mata	5	49.397.643,00	5	49.397.643,00	5	49.397.643,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	0	8.160.000,00	0	8.160.000,00	0	8.160.000,00
Metropolitano	29	72.440.850,00	29	72.440.850,00	29	72.440.850,00
Mucuri	3	21.408.784,00	3	21.408.784,00	3	21.408.784,00
Multiterritorial	0	50.583.479,00	8	95.169.852,00	16	152.159.852,00
Noroeste	2	4.103.100,00	2	4.103.100,00	2	4.103.100,00
Norte	2	35.765.041,00	2	35.765.041,00	2	35.765.041,00
Oeste	8	73.741.280,00	8	73.741.280,00	8	73.741.280,00
Sudoeste	1	16.620.000,00	1	16.620.000,00	1	16.620.000,00
Sul	4	65.906.032,00	4	65.906.032,00	4	65.906.032,00
Triângulo Norte	3	45.091.618,00	3	45.091.618,00	3	45.091.618,00
Triângulo Sul	2	5.276.850,00	2	5.276.850,00	2	5.276.850,00

Vale do Aço	3	25.603.328,00	3	25.603.328,00	3	25.603.328,00
Vale do Rio Doce	3	36.987.453,00	3	36.987.453,00	3	36.987.453,00
Vertentes	4	21.470.109,00	4	21.470.109,00	4	21.470.109,00

Justificativa: Após o exercício financeiro de 2017 o recurso foi totalmente concentrado na "região" multiterritorial. Não é possível atingir o produto da ação "componente da rede de urgência e emergência mantido" sem a garantia do recurso financeiro, neste sentido a presente emenda visa replicar para os demais exercícios financeiros (2018, 2019 e 2020) os valores, constantes por região, do exercício financeiro de 2017. Destaca-se que os acréscimos previstos para a ação nos exercícios financeiros subsequentes foram alocados na "região" multiterritorial.

EMENDA Nº 29

Emenda nº 0029 Autoria: Antônio Jorge - PPS

Programa: 179 - REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE

Ação: - ATENÇÃO AO USUÁRIO DE ÁLCOOL, CRACK E OUTRAS DROGAS

Unidade Orçamentária: 4291 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Finalidade: PRESTAR ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES DO ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS EM COMUNIDADES TERAPÊUTICAS.

Produto: COMUNIDADE ATENDIDA

Unidade de medida: unidade

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO MINEIRA

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	30	10.000.000,00		10.000.000,00		10.000.000,00

Cancelamentos Compensatórios:

Valor (R\$): 5.000.000,00 - Programa: 103 - EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA E AUTÔNOMA DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE - Ação: 4697 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Valor (R\$): 5.000.000,00 - Programa: 179 - REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE - Ação: 4578 - APOIO E FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Justificativa: O uso de álcool e outras drogas constitui um problema crescente de segurança pública, bem como, de saúde, pois aumenta a criminalidade, os casos de agressão física e homicídios. Segundo o Relatório Final Carga Global de Doença do Estado de Minas Gerais, 2005, o homicídio e violência constituíram a causa específica mais importante para a carga de mortalidade no sexo masculino, sendo que, entre homens jovens, as condições do grande grupo de causas externas responderam por mais de 1/3 dos Anos de Vida Perdidos por Morte Prematura. Ações voltadas para o controle da violência e dos acidentes de trânsito são de fundamental importância para a redução da carga de mortalidade, principalmente entre os jovens do sexo masculino, visto que, para os homens de 15 a 29 anos, homicídio e violência, abuso e dependência de álcool e acidente de trânsito foram responsáveis por 47% dos DALY (Disability Adjusted Life Year - Anos de Vida Perdidos Ajustados por Incapacidade). Neste sentido, a realização de ações para reabilitação das pessoas com dependência química é fundamental. Tendo em vista o grande comprometimento dos gastos públicos

com o pagamento de pessoal, o aumento de CAPS não é uma alternativa viável, assim, para enfrentar este grave problema de saúde pública é necessário fazer parcerias com as entidades privadas como as comunidades terapêuticas.

EMENDA Nº 30

Emenda nº 0030 Autoria: Antônio Jorge - PPS

Programa: 179 - REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE

Ação: - rede de atenção ao cancer

Unidade Orçamentária: 4291 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Finalidade: Fomentar/implantar ações para diagnóstico e início, no tempo adequado, de tratamento de neoplasia maligna de mama feminina e próstata.

Produto: REGIÃO COM ATENÇÃO ESPECIALIZADA IMPLEMENTADA

Unidade de medida: % DE EXECUÇÃO

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: POPULAÇÃO MINEIRA

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	19	20.000.000,00	19	23.000.000,00	19	25.000.000,00

Cancelamentos Compensatórios:

Valor (R\$): 5.000.000,00 - Programa: 174 - POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR - Ação: 1151 - IMPLANTAÇÃO DE HOSPITAIS REGIONAIS

Valor (R\$): 45.000.000,00 - Programa: 180 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - Ação: 4486 - APOIO E FORTALECIMENTO DO PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE

Valor (R\$): 5.000.000,00 - Programa: 180 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - Ação: 4573 - DESENVOLVIMENTO E APOIO ÀS AÇÕES DE SAÚDE

Valor (R\$): 10.000.000,00 - Programa: 701 - APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Ação: 2002 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

Justificativa: Estima-se que em 2016 serão mais de 60.000 mil novos casos de câncer no Estado, destes os de maior relevância são o câncer de próstata com 5.920 casos e de mama feminina com 5160 casos. A taxa bruta de incidência por 100 mil habitantes é de 273,62 para homens e de 302,05 para mulheres, Sendo que para Belo Horizonte esta taxa sob para 348,83 e 410,99 respectivamente.

O sucesso no tratamento da neoplasia maligna está diretamente associado na identificação precoce da doença, bem como, no início do tratamento. Em razão da relevância social, da grande incidência e possibilidade de sucesso no tratamento oportuno da doença foi promulgada a Lei Federal nº 12.732 de 22 de novembro de 2012, determinando que o paciente com neoplasia maligna tem direito de se submeter ao primeiro tratamento no Sistema Único de Saúde (SUS), no prazo de até 60 (sessenta) dias contados a partir do dia em que for firmado o diagnóstico em laudo patológico ou em prazo menor, conforme a necessidade terapêutica.

EMENDA Nº 31

Emenda nº 0031 Autoria: Antônio Jorge - PPS

Programa: 103 - EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA E AUTÔNOMA DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Ação: - Transferência de recurso aos fundos municipais de saúde

Unidade Orçamentária: 4291 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Finalidade: Participar do investimento e custeio das ações e serviços de saúde executados pelos municípios.

Produto: MUNICÍPIO HABILITADO

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ações de Acompanhamento Intensivo

Público Alvo: POPULAÇÃO

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	853	500.000.000,00	853	550.000.000,00	853	600.000.000,00

Cancelamentos Compensatórios:

Valor (R\$): 50.000.000,00 - Programa: 103 - EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA E AUTÔNOMA DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE - Ação: 4637 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE NO ÂMBITO DA SETOP/DEER

Valor (R\$): 10.000.000,00 - Programa: 173 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - Ação: 4464 - EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA

Valor (R\$): 10.000.000,00 - Programa: 173 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - Ação: 4471 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL

Valor (R\$): 5.000.000,00 - Programa: 173 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - Ação: 4472 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Valor (R\$): 25.000.000,00 - Programa: 173 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - Ação: 4500 - PROGRAMA ESTADUAL DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Valor (R\$): 10.000.000,00 - Programa: 173 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE - Ação: 4553 - PROGRAMA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS PELO Aedes

Valor (R\$): 100.000.000,00 - Programa: 174 - POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR - Ação: 1151 - IMPLANTAÇÃO DE HOSPITAIS REGIONAIS

Valor (R\$): 100.000.000,00 - Programa: 174 - POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR - Ação: 4623 - DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO HOSPITALAR

Valor (R\$): 60.000.000,00 - Programa: 175 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - Ação: 4484 - ABASTECIMENTO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS

Valor (R\$): 80.000.000,00 - Programa: 175 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - Ação: 4496 - FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Valor (R\$): 10.000.000,00 - Programa: 179 - REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE - Ação: 4485 - APOIO E FORTALECIMENTO DA REDE DE CUIDADO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Valor (R\$): 20.000.000,00 - Programa: 179 - REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE - Ação: 4490 - IMPLEMENTAÇÃO E APOIO À ATENÇÃO ESPECIALIZADA



Valor (R\$): 20.000.000,00 - Programa: 179 - REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE - Ação: 4491 - APOIO E FORTALECIMENTO À REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Justificativa: Tendo em vista o dispositivo constitucional que atribui ao estado a obrigação de apoiar técnica e financeiramente os municípios na execução das ações e serviços de saúde e a necessidade de alocação dos recursos estaduais e principalmente da previsão anual de recursos aos Municípios, propomos esta emenda no intuito de assegurar recursos mínimos para os sistemas municipais de saúde.

EMENDA Nº 32

Emenda nº 0032 Autoria: Cristiano Silveira - PT

Programa: 022 - POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ação: - PROGRAMA DE PROTEÇÃO A MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA

Unidade Orçamentária: 1651 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: PROTEGER MULHERES VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEUS FAMILIARES VITIMADOS.

Produto: % POPULAÇÃO URBANA ATENDIDA

Unidade de medida: PESSOA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: MULHERES E FAMÍLIAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	50	1.000,00	50	1.000,00	50	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 3.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: Com a implementação da Lei 22256 publicada no Diário do Executivo em 27/7/2016, tornam-se necessários investimentos para sua real efetivação.

EMENDA Nº 33

Emenda nº 0033 Autoria: Cristiano Silveira - PT

Programa: 022 - POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ação: - AUXÍLIO EMERGENCIAL DESTINADO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA

Unidade Orçamentária: 1651 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: CONCEDER A MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA E SEUS FAMILIARES VITIMADOS, AUXÍLIO EMERGENCIAL EM CASO DE IMPOSSIBILIDADE DE AMPARO PELAS CASAS DE APOIO.

Produto: PESSOA



Unidade de medida: PESSOA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: MULHERES E FAMÍLIAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	50	1.000,00	50	1.000,00	50	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 3.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: Com a implementação da Lei 22256 publicada no Diário do Executivo em 27/7/2016, tornam-se necessários investimentos para sua real efetivação. Em se tratando de agressões ocorridas em finais de semana e feriados, muitas vezes a vítima não consegue amparo nas casa de apoio e nem em casas de parentes, ficando totalmente sem assistência por parte do poder público. Essa ação visa justamente corrigir essa situação e garantir segurança para a mulher vitimada e seus familiares também vitimados.

EMENDA Nº 34

Emenda nº 0034 Autoria: Cristiano Silveira - PT

Programa: 022 - POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ação: - AUXÍLIO FINANCEIRO TRANSITÓRIO À MULHER EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 1651 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: CONCEDER A MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA QUE NÃO POSSUÍ CONDIÇÕES DE SUBSISTÊNCIA E QUE PRECISE SAIR DO SEU LAR, AUXÍLIO FINANCEIRO POR UM PERÍODO DE TEMPO A FIM DE RESGUARDAR A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.

Produto: PESSOA

Unidade de medida: PESSOA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: MULHERES E FAMÍLIAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	50	1.000,00	50	1.000,00	50	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 3.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: Com a implementação da lei 22256 publicada no Diário do Executivo em 27/7/2016, tornam-se necessários investimentos para sua real efetivação. A concessão de auxílio financeiro para a mulher vítima de violência por um período de tempo para que ela tenha condições de se estabelecer no mercado de trabalho, trás dignidade em momeno de grande fragilidade na vida desta mulher, muitas vezes não possuindo nem mesmo o que comer .

EMENDA Nº 35

Emenda nº 0035 Autoria: Cristiano Silveira - PT

Programa: 022 - POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ação: - REALIZAÇÃO DE EVENTOS E PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA A PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Unidade Orçamentária: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: REALIZAR EVENTOS QUE VISEM A CONSCIENTIZAÇÃO E O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Produto: EVENTO REALIZADO

Unidade de medida: EVENTO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: PÚBLICO GERAL; ESTUDANTES; SOCIEDADE CIVIL; ENTIDADES

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	2	1.000,00	2	1.000,00	2	1.000,00
Multiterritorial	10	1.000,00	10	1.000,00	10	1.000,00
Vertentes	2	1.000,00	2	1.000,00	2	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 9.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 36

Emenda nº 0036 Autoria: Cristiano Silveira - PT

Programa: 022 - POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ação: - APOIO A PROJETOS QUE VISEM PROMOVER AS AÇÕES DE COMBATE E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Unidade Orçamentária: 1991 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Finalidade: APOIAR PROJETOS QUE VISEM PROMOVER AS AÇÕES DE COMBATE E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Produto: PROJETO APOIADO

Unidade de medida: PROJETO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 3.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 37

Emenda nº 0037 Autoria: Cristiano Silveira - PT

Programa: 127 - INCLUSÃO PRODUTIVA PARA O MUNDO DO TRABALHO

Ação: - INSERÇÃO DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Unidade Orçamentária: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalidade: PROMOVER A INSERÇÃO OU REINSERÇÃO DE MULHERES VITIMADAS PELA VIOLÊNCIA, PRINCIPALMENTE DOMÉSTICA, NO MERCADO DE TRABALHO.

Produto: PESSOA FORMADA CAPACITADA E TREINADA

Unidade de medida: PESSOA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	100	1.000,00	100	1.000,00	100	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 3.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A mulher vítima de violência muitas vezes precisa sair de seu lar, não possuindo ao menos condição de subsistência. Muitas dessas mulheres precisam abandonar seus empregos e não conseguem uma recolocação imediata no mercado de trabalho, outras, dependentes de seus companheiros agressores nunca trabalharam. Nesse cenário, a colocação ou recolocação dessas mulheres no mercado de trabalho através de capacitação, significa trazer dignidade para essas mulheres que nesse cenário se tornam provedoras da família.

EMENDA Nº 38

Emenda nº 0038 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 194 - POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Ação: - Rede de Atendimento as Crianças e Adolescentes dependentes químicos

Unidade Orçamentária: 1671 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES

Finalidade: Promover a implantação dos serviços de atenção, orientação, apoio, encaminhamento e prevenção ao abuso do álcool e outras drogas pelas crianças e adolescentes, visando a recuperação e a reinserção social.

Produto: CRIANÇA E ADOLESCENTE ATENDIDO

Unidade de medida: CRIANÇA / ADOLESCENTE

IAG: Ação de Acompanhamento Geral



Público Alvo: CRIANÇA E ADOLESCENTE DE 0 A 18 ANOS

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 39

Emenda nº 0039 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 004 - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DA POLÍCIA CIVIL

Ação: - Delegacia Itinerante

Unidade Orçamentária: 1511 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Aquisição de ônibus com equipamentos necessários para criação do projeto Delegacia Itinerante para o atendimento de ocorrência de violência contra a mulher, as famílias e afins.

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO MINEIRA

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: Em face da dimensão territorial do Estado, as limitações de recursos da administração pública impossibilita a construção e instalação de delegacias em diversos municípios e sobretudo nas áreas rurais. Com isso, inúmeros registros de ocorrência de violência contra a mulher, as famílias e outras tantas deixam de ser registradas e também terem o devido enfrentamento pelo Estado. Neste sentido, o projeto Delegacia Itinerante, semelhantemente ao que ocorre com o mamógrafo móvel, possibilitará as comunidades mais distantes acessar o sistema de segurança pública do Estado.

EMENDA Nº 40

Emenda nº 0040 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 079 - ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: - Recuperação Asfáltica das Estradas Intermunicipais

Unidade Orçamentária: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Pavimentação asfáltica do trecho da Rodovia MG 295 que liga o município de Consolação ao município de Cambuí.

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL



Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A falta de pavimentação asfáltica dificulta o escoamento da produção e o turismo na região.

EMENDA Nº 41

Emenda nº 0041 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 079 - ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: - Recuperação Asfáltica das Estradas Intermunicipais

Unidade Orçamentária: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Pavimentação asfáltica do trecho da estrada que liga o município de Jacutinga ao município de Espírito Santo do Pinhal/SP.

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A falta de pavimentação dificulta o escoamento da produção e sua realização gerará um impacto positivo na economia do município, facilitando o acesso e os negócios realizados com o município paulista, já que grande parte dos turistas que visitam o circuito das malhas são paulistas.

EMENDA Nº 42

Emenda nº 0042 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 079 - ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: - Recuperação Asfáltica das Estradas Intermunicipais

Unidade Orçamentária: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Pavimentação asfáltica da estrada que liga o município de Monte Sião ao município de Jacutinga.

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:



Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A estrada que liga o município de Monte Sião ao município de Jacutinga encontra-se em péssimas condições de tráfego, provocando inúmeros acidentes. Além disso, a estrada é estratégica para o escoamento da produção da região.

EMENDA Nº 43

Emenda nº 0043 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 079 - ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: - Recuperação Asfáltica das Estradas Intermunicipais

Unidade Orçamentária: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Pavimentação asfáltica da estrada que liga o município de Bueno Brandão ao município de Munhoz.

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A estrada que liga o município de Bueno Brandão ao município de Munhoz encontra-se em péssimas condições de tráfego, provocando inúmeros acidentes. Além disso, a estrada é estratégica para o escoamento da produção da região.

EMENDA Nº 44

Emenda nº 0044 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 079 - ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: - Recuperação Asfáltica das Estradas Intermunicipais

Unidade Orçamentária: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Pavimentação asfáltica da estrada que liga o município de Consolação ao município de Cambuí.

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA



Justificativa: A estrada que liga o município de Consolação ao município de Cambuí encontra-se em péssimas condições de tráfego, provocando inúmeros acidentes. Além disso, a estrada é estratégica para o escoamento da produção da região.

EMENDA Nº 45

Emenda nº 0045 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 079 - ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: - Recuperação Asfáltica das Estradas Intermunicipais

Unidade Orçamentária: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Pavimentação asfáltica da estrada que liga o município de Turvolândia ao município de Cordislândia.

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A estrada que liga o município de Turvolândia ao município de Cordislândia encontra-se em péssimas condições de tráfego, provocando inúmeros acidentes. Além disso, a estrada é estratégica para o escoamento da produção da região.

EMENDA Nº 46

Emenda nº 0046 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 079 - ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: - Recuperação Asfáltica das Estradas Intermunicipais

Unidade Orçamentária: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Pavimentação asfáltica da estrada que liga o município de Elói Mendes ao município de Monsenhor Paulo.

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A estrada que liga o município de Elói Mendes ao município de Monsenhor Paulo encontra-se em péssimas condições de tráfego, provocando inúmeros acidentes. Além disso, a estrada é estratégica para o escoamento da produção da região.



EMENDA Nº 47

Emenda nº 0047 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 079 - ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: - Recuperação Asfáltica das Estradas Intermunicipais

Unidade Orçamentária: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Pavimentação asfáltica da estrada que liga o município de Ouro Fino ao município de Santa Rita de Caldas.

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A estrada que liga o município de Ouro Fino ao município de Santa Rita de Caldas encontra-se em péssimas condições de tráfego, provocando inúmeros acidentes. Além disso, a estrada é estratégica para o escoamento da produção da região.

EMENDA Nº 48

Emenda nº 0048 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 079 - ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: - Recuperação Asfáltica das Estradas Intermunicipais

Unidade Orçamentária: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Pavimentação asfáltica da estrada que liga o município de Senador Amaral ao município de Munhoz, passando pelo distrito de Ponte Segura.

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A estrada que liga o município de Senador Amaral ao município de Munhoz encontra-se em péssimas condições de tráfego, provocando inúmeros acidentes. Além disso, a estrada é estratégica para o escoamento da produção da região.

EMENDA Nº 49

Emenda nº 0049 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB



Programa: 079 - ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: - Recuperação Asfáltica das Estradas Intermunicipais

Unidade Orçamentária: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Pavimentação asfáltica da estrada que liga o município de Careçu ao município de Silvianópolis.

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A estrada que liga o município de Careçu ao município de Silvianópolis encontra-se em péssimas condições de tráfego, provocando inúmeros acidentes. Além disso, a estrada é estratégica para o escoamento da produção da região.

EMENDA Nº 50

Emenda nº 0050 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 079 - ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: - Recuperação Asfáltica das Estradas Intermunicipais

Unidade Orçamentária: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Pavimentação asfáltica da estrada que liga o município de Careçu ao município de Turvolândia até a Cooperativa.

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A estrada que liga o município de Careçu ao município de Turvolândia encontra-se em péssimas condições de tráfego, provocando inúmeros acidentes. Além disso, a estrada é estratégica para o escoamento da produção da região.

EMENDA Nº 51

Emenda nº 0051 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 079 - ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: - Recuperação Asfáltica das Estradas Intermunicipais



Unidade Orçamentária: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Revitalização integral da Rodovia MG 290.

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A Rodovia MG 290 tem sido palco de intensas discussões a muitos anos devido a sua condição de tráfego que compromete tanto a integridade física das pessoas que a utilizam como a repercussão econômica, por se tratar de uma importante rodovia de ligação. Contudo, até então, não há resultados práticos que sinalizam no sentido de sua revitalização, bem como a criação de uma terceira faixa. A criação desta ação no PPAG possibilitará a efetiva priorização por parte do Governo da revitalização da Rodovia MG 290 e com isso diminuir o número de acidentes na rodovia.

EMENDA Nº 52

Emenda nº 0052 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 079 - ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: - Programa de acesso rodoviário

Unidade Orçamentária: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Construção de trevo na Rodovia MG 290 para acesso ao Distrito de Pantano dos Rosas, município de Pouso Alegre.

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A Rodovia MG 290 possui intenso tráfego de veículos, por se tratar de importante rodovia de interligação na região sul de minas, com inúmeros acidentes com vítimas fatais. Muitos acidentes são ocasionados pela dificuldade de acesso da população aos municípios existentes ao longo de sua extensão. Neste sentido, a construção de trevos de acesso aumentará a segurança aos usuários da rodovia e toda população lindeira, contribuindo para a redução do crescente número de acidentes.

EMENDA Nº 53

Emenda nº 0053 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB



Programa: 079 - ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: - Programa de acesso rodoviário.

Unidade Orçamentária: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Construção de trevo na Rodovia MG 290 para acesso a Rodovia MG 295, que liga o município de Inconfidentes ao município de Bueno Brandão.

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A Rodovia MG 290 possui intenso tráfego de veículos, por se tratar de importante rodovia de interligação na região sul de minas, com inúmeros acidentes com vítimas fatais. Muitos acidentes são ocasionados pela dificuldade de acesso da população aos municípios existentes ao longo de sua extensão. Neste sentido, a construção de trevos de acesso aumentará a segurança aos usuários da rodovia e toda população lindeira, contribuindo para a redução do crescente número de acidentes.

EMENDA Nº 54

Emenda nº 0054 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 079 - ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: - Programa de acesso rodoviário.

Unidade Orçamentária: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Construção de trevo na Rodovia MG 290 para acesso ao distrito de Crisólia, município de Ouro Fino.

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A Rodovia MG 290 possui intenso tráfego de veículos, por se tratar de importante rodovia de interligação na região sul de minas, com inúmeros acidentes com vítimas fatais. Muitos acidentes são ocasionados pela dificuldade de acesso da população aos municípios existentes ao longo de sua extensão. Neste sentido, a construção de trevos de acesso aumentará a segurança aos usuários da rodovia e toda população lindeira, contribuindo para a redução do crescente número de acidentes.



EMENDA Nº 55

Emenda nº 0055 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 079 - ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: - Programa de acesso rodoviário.

Unidade Orçamentária: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Construção de trevo na Rodovia MG 290 para acesso ao município de Ouro Fino, pela Avenida Delfim Moreira.

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A Rodovia MG 290 possui intenso tráfego de veículos, por se tratar de importante rodovia de interligação na região sul de minas, com inúmeros acidentes com vítimas fatais. Muitos acidentes são ocasionados pela dificuldade de acesso da população aos municípios existentes ao longo de sua extensão. Neste sentido, a construção de trevos de acesso aumentará a segurança aos usuários da rodovia e toda população lindeira, contribuindo para a redução do crescente número de acidentes.

EMENDA Nº 56

Emenda nº 0056 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 079 - ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: - Programa de acesso rodoviário.

Unidade Orçamentária: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Construção de trevo na Rodovia MG 290 para acesso ao município de Ouro Fino, no Menino da Porteira.

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A Rodovia MG 290 possui intenso tráfego de veículos, por se tratar de importante rodovia de interligação na região sul de minas, com inúmeros acidentes com vítimas fatais. Muitos acidentes são ocasionados pela dificuldade de acesso da população aos municípios existentes ao longo de sua extensão. Neste sentido, a construção de trevos de acesso aumentará a segurança aos usuários da rodovia e toda população lindeira, contribuindo para a redução do crescente número de acidentes.



EMENDA Nº 57

Emenda nº 0057 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 079 - ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: - Programa de acesso rodoviário.

Unidade Orçamentária: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Construção de trevo na Rodovia MG 290 para acesso ao município de Jacutinga, próximo ao Cemitério.

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A Rodovia MG 290 possui intenso tráfego de veículos, por se tratar de importante rodovia de interligação na região sul de minas, com inúmeros acidentes com vítimas fatais. Muitos acidentes são ocasionados pela dificuldade de acesso da população aos municípios existentes ao longo de sua extensão. Neste sentido, a construção de trevos de acesso aumentará a segurança aos usuários da rodovia e toda população lindeira, contribuindo para a redução do crescente número de acidentes.

EMENDA Nº 58

Emenda nº 0058 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 079 - ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: - Programa de acesso rodoviário.

Unidade Orçamentária: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Construção de trevo na Rodovia MG 290 para acesso ao município de Jacutinga, próximo a Rua Afonso Pena.

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A Rodovia MG 290 possui intenso tráfego de veículos, por se tratar de importante rodovia de interligação na região sul de minas, com inúmeros acidentes com vítimas fatais. Muitos acidentes são ocasionados pela dificuldade de acesso da população aos municípios existentes ao longo de sua extensão. Neste sentido, a construção de trevos de acesso aumentará a segurança aos usuários da rodovia e toda população lindeira, contribuindo para a redução do crescente número de acidentes.



EMENDA Nº 59

Emenda nº 0059 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 079 - ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

Ação: - Programa de acesso rodoviário.

Unidade Orçamentária: 1301 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

Finalidade: Construção de trevo na Rodovia MG 459 para acesso ao bairro da Mococa, no município de Monte Sião.

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A Rodovia MG 459 possui intenso tráfego de veículos, sendo uma das importantes rodovia de interligação da região sul de minas. Neste sentido, a construção de trevos de acesso aumentará a segurança aos usuários da rodovia e toda população lideira.

EMENDA Nº 60

Emenda nº 0060 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 059 - APOIO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO - DO CAMPO À MESA

Ação: - Desenvolvimento e fomento ao polo do morango

Unidade Orçamentária: 1231 - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Finalidade: Fomentar o desenvolvimento do polo do morango

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: PRODUTORES RURAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 61

Emenda nº 0061 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB



Programa: 174 - POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR

Ação: - Financiamento para custeio hospitalar

Unidade Orçamentária: 1321 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Finalidade: Destinação de recursos para custeio das atividades do Hospital Samuel Libânio situado no município de Pouso Alegre.

Produto: MUNICÍPIO ATENDIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: Hospital Samuel Libânio é o hospital referência na macrorregião do sul de Minas, absorvendo, por tanto, a maior parte das demandas de alta e média complexidade da região. Todavia, o hospital tem enfrentado dificuldades econômicas para manutenção das atividades de custeio. Nesse sentido, essa ação objetiva assegurar ao Samuel Libânio uma política de financiamento perene, com vista ao atendimento de suas atividades fins.

EMENDA Nº 62

Emenda nº 0062 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 174 - POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR

Ação: - Fomento ao custeio Hospitalar

Unidade Orçamentária: 1321 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Finalidade: Destinação de recursos para o custeio das atividades da Santa Casa de Misericórdia, no município de Itajubá.

Produto: MUNICÍPIO ATENDIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A Santa Casa de Misericórdia de Itajubá é uma das instituições de saúde mais antiga da região sul do Estado e vem se esforçando para atender de maneira satisfatória as demandas de saúde que chegam diariamente. Todavia, não tem conseguido manter as despesas básicas como salários dos profissionais e aquisição de medicamentos. Assim sendo, será de extrema importância inserir a Santa Casa na política de financiamento para custeio de suas atividades.



EMENDA Nº 63

Emenda nº 0063 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 174 - POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR

Ação: - Fomento ao custeio hospitalar

Unidade Orçamentária: 1321 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Finalidade: Destinação de recursos para o custeio das atividades e melhoria da Santa Casa de Misericórdia, no município de Ouro Fino.

Produto: MUNICÍPIO ATENDIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 64

Emenda nº 0064 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 174 - POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR

Ação: - Fomento ao custeio hospitalar

Unidade Orçamentária: 1321 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Finalidade: Destinação de recursos para o custeio das atividades da Santa Casa de Misericórdia, no município de Jacutinga.

Produto: MUNICÍPIO ATENDIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 65

Emenda nº 0065 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 174 - POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR

Ação: - Fomento ao custeio hospitalar

Unidade Orçamentária: 1321 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Finalidade: Destinação de recursos para o custeio das atividades da Santa Casa de Misericórdia, no município de Cambuí.



Produto: MUNICÍPIO ATENDIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 66

Emenda nº 0066 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 179 - REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE

Ação: - Ampliação da Rede Hospitalar do Sul de Minas

Unidade Orçamentária: 1321 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Finalidade: Construção do Hospital do Câncer no município de Poços de Caldas

Produto: MUNICÍPIO ATENDIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: Infelizmente a um aumento dos índices de incidência de câncer de todo Estado, visto que não é diferente na região sul. Portanto, a construção do Hospital do Câncer em Poços de Caldas propiciará o tratamento dos pacientes de oncologia da região, além de desafogar os demais hospitais que ofertam este tipo de atendimento no Estado, evitando um deslocamento cansativo e desumano até a capital para tratamento.

EMENDA Nº 67

Emenda nº 0067 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 205 - GESTÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Ação: - Ampliação da rede de segurança

Unidade Orçamentária: 1691 - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Instalação de um batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais no município de Extrema

Produto: MUNICÍPIO ATENDIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral



Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 68

Emenda nº 0068 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 205 - GESTÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Ação: - Ampliação da rede de segurança

Unidade Orçamentária: 1691 - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Instalação de um batalhão do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais no município de Ouro Fino.

Produto: MUNICÍPIO ATENDIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 69

Emenda nº 0069 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 026 - DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL, MUNICIPAL E REGIONAL

Ação: - Preservação e recuperação de equipamentos turísticos

Unidade Orçamentária: 1411 - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

Finalidade: Preservação e recuperação do Circuito Mineiro das Águas, com a revitalização dos parques e estâncias hidrominerais

Produto: MUNICÍPIO ATENDIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO DE MINAS GERAIS

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA



EMENDA Nº 70

Emenda nº 0070 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 170 - PROMOÇÃO E FOMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MINAS GERAIS

Ação: - Desenvolvimento e fomento do circuito das malhas

Unidade Orçamentária: 1461 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Finalidade: Fomentar o desenvolvimento do circuito das malhas, nos municípios de Jacutinga, Monte Sião e Ouro Fino

Produto: MUNICÍPIO ATENDIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: INDÚSTRIA, COMÉRCIO E POPULAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 71

Emenda nº 0071 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 170 - PROMOÇÃO E FOMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MINAS GERAIS

Ação: - Desenvolvimento e fomento da Indústria da Cerâmica

Unidade Orçamentária: 1461 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Finalidade: Fomentar e desenvolver a indústria de cerâmica nos municípios de Andradas e Serrania

Produto: MUNICÍPIO ATENDIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: INDÚSTRIA, COMÉRCIO E POPULAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 72

Emenda nº 0072 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 208 - INFRAESTRUTURA DO SISTEMA PRISIONAL

Ação: - Ampliação da rede de segurança

Unidade Orçamentária: 1691 - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Construção e instalação de Unidade Prisional no município de Andradas

Produto: MUNICÍPIO ATENDIDO



Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: PRESOS SOB CUSTÓDIA DA SEDS

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 73

Emenda nº 0073 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 087 - PROGRAMA DE APOIO A AMPLIAÇÃO E A MELHORIA DOS SISTEMAS PRISIONAL E SOCIEDUCATIVO

Ação: - Fomento ao custeio prisional

Unidade Orçamentária: 1451 - SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL

Finalidade: Destinação de recursos para o custeio das atividades do Centro Socioeducativo José Ruffo Bernardes no município de Ouro Fino

Produto: MUNICÍPIO ATENDIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: PRESOS SOB CUSTÓDIA DA SEAP E ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL ATENDIDOS PELA SESP

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 74

Emenda nº 0074 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 065 - APOIO AOS MUNICÍPIOS E AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MINAS GERAIS

Ação: - Construção de abrigos de apoio ao turismo nos Circuitos de Minas

Unidade Orçamentária: 1411 - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

Finalidade: Construção de abrigos de apoio para os caminantes dos circuitos turísticos, históricos e religiosos do Estado.

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: TURISTAS

Cancelamento Compensatório:



Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 75

Emenda nº 0075 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 151 - APOIO ÀS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação: - Fundo de amparo a adoção

Unidade Orçamentária: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalidade: Constituição de um fundo para o financiamento de casas de acolhimento, abrigos e incentivos às famílias que integram a política de adoção da criança e do adolescente no Estado

Produto: CRIANÇA ADOLESCENTE FAMILIA ATENDIDA

Unidade de medida: CRIANÇA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: CRIANÇA E ADOLESCENTE DE 0 A 18 ANOS

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: Infelizmente o Estado não possui uma política efetiva para adoção de crianças e adolescentes. É recorrente, em toda Minas Gerais, o abandono de filhos, seja no período pós parto ou no curso da vida dos infantes. Todavia, a rede de proteção e de acolhimento destas crianças e adolescentes ainda é muito incipiente, restando quase que exclusivamente as associações filantrópicas a realização destes acolhimentos. Nesse sentido, entendemos que já passou da hora do Estado ter uma política de financiamentos capaz de absorver as demandas da adoção, sobretudo, as tardias.

EMENDA Nº 76

Emenda nº 0076 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 151 - APOIO ÀS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação: - Fundo Estadual dos Direitos da Mulher

Unidade Orçamentária: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalidade: Estímulo e promoção de políticas de ações com caráter de afirmação da condição da mulher como sujeito de direitos sociais e econômicos.

Produto: MULHERES ATENDIDAS

Unidade de medida: POPULAÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: MULHERES E FAMÍLIAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Cancelamento Compensatório:



Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 77

Emenda nº 0077 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 193 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Ação: - Estação das profissões

Unidade Orçamentária: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: Criação e implantação de escola profissionalizante no município de Ouro Fino

Produto: JOVEM ATENDIDO

Unidade de medida: JOVEM

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: JOVENS COM IDADE ENTRE 14 E 29 ANOS

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 78

Emenda nº 0078 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 026 - DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL, MUNICIPAL E REGIONAL

Ação: - Iluminação de campos de futebol amador

Unidade Orçamentária: 1671 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES

Finalidade: Desenvolvimento de infraestrutura para a iluminação da totalidade dos campos de futebol amador

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO MINEIRA

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 79

Emenda nº 0079 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 026 - DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL, MUNICIPAL E REGIONAL



Ação: - Fomento ao esporte e a educação

Unidade Orçamentária: 1671 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES

Finalidade: Construção de quadra poliesportiva no distrito de Sertãozinho, município de Borda da Mata

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO MINEIRA

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 80

Emenda nº 0080 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 026 - DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL, MUNICIPAL E REGIONAL

Ação: - Fomento ao esporte e a educação

Unidade Orçamentária: 1671 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES

Finalidade: Construção de quadra poliesportiva no distrito de Cervo, município de Borda da Mata

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 81

Emenda nº 0081 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 026 - DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL, MUNICIPAL E REGIONAL

Ação: - Fomento ao esporte e a educação

Unidade Orçamentária: 1671 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES

Finalidade: Construção de quadra poliesportiva no município de Soledade de Minas

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL



Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 82

Emenda nº 0082 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 026 - DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL, MUNICIPAL E REGIONAL

Ação: - Fomento ao esporte e a educação

Unidade Orçamentária: 1671 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES

Finalidade: Construção de quadra poliesportiva no município de Wenceslau Braz

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 83

Emenda nº 0083 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 026 - DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL, MUNICIPAL E REGIONAL

Ação: - Fomento ao esporte e a educação

Unidade Orçamentária: 1671 - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES

Finalidade: Construção de quadra poliesportiva no município de Bom Jardim de Minas

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 84

Emenda nº 0084 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB



Programa: 174 - POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR

Ação: - Fomento ao custeio hospitalar

Unidade Orçamentária: 1321 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Finalidade: Destinação de recursos para o custeio das atividades do Hospital Maternidade Maria Eulália, no município de Silvianópolis.

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 85

Emenda nº 0085 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 174 - POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR

Ação: - Fomento ao custeio hospitalar

Unidade Orçamentária: 1321 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Finalidade: Destinação de recursos para o custeio das atividades do Hospital Frei Caetano Maternidade Santa Tereza, no município de Paraisópolis.

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 86

Emenda nº 0086 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 174 - POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR

Ação: - Fomento ao custeio hospitalar

Unidade Orçamentária: 1321 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Finalidade: Destinação de recursos para o custeio das atividades do Hospital São Caetano, no município de Brasópolis.

Produto: A DEFINIR



Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO - SUL

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 87

Emenda nº 0087 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 026 - DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL, MUNICIPAL E REGIONAL

Ação: - Preservação e recuperação de equipamentos turísticos

Unidade Orçamentária: 1461 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Finalidade: Revitalização do Parque de Exposição Hamilton Pereira Junqueira, no município de Soledade de Minas

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: População do município atendido

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 88

Emenda nº 0088 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 026 - DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL, MUNICIPAL E REGIONAL

Ação: - Preservação e recuperação de equipamentos turísticos

Unidade Orçamentária: 1461 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Finalidade: Revitalização do Parque de Exposição do Município de Delfim Moreira

Produto: MUNICÍPIO ABRANGIDO

Unidade de medida: MUNICÍPIO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: População do município atingido

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA



EMENDA Nº 89

Emenda nº 0089 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 765 - APOIO HABITACIONAL

Ação: - Programa Estadual de Habitação

Unidade Orçamentária: 5071 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Construção de casas populares no município de Albertina.

Produto: População do Estado de Baixa Renda

Unidade de medida: POPULAÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: População mineira de baixa renda

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 90

Emenda nº 0090 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 765 - APOIO HABITACIONAL

Ação: - Programa Estadual de Habitação

Unidade Orçamentária: 5071 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Construção de casas populares no município de Senador Amaral

Produto: População do Estado de Baixa Renda

Unidade de medida: POPULAÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: População mineira de baixa renda

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 91

Emenda nº 0091 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 765 - APOIO HABITACIONAL

Ação: - Programa Estadual de Habitação

Unidade Orçamentária: 5071 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Construção de casas populares no município de Ouro Fino

Produto: População do Estado de Baixa Renda



Unidade de medida: POPULAÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: População mineira de baixa renda

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 92

Emenda nº 0092 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 765 - APOIO HABITACIONAL

Ação: - Programa Estadual de Habitação

Unidade Orçamentária: 5071 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Construção de casas populares no município de Borda da Mata.

Produto: População do Estado de Baixa Renda

Unidade de medida: POPULAÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: População mineira de baixa renda

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 93

Emenda nº 0093 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 765 - APOIO HABITACIONAL

Ação: - Programa Estadual de Habitação

Unidade Orçamentária: 5071 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Construção de casas populares no município de Inconfidentes

Produto: População do Estado de Baixa Renda

Unidade de medida: POPULAÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: População mineira de baixa renda

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA



EMENDA Nº 94

Emenda nº 0094 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 765 - APOIO HABITACIONAL

Ação: - Programa Estadual de Habitação

Unidade Orçamentária: 5071 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Construção de casas populares no município de Congonhal

Produto: População do Estado de Baixa Renda

Unidade de medida: POPULAÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: População mineira de baixa renda

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 95

Emenda nº 0095 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 765 - APOIO HABITACIONAL

Ação: - Programa Estadual de Habitação

Unidade Orçamentária: 5071 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Construção de casas populares no município de Ipuiuna

Produto: População do Estado de Baixa Renda

Unidade de medida: POPULAÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: População mineira de baixa renda

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 96

Emenda nº 0096 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 765 - APOIO HABITACIONAL

Ação: - Programa Estadual de Habitação

Unidade Orçamentária: 5071 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Construção de casas populares no município de Silvianópolis

Produto: População do Estado de Baixa Renda



Unidade de medida: POPULAÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: População mineira de baixa renda

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 97

Emenda nº 0097 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 765 - APOIO HABITACIONAL

Ação: - Programa Estadual de Habitação

Unidade Orçamentária: 5071 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Construção de casas populares no município de Turvolândia

Produto: População do Estado de Baixa Renda

Unidade de medida: POPULAÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: População mineira de baixa renda

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 98

Emenda nº 0098 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 765 - APOIO HABITACIONAL

Ação: - Programa Estadual de Habitação

Unidade Orçamentária: 5071 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Construção de casas populares no município de Soledade de Minas

Produto: População do Estado de Baixa Renda

Unidade de medida: POPULAÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: População mineira de baixa renda

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA



EMENDA Nº 99

Emenda nº 0099 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 765 - APOIO HABITACIONAL

Ação: - Programa Estadual de Habitação

Unidade Orçamentária: 5071 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Construção de casas populares no município de Itanhandu

Produto: População do Estado de Baixa Renda

Unidade de medida: POPULAÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: População mineira de baixa renda

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 100

Emenda nº 0100 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 765 - APOIO HABITACIONAL

Ação: - Programa Estadual de Habitação

Unidade Orçamentária: 5071 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Construção de casas populares no município de Paraisópolis

Produto: População do Estado de Baixa Renda

Unidade de medida: POPULAÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: População mineira de baixa renda

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 101

Emenda nº 0101 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 765 - APOIO HABITACIONAL

Ação: - Programa Estadual de Habitação

Unidade Orçamentária: 5071 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Construção de casas populares no município de Sapucaí Mirim

Produto: População do Estado de Baixa Renda



Unidade de medida: POPULAÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: População mineira de baixa renda

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 102

Emenda nº 0102 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 765 - APOIO HABITACIONAL

Ação: - Programa Estadual de Habitação

Unidade Orçamentária: 5071 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Construção de casas populares no município de Cambuí

Produto: População do Estado de Baixa Renda

Unidade de medida: POPULAÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: População mineira de baixa renda

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 103

Emenda nº 0103 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 765 - APOIO HABITACIONAL

Ação: - Programa Estadual de Habitação

Unidade Orçamentária: 5071 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Construção de casas populares no município de Consolação

Produto: População do Estado de Baixa Renda

Unidade de medida: POPULAÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: População mineira de baixa renda

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA



EMENDA Nº 104

Emenda nº 0104 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 765 - APOIO HABITACIONAL

Ação: - Programa Estadual de Habitação

Unidade Orçamentária: 5071 - COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Finalidade: Construção de casas populares no município de Jacutinga

Produto: População do Estado de Baixa Renda

Unidade de medida: POPULAÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: População mineira de baixa renda

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 105

Emenda nº 0105 Autoria: Dalmo Ribeiro Silva - PSDB

Programa: 050 - APOIO À INDUÇÃO E À INOVAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Ação: - FUNTEC - Fundo de apoio ao empreendedorismo tecnologico e inovação

Unidade Orçamentária: 1221 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Finalidade: Destinação de recursos para o FUNTEC - Fundo de apoio ao empreendedorismo tecnologico e inovação para apoio e gestão de empresas de base tecnológica com preferência para as startups, incubadoras e aceleradoras.

Produto: A DEFINIR

Unidade de medida: A DEFINIR

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: Empresas de base tecnologia em desenvolvimento, Startups, Incubadoras e Aceleradoras

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 106

Emenda nº 0106 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Texto da emenda: Promova-se a transposição o Programa 033 - Serviço Especial de Segurança Governamental, do Eixo "Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico, e a ação 2021 que o integra, para o Eixo "Segurança Pública", excluindo-se dos "objetivos de desenvolvimento sustentável" a expressão "11- cidades e comunidades sustentáveis" e substituindo-se no texto relacionado às áreas e objetivos estratégicos o texto original pelo texto seguinte:

"ÁREAS x OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Segurança Pública

- promover ações relacionadas com a segurança de autoridades estaduais quando no exercício de atividades oficiais discriminadas na agenda governamental e de autoridades de outros entes federados ou de outras nações quando em visitas oficiais ao Estado.

Justificativa: Correção de equívoco: O programa 033 : serviço especial de segurança governamental foi incluído no eixo : desenvolvimento produtivo, científico e tecnológico, quando o local mais apropriado é o eixo: segurança pública. A Casa Legislativa, a quem compete elaborar a lei, não pode manter a incongruência apontada.

EMENDA Nº 107

Emenda nº 0107 Autoria: Bloco Verdade e Coerência

Programa: 211 - ESCOLAS SUSTENTÁVEIS -

Ação: 4572 - TRANSPORTE ESCOLAR

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	0	0,00	13.080	22.352.456,00	13.080	22.352.456,00
Caparaó	0	0,00	19.966	17.599.310,00	19.966	17.599.310,00
Central	0	0,00	2.669	4.440.559,00	2.669	4.440.559,00
Mata	0	0,00	15.633	13.842.877,00	15.633	13.842.877,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	0	0,00	17.036	28.399.854,00	17.036	28.399.854,00
Metropolitano	0	0,00	18.254	17.036.248,00	18.254	17.036.248,00
Mucuri	0	0,00	15.687	25.723.631,00	15.687	25.723.631,00
Multiterritorial	10.500	13.000.000,00	0	0,00	0	0,00
Noroeste	0		8.122	11.739.875,00	8.122	11.739.875,00
Norte	0	0,00	42.533	73.791.840,00	42.533	73.791.840,00
Oeste	0	0,00	9.846	8.742.230,00	9.846	8.742.230,00
Sudoeste	0	0,00	9.231	8.084.135,00	9.231	8.084.135,00
Sul	0	0,00	31.368	27.400.396,00	31.368	27.400.396,00
Triângulo Norte	0	0,00	6.082	5.606.972,00	6.082	5.606.972,00
Triângulo Sul	0	0,00	3.494	3.286.754,00	3.494	3.286.754,00
Vale do Aço	0	0,00	9.951	9.599.105,00	9.951	9.599.105,00
Vale do Rio Doce	0	0,00	16.064	25.540.552,00	16.064	25.540.552,00
Vertentes	0	0,00	10.984	9.813.206,00	10.984	9.813.206,00

Justificativa: Há um claro erro na fixação do produto, que deve ser corrigido pela aplicação de uma simples regra de três. A previsão original de 13 milhões de reais para o atendimento de apenas 105 alunos no exercício de 2017 significaria um custo de cerca de R\$ 124.000,00 por aluno, quando o custo aproximado, previsto para os exercícios seguintes é de cerca de R\$ 1.252,00.

**EMENDA Nº 108**

Emenda nº 0108 (originada da PLE nº 129/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 192 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE -

Ação: 4015 - ATENÇÃO À SAÚDE DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Mudança de produto para: MUNICÍPIO COM ALDEAMENTO INDÍGENA E/OU COM COMUNIDADE QUILOMBOLA BENEFICIADO

Justificativa: A emenda ora apresentada visa a adequar o produto da Ação 4015 -- Atenção à saúde das comunidades indígenas e quilombolas --, para incluir as comunidades quilombolas, tendo em vista que o seu produto contempla somente municípios com aldeamento indígena beneficiado.

EMENDA Nº 109

Emenda nº 0109 (originada da PLE nº 137/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 114 - OFERTA DE PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL -

Ação: 4585 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA E PÚBLICA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	80	800.000,00	80	800.000,00	80	800.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 790.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 110

Emenda nº 0110 (originada da PLE nº 127/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 128 - SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL -

Ação: 2094 - FORMAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E SOCIEDADE CIVIL NA ÁREA DE SANS

Mudança de finalidade para: CAPACITAR SERVIDORES PÚBLICOS E AGENTES DA SOCIEDADE CIVIL, NAS TEMÁTICAS AFETAS A SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL/SANS, PARA COMPREENSÃO

DOS CONCEITOS E DESAFIOS INTERSETORIAIS, AGREGANDO CONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL, garantindo o monitoramento das políticas de Sans, BEM COMO GARANTIR O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E CULTURAL DAS PESSOAS E COMUNIDADES ENVOLVIDAS. ALÉM DISSO, GARANTIR MAIOR EFICIÊNCIA NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PROMOTORAS DO DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA PARA OS CIDADÃOS.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras
------------	---------	-------------	---------	-------------	---------	-------------



	2017	2017	2018	2018	2019	2019
Multiterritorial	18	100.000,00	19	79.018,00	20	79.018,00

EMENDA Nº 111

Emenda nº 0111 (originada da PLE nº 127/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 128 - SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL -

Ação: 2098 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS

Mudança de finalidade para: DELIBERAR, PROPOR E MONITORAR AÇÕES INTEGRADAS E/OU INTERSETORIAIS VOLTADAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL, FORTALECENDO E GARANTINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES REGIONAIS DE SANS DE MG

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	10	500.000,00	12	275.779,00	22	275.779,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 160.094,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 112

Emenda nº 0112 (originada da PLE nº 127/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 128 - SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL -

Ação: 2120 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) EM MINAS GERAIS

Mudança de nome para: ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL DAS AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE MINAS GERAIS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Caparaó	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Central	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Mata	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Metropolitano	12	50.000,00	20	50.000,00	20	50.000,00
Mucuri	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Noroeste	1	0,00	0	0,00	0	0,00



Norte	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Oeste	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Sudoeste	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Sul	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Triângulo Norte	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Triângulo Sul	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Vale do Aço	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Vale do Rio Doce	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Vertentes	1	0,00	0	0,00	0	0,00

EMENDA Nº 113

Emenda nº 0113 (originada da PLE nº 140/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 178 - MINAS ESPORTIVA -

Ação: 4555 - BOLSA-ATLETA E BOLSA TÉCNICO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Caparaó	7	42.000,00	7	42.000,00	7	42.000,00
Central	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Mata	6	25.000,00	0	25.002,00	0	25.005,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Metropolitano	69	518.000,00	0	518.013,00	0	518.027,00
Mucuri	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Multiterritorial	0	378.000,00	120	378.038,00	120	378.076,00
Noroeste	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Norte	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Oeste	7	28.000,00	0	28.002,00	0	28.006,00
Sudoeste	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sul	14	85.000,00	0	85.008,00	0	85.017,00
Triângulo Norte	9	89.000,00	0	89.009,00	0	89.018,00
Triângulo Sul	1	12.000,00	0	12.002,00	0	12.003,00
Vale do Aço	1	3.000,00	0	3.000,00	0	3.000,00
Vale do Rio Doce	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Vertentes	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 30.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

**EMENDA Nº 114**

Emenda nº 0114 (originada da PLE nº 140/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 178 - MINAS ESPORTIVA -

Ação: 4558 - JOGOS DE MINAS GERAIS

Mudança de finalidade para: POTENCIALIZAR O ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO EM MINAS GERAIS, EM DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS OLÍMPICAS, NÃO OLÍMPICAS E PARALÍMPICAS, VISANDO O AUMENTO DA PRÁTICA ESPORTIVA.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	6.000	1.635.000,00	7.000	1.635.000,00	8.000	1.635.000,00

EMENDA Nº 115

Emenda nº 0115 (originada da PLE nº 120/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 151 - APOIO ÀS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Ação: - Apoio aos Festivais de Reforma Agrária e Agricultura Camponesa

Unidade Orçamentária: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Finalidade: Apoiar a inclusão produtiva dos trabalhadores rurais sem-terra e da agricultura familiar, por meio do fomento à sua produção cultural e à comercialização de seus produtos em festivais e feiras da Reforma Agrária e da Agricultura Camponesa.

Produto: Feira/ Festival apoiado

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: trabalhadores rurais sem-terra e agricultores familiares

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	8	800.000,00	12	1.200.000,00	17	1.700.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 800.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 116

Emenda nº 0116 (originada da PLE nº 81/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 087 - PROGRAMA DE APOIO A AMPLIAÇÃO E A MELHORIA DOS SISTEMAS PRISIONAL E SOCIEDUCATIVO

Mudança de nome para: PROGRAMA DE APOIO A AMPLIAÇÃO E A MELHORIA DO SISTEMA PRISIONAL



Mudança de objetivo para: COLABORAR COM A PRESERVAÇÃO, REPAROS PREVENTIVOS E CORRETIVOS, INSTALAÇÕES, ADAPTAÇÕES, RECUPERAÇÕES, CONSERVAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E REFORMA DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DAS UNIDADES PRISIONAIS E TAMBÉM APOIAR A PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA POR MEIO DA DFMG (DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS).

Mudança de área/objetivo estratégico para:

Excluir o objetivo estratégico "POTENCIALIZAR A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS SOCIOEDUCATIVAS PARA INSERÇÃO SOCIAL DOS JOVENS, POR MEIO DA AMPLIAÇÃO DA QUANTIDADE E QUALIDADE DA OFERTA DOS SERVIÇOS PRESTADOS NO ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE E DA APROXIMAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO À DEFENSORIA PÚBLICA, PODER JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO, PREFEITURAS MUNICIPAIS E GOVERNO FEDERAL".

Justificativa: Adequar o Programa 87 à atual estrutura da gestão da área de segurança pública em Minas Gerais.

EMENDA Nº 117

Emenda nº 0117 (originada da PLE nº 81/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 087 - PROGRAMA DE APOIO A AMPLIAÇÃO E A MELHORIA DOS SISTEMAS PRISIONAL E SOCIEDUCATIVO -

Ação: 1097 - APOIO À ESTRUTURAÇÃO E AO REAPARELHAMENTO DE UNIDADES PRISIONAIS E SOCIEDUCATIVAS

Mudança de nome para: APOIO À ESTRUTURAÇÃO E AO REAPARELHAMENTO DE UNIDADES PRISIONAIS

Mudança de finalidade para: FINANCIAR O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO, A CONSTRUÇÃO, A MANUTENÇÃO, A REFORMA E A AMPLIAÇÃO DE UNIDADES PRISIONAIS.

Mudança de público alvo:

Para: PRESOS SOB CUSTÓDIA DA SEAP

Justificativa: Adequar a Ação 1097 à atual estrutura da gestão da área de segurança pública em Minas Gerais.

EMENDA Nº 118

Emenda nº 0118 (originada da PLE nº 139/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 214 - EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA

Mudança de objetivo para: AUMENTAR O TEMPO DE PERMANÊNCIA DIÁRIA DOS ALUNOS NAS ESCOLAS, INCLUSIVE OS ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIEDUCATIVA, na perspectiva da educação integral e integrada, ATINGIR O NÍVEL RECOMENDADO DE PROFICIÊNCIA POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA), ESTRUTURAR O ENSINO MÉDIO, MAIS PARTICIPATIVO, POSSIBILITANDO A MOBILIZAÇÃO SOCIAL E EMANCIPAÇÃO DOS JOVENS (DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO), PROVER O ENSINO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE DE FORMA A AMPLIAR O ACESSO E AS TAXAS DE PROFICIÊNCIA (DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL), AVALIAR A QUALIDADE DO ENSINO DO SISTEMA PÚBLICO DE EDUCAÇÃO (SIMAVE) E FORTALECER A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO, garantida, em cada um dos objetivos, a participação da comunidade escolar.



Justificativa: A emenda ora apresentada visa alterar a finalidade do programa, para ampliar a concepção de educação integral e possibilitar, em cada um dos objetivos do programa, a participação da comunidade escolar.

EMENDA Nº 119

Emenda nº 0119 (originada da PLE nº 139/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 214 - EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA -

Ação: 2067 - ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO ESCOLAR

Mudança de finalidade para: TORNAR A AMD DA REDE ESTADUAL DE ENSINO MAIS EFICIENTE, GARANTINDO VAGA AOS ALUNOS NO EF ATRAVÉS DO CADASTRO ESCOLAR; AMPLIAR O ENSINO MÉDIO NA REDE PÚBLICA; ORGANIZAR O PLANO DE ATENDIMENTO ESCOLAR COM AS SRE, e com a participação da comunidade escolar; AUTORIZAR FUNC. DE ESCOLAS E CURSOS TÉCNICOS E NORMAL; REGULARIZAR A VIDA ESCOLAR DOS ALUNOS; GARANTIR A EXECUÇÃO DO CENSO ESCOLAR DE TODAS AS REDES DE ENSINO DO ESTADO, EM ESPECIAL A ESTADUAL; GERAR E DIVULGAR DADOS DO CENSO ESCOLAR; CONTRIBUIR, COM O SIMADE.

Justificativa: A emenda ora apresentada visa alterar a finalidade da ação para possibilitar a participação da comunidade escolar na organização do plano de atendimento escolar.

EMENDA Nº 120

Emenda nº 0120 (originada da PLE nº 146/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 066 - DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES -

Ação: 1034 - REDE DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO RODOVIÁRIO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	4	4.451.000,00	0	1.000,00	0	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 4.450.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 121

Emenda nº 0121 (originada da PLE nº 119/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 036 - PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL -

Ação: 4547 - IMPLEMENTAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	0	0,00	0	0,00	0	0,00



Mata	1	125.000,00	1	125.000,00	1	125.000,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Metropolitano	1	500.000,00	1	500.000,00	1	500.000,00
Mucuri	1	500.000,00	1	500.000,00	1	500.000,00
Multiterritorial	1	400.000,00	1	400.000,00	1	400.000,00
Noroeste	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Norte	1	500.000,00	1	500.000,00	1	500.000,00
Sudoeste	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sul	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Triângulo Norte	1	500.000,00	1	500.000,00	1	500.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 400.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 122

Emenda nº 0122 (originada da PLE nº 144/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 079 - ESTRADAS DE MINAS: INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA -

Ação: 4185 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	7	16.300.000,00	2	3.100.000,00	2	3.100.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 1.000.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 123

Emenda nº 0123 (originada da PLE nº 119/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 036 - PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ação: - Formação Permanente de Conselheiros de Direitos

Unidade Orçamentária: 1651 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: Formação de conselheiros de direitos em áreas como educação e direitos humanos, proporcionando ações mais eficientes nos conselhos.

Produto: ENCONTRO REALIZADO

Unidade de medida: ENCONTRO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: CONSELHEIROS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 1.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 124

Emenda nº 0124 (originada da PLE nº 114/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 210 - COOPERAÇÃO ESTADO MUNICÍPIOS NA ÀREA EDUCACIONAL

Mudança de objetivo para: DISPONIBILIZAR RECURSOS HUMANOS, TÉCNICOS, MATERIAIS E FINANCEIROS AOS MUNICÍPIOS, VISANDO À MELHORIA DOS PADRÕES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E CAPACITAR OS GESTORES MUNICIPAIS DE ENSINO, VISANDO À UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Justificativa: A alteração proposta no objetivo do programa visa evidenciar a educação infantil no âmbito do PPAG.

EMENDA Nº 125

Emenda nº 0125 (originada da PLE nº 114/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 210 - COOPERAÇÃO ESTADO MUNICÍPIOS NA ÀREA EDUCACIONAL -

Ação: 4640 - ATENDIMENTO AOS MUNICÍPIOS MINEIROS

Mudança de finalidade para: DISPONIBILIZAR RECURSOS HUMANOS, TÉCNICOS, MATERIAIS E RECURSOS FINANCEIROS AOS MUNICÍPIOS MINEIROS VISANDO A MELHORIA DOS PADRÕES DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Mata	1	187.711,00	1	187.711,00	1	187.711,00
Metropolitano	3	983.132,00	3	563.132,00	3	563.132,00
Oeste	1	187.710,00	1	187.710,00	1	187.710,00
Vale do Aço	1	187.710,00	1	187.710,00	1	187.710,00
Vertentes	1	187.711,00	1	187.711,00	1	187.711,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 420.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa evidenciar a educação infantil no âmbito do PPAG.

**EMENDA Nº 126**

Emenda nº 0126 (originada da PLE nº 75/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 084 - OPERAÇÃO E SEGURANÇA DOS CORREDORES DE TRANSPORTE -

Ação: 4196 - EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

Mudança de finalidade para: ORIENTAR, EDUCAR, CAPACITAR E INSTRUMENTALIZAR A POPULAÇÃO, DENTRO DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO, PARA ATUAR COM COMPORTAMENTO SEGURO NO TRÂNSITO, COM ESPECIAL ATENÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

EMENDA Nº 127

Emenda nº 0127 (originada da PLE nº 119/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 036 - PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ação: - Ações Afirmativas para Povos e Comunidades Tradicionais

Unidade Orçamentária: 1651 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: Promover ações afirmativas para o empoderamento dos povos e comunidades tradicionais, por meio da promoção da autoidentificação e do reconhecimento de seus direitos, bem como da formação para o empreendedorismo, na perspectiva da sustentabilidade socioeconômica e ambiental.

Produto: POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS BENEFICIADOS

Unidade de medida: COMUNIDADE

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	14	200.000,00				

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 200.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 128

Emenda nº 0128 (originada da PLE nº 119/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 036 - PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ação: - Enfrentamento ao Racismo

Unidade Orçamentária: 1651 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA



Finalidade: Promover o empoderamento de mulheres e jovens negros, por meio do reconhecimento de seus direitos e da formação para o empreendedorismo, na perspectiva da sustentabilidade socioeconômica e ambiental.

Produto: PESSOA CAPACITADA

Unidade de medida: PESSOA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	80	240.000,00				

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 240.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 129

Emenda nº 0129 (originada da PLE nº 119/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 036 - PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ação: - Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania LGBT - Minas sem LGBTfobia

Unidade Orçamentária: 1651 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: Realizar ações de promoção dos direitos humanos e cidadania LGBT, promovendo o combate à discriminação da população LGBT.

Produto: PROGRAMA IMPLEMENTADO

Unidade de medida: PROGRAMA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	400.000,00	1	400.000,00	1	400.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 400.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 130

Emenda nº 0130 (originada da PLE nº 119/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 036 - PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ação: - Promoção da Autonomia das Mulheres

Unidade Orçamentária: 1651 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: Desenvolver ações que garantam a promoção dos direitos humanos e a autonomia das mulheres do campo e da cidade.

Produto: PESSOA ATENDIDA

Unidade de medida: PESSOA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: MULHERES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	100	320.000,00	100	320.000,00	100	320.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 320.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 131

Emenda nº 0131 (originada da PLE nº 96/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 116 - MINAS DIGITAL -

Ação: 1029 - IMPLANTAÇÃO DE HUBS DE INOVAÇÃO NOS TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Mudança de finalidade para: Aumentar a inclusão digital e social dos cidadãos; incentivar o empreendedorismo e a inovação através da capacitação e qualificação profissional; fortalecer a articulação entre Universidade, Empresas e a Sociedade; contribuir para a geração de emprego e renda para a diversificação da economia mineira; expandir a oferta do ensino superior a nível tecnológico em Tecnologia da Informação - TI - e Economia Criativa no âmbito do Estado de Minas Gerais; promover sinergia nos Territórios de Desenvolvimento, nas ações de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Justificativa: O principal fundamento que justifica a alteração pretendida, a partir das discussões participativas ocorridas, refere-se às barreiras legais para formalização de atividades produtivas impostas a alguns segmentos de profissionais da Economia Criativa. Por exemplo, a Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Simples Nacional), e sua regulamentação, excluem a possibilidade de que a pessoa, no exercício de algumas atividades profissionais, se enquadre como microempreendedora individual, criando entraves à formalização de redes de profissionais autônomos da Economia Criativa em organizações produtivas reconhecidas pelo ordenamento jurídico (cooperativas, associações etc.), impedindo o acesso a políticas de financiamento de atividades produtivas (bancos públicos, agências governamentais de fomento, instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação).

A alteração da finalidade proposta visa a induzir o Estado a fomentar, nos espaços físicos dos hubs de inovação implantados, o desenvolvimento de redes de negócios inovadores de profissionais da Economia Criativa, pertencentes a segmentos produtivos que não tenham conexão direta com atividades de TI.

**EMENDA Nº 132**

Emenda nº 0132 (originada da PLE nº 106/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 120 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS -

Ação: 4590 - PLANO DE SEGURANÇA HÍDRICA PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	2	200.000,00	1	200.000,00	1	200.000,00
Multiterritorial	5	200.000,00	5	200.000,00	5	200.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 200.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 133

Emenda nº 0133 (originada da PLE nº 106/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 120 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS

Ação: - Área de Proteção Ambiental (APA) Várzea das Flores

Unidade Orçamentária: 2241 - INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS

Finalidade: Proteção e recuperação de nascentes da APA Várzea das Flores

Produto: NASCENTES PROTEGIDAS/ RECUPERADAS

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: População de Betim e Contagem

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	10	30.000,00	10	30.000,00	10	30.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 30.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 134

Emenda nº 0134 (originada da PLE nº 107/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 143 - PROTEÇÃO DAS ÁREAS AMBIENTALMENTE CONSERVADAS, A FAUNA, E A BIODIVERSIDADE FLORESTAL. -

Ação: 4435 - PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Mudança de produto para: Capacitações para o CAR e para o Plano de Recuperação Ambiental (PRA)



Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	34.376,00	1	34.376,00	1	34.376,00
Mata	1	34.376,00	1	34.376,00	1	34.376,00
Mucuri	1	34.376,00	1	34.376,00	1	34.376,00
Multiterritorial	15	500.000,00	15	500.000,00	15	500.000,00
Sul	1	34.376,00	1	34.376,00	1	34.376,00
Vale do Rio Doce	1	34.376,00	1	34.376,00	1	34.376,00
Vertentes	1	34.380,00	1	34.380,00	1	34.380,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 135

Emenda nº 0135 (originada da PLE nº 107/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 143 - PROTEÇÃO DAS ÁREAS AMBIENTALMENTE CONSERVADAS, A FAUNA, E A BIODIVERSIDADE FLORESTAL. -

Ação: 4294 - MONITORAMENTO AMBIENTAL

Mudança de finalidade para: Promover o mapeamento, o inventário e o monitoramento da cobertura vegetal do Estado e das Áreas de Preservação Permanentes, com foco nas áreas prioritárias para a proteção da biodiversidade, visando à manutenção do equilíbrio ecológico, à conservação, à preservação, ao uso sustentável e à recuperação dos ecossistemas.

EMENDA Nº 136

Emenda nº 0136 (originada da PLE nº 108/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 121 - GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA

Ação: - Revitalização, Conservação e Preservação da APA Parque Fernão Dias

Unidade Orçamentária: 1371 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Revitalizar, conservar e preservar a APA Parque Fernão Dias, por meio da adoção de medidas protetivas e da elaboração do Plano de Manejo

Produto: Ações Protetivas

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras
-------------------	----------------	--------------------	----------------	--------------------	----------------	--------------------



	2017	2017	2018	2018	2019	2019
Metropolitano	1	250.000,00	1	250.000,00	1	250.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 250.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 137

Emenda nº 0137 (originada da PLE nº 143/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 145 - SANEAMENTO É VIDA

Ação: - Implantação de Ações de Saneamento Rural (água e esgotamento sanitário)

Unidade Orçamentária: 1471 - SECRETARIA DE ESTADO DE CIDADES E DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

Finalidade: Garantir a melhoria de condições de saúde para as comunidades rurais à medida que se implementam soluções de esgotamento sanitário e melhoria da qualidade da água.

Produto: CONVÊNIO CELEBRADO

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: População Rural

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	10	1.000,00	10	1.000,00	10	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 1.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 138

Emenda nº 0138 (originada da PLE nº 110/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 191 - MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL -

Ação: 4517 - BOLSA RECICLAGEM

Mudança de unidade de medida para: TONELADA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	56.000	3.000.000,00	66.000	3.535.714,00	76.000	4.071.428,00

EMENDA Nº 139

Emenda nº 0139 (originada da PLE nº 93/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular



Programa: 726 - ACESSO À JUSTIÇA -

Ação: 2068 - CAPACITAÇÃO DE MEMBROS E SERVIDORES DA DEFENSORIA PÚBLICA

Mudança de nome para: Estruturação da Escola Superior da Defensoria Pública e CAPACITAÇÃO DE MEMBROS, SERVIDORES e população assistida.

Mudança de finalidade para: PROMOVER A CAPACITAÇÃO DE DEFENSORES, SERVIDORES e cidadãos hipossuficientes no Estado, por meio da estruturação da Escola Superior da Defensoria Pública.

Mudança de produto para: defensor/servidor/cidadão capacitado

Mudança de unidade de medida para: defensor/servidor/cidadão

Mudança de público alvo:

Para: membros e servidores da Defensoria Pública do Estado e população assistida

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	560	450.000,00	250	203.000,00	250	203.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 250.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 140

Emenda nº 0140 (originada da PLE nº 95/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 046 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E ACESSO A TERRA -

Ação: 4549 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA PLENA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	225	337.900,00				
Mucuri	11	49.100,00	0	0,00	0	0,00
Multiterritorial	76	13.000,00	63	13.000,00	180	306.500,00
Norte	400	600.000,00	300	600.000,00	183	306.500,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 337.900,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 141

Emenda nº 0141 (originada da PLE nº 126/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 140 - FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA -

Ação: 4360 - ESTÍMULO E APOIO AS CULTURAS POPULARES E TRADICIONAIS



Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Central	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Multiterritorial	17	1.551.500,00	12	203.515,00	12	205.550,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 1.350.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 142

Emenda nº 0142 (originada da PLE nº 126/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 140 - FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA -

Ação: 4370 - FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	250	6.180,00	280	3.045,00	300	2.747,00
Central	5	3.200,00	6	35.200,00	7	38.720,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	250	6.180,00	280	3.045,00	300	2.760,00
Metropolitano	250	6.180,00	280	3.045,00	300	2.760,00
Mucuri	250	6.180,00	280	3.045,00	300	2.760,00
Multiterritorial	550	106.180,00	280	3.045,00	300	2.760,00
Noroeste	250	6.180,00	280	3.045,00	300	2.760,00
Norte	250	6.180,00	280	3.045,00	300	2.760,00
Oeste	250	6.180,00	280	3.045,00	300	2.760,00
Vale do Aço	250	6.180,00	280	3.045,00	300	2.760,00
Vale do Rio Doce	250	6.180,00	280	3.045,00	300	2.760,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 143

Emenda nº 0143 (originada da PLE nº 122/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 099 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Ação: - Cooperação Estado-Município para preservação do patrimônio cultural

Unidade Orçamentária: 2201 - INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Finalidade: PRESTAR ASSESSORIA TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS PARA QUE IMPLEMENTEM E FORTALEÇAM SUAS POLÍTICAS LOCAIS DE PATRIMÔNIO CULTURAL E PROMOVAM A IDENTIFICAÇÃO DE ACERVOS E BENS CULTURAIS RELEVANTES PARA PROTEÇÃO.

Produto: MUNICÍPIO BENEFICIADO.

Unidade de medida: MUNICÍPIO ATENDIDO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: MUNICÍPIOS MINEIROS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	1.000,00				
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	1.000,00				
Metropolitano	2	2.000,00				
Mucuri	1	1.000,00				
Multiterritorial	1	1.000,00				

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 6.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: Para a realização de diferentes tipos de inventários (pesquisas e documentações minuciosas acerca de conjuntos de bens associados a referências, acervos, manifestações ou práticas culturais) de identificação e preservação do patrimônio cultural, é mister que o Iepha seja dotado dos meios necessários para colaborar com os municípios. Essa colaboração é fundamental que o processo de inventário -- que antecede necessariamente a qualquer das ações de proteção que eventualmente sejam decididas pelo órgão competente -- possa atingir todos os territórios de desenvolvimento do Estado.

EMENDA Nº 144

Emenda nº 0144 (originada da PLE nº 94/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 059 - APOIO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO - DO CAMPO À MESA -

Ação: 4141 - APOIO AO COOPERATIVISMO E ACESSO A MERCADOS INSTITUCIONAIS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	20	465.000,00	20	465.000,00	20	465.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 315.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 145

Emenda nº 0145 (originada da PLE nº 94/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular



Programa: 059 - APOIO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO - DO CAMPO À MESA -

Ação: 2034 - AGROINDÚSTRIA FAMILIAR E INFRAESTRUTURA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	9	850.000,00	9	850.000,00	9	850.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 350.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 146

Emenda nº 0146 (originada da PLE nº 94/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 059 - APOIO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO - DO CAMPO À MESA -

Ação: 4238 - APOIO À PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO E À CONTINUIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR - SUCESSÃO RURAL

Mudança de finalidade para: PROMOVER CONDIÇÕES PARA A PERMANÊNCIA DO JOVEM NO MEIO RURAL E ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DESTE PÚBLICO, POR MEIO DE ATIVIDADES RELATIVAS A CAPACITAÇÃO, GERAÇÃO DE RENDA, DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E SUSTENTÁVEIS DA AGRICULTURA FAMILIAR e contratação de entidades organizativas dos egressos das EFA's que sejam credenciadas no serviço da ATER

Mudança de público alvo:

Para: JOVENS DO MEIO RURAL E JOVENS TÉCNICOS EGRESSOS DAS EFAS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	150	460.000,00	150	460.000,00	150	460.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 210.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 147

Emenda nº 0147 (originada da PLE nº 94/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 059 - APOIO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO - DO CAMPO À MESA -

Ação: 4242 - FOMENTO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA, CRIAÇÃO ANIMAL, EXTRATIVISMO E PESCA FAMILIAR - TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA



Mudança de finalidade para: AUMENTAR A PRODUTIVIDADE E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DE AGRICULTORES FAMILIARES E CONSUMIDORES, POR MEIO DO APOIO À TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA, ENTENDIDA COMO UM PROCESSO GRADUAL DE MUDANÇA DOS MÉTODOS PRODUTIVOS, DE SUBSTITUIÇÃO DAS TÉCNICAS DE PRODUÇÃO NÃO SUSTENTÁVEIS E NOCIVAS AO MEIO AMBIENTE, e da promoção da qualificação técnica de agentes de ATER para a agroecologia

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	500	620.000,00	500	495.000,00	500	495.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 125.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 148

Emenda nº 0148 (originada da PLE nº 102/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 170 - PROMOÇÃO E FOMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MINAS GERAIS -

Ação: 4438 - FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO MINEIRO

Mudança de finalidade para: Aprimorar processos organizacionais das cooperativas, dos empreendimentos de Economia Solidária, dos arranjos produtivos de Economia Criativa e demais organizações coletivas mineiras, como forma de profissionalizar a gestão interna desses empreendimentos, com vistas à consolidação do segmento, dado o seu potencial de desenvolvimento econômico e de alavancagem da economia mineira nos seus diversos setores.

Justificativa: Os proponentes visam a incorporar os empreendimentos da Economia Solidária e os da Economia Criativa à política pública de aprimoramento dos processos organizacionais dos arranjos produtivos coletivos mineiros por se tratar de segmentos importantes sob a ótica da inovação e do desenvolvimento tecnológico no Estado de Minas Gerais.

Consideramos pertinente a explicitação, na finalidade da ação, dos segmentos da Economia Solidária e da Economia Criativa, haja vista que se revestem de potencial inovativo e de geração de trabalho e renda, e, portanto, de propulsão econômica de novos arranjos associativos baseados no microempreendedorismo.

EMENDA Nº 149

Emenda nº 0149 (originada da PLE nº 94/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 059 - APOIO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO - DO CAMPO À MESA

Ação: - Apoio aos Projetos Profissionais dos Jovens Egressos das Escolas Famílias Agrícolas -- EFA

Unidade Orçamentária: 1641 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Finalidade: Fomentar e financiar os projetos profissionais dos jovens egressos das Escolas Famílias Agrícolas, com objetivo de fornecer alternativas para sua permanência no campo, promovendo assim a sucessão rural.

Produto: PROJETO APOIADO

Unidade de medida: UNIDADE

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: JOVENS EGRESSOS DE ESCOLAS FAMILIA AGRÍCOLA

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	3	16.800,00	3	16.800,00	3	16.800,00
Caparaó	12	67.200,00	12	67.200,00	12	67.200,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	12	67.200,00	12	67.200,00	12	67.200,00
Mucuri	6	33.600,00	6	33.600,00	3	33.600,00
Noroeste	3	16.800,00	3	16.800,00	3	16.800,00
Norte	6	33.600,00	6	33.600,00	6	33.600,00
Sul	3	16.800,00	3	16.800,00	3	16.800,00
Vertentes	3	16.800,00	3	16.800,00	3	16.800,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 268.800,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: As DEMANDAS DA AGRICULTURA FAMILIAR apontam para a necessidade de políticas públicas capazes de incentivar a permanência de jovens rurais nas atividades produtivas do campo, seja como empreendedores, seja como prestadores de serviço de Ater.

EMENDA Nº 150

Emenda nº 0150 (originada da PLE nº 103/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 197 - FOMENTO À INDÚSTRIA CRIATIVA -

Ação: 3018 - EDITAIS DE APOIO À INDÚSTRIA CRIATIVA

Mudança de finalidade para: Fomentar, investir e promover a competitividade dos setores do audiovisual, design, novas mídias, gastronomia, música, moda e artesanato.

Mudança de público alvo:

Para: EMPREENDEDORES, EMPREENDEDORES ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)

EMENDA Nº 151

Emenda nº 0151 (originada da PLE nº 103/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 197 - FOMENTO À INDÚSTRIA CRIATIVA -

Ação: 3019 - EVENTOS DE PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Mudança de finalidade para: Fomentar, investir e promover a competitividade dos setores do audiovisual, design, novas mídias, gastronomia, música, moda e artesanato.



Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	300.000,00	1	300.000,00	1	300.000,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	300.000,00	1	300.000,00	1	300.000,00
Mucuri	1	300.000,00	1	300.000,00	1	300.000,00
Multiterritorial	3	4.800.000,00	5	4.800.000,00	6	800.000,00
Norte	1	300.000,00	1	300.000,00	1	300.000,00

EMENDA Nº 152

Emenda nº 0152 (originada da PLE nº 94/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 059 - APOIO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO - DO CAMPO À MESA -

Ação: 4257 - ACESSO À TERRA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	38	380.000,00	38	380.000,00	38	380.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 280.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A definição de PCTs no Estado foi dada pela Lei nº 21.147, de 2014, que instituiu a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, essa emenda busca reforçar a capacidade de atendimento desse público pelo Estado.

EMENDA Nº 153

Emenda nº 0153 (originada da PLE nº 94/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 059 - APOIO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO - DO CAMPO À MESA

Ação: - ATER para a agroindústria familiar

Unidade Orçamentária: 1641 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Finalidade: Promover o acesso à informação, à capacitação e à orientação em áreas correlatas à agroindustrialização e apoiar a elaboração e detalhamento de projetos para agroindústrias familiares, como projetos de engenharia, memoriais descritivos e econômicos, projetos hidrosanitários, prospecção de equipamentos e estudo de viabilidade econômica

Produto: PROJETO APOIADO

Unidade de medida: UNIDADE



IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: AGROINDUSTRIA FAMILIAR

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	10	367.500,00	20	700.000,00	30	1.032.500,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 367.500,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 154

Emenda nº 0154 (originada da PLE nº 94/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 059 - APOIO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO - DO CAMPO À MESA

Ação: - FEIRA ESTADUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Unidade Orçamentária: 1641 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Finalidade: REALIZAR UMA FEIRA ESTADUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR, TENDO COMO OBJETIVO FORTALECER A COMERCIALIZAÇÃO DE SEUS PRODUTOS E EXPANDIR O ACESSO AOS MERCADOS

Produto: FEIRA REALIZADA

Unidade de medida: FEIRA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: AGRICULTORES FAMILIARES, ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, EXTRATIVISTAS, TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, ATINGIDOS POR BARRAGENS E POR GRANDES EMPREENDIMENTOS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1	280.000,00	1	280.000,00	1	280.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 280.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: Historicamente, o Estado apoia financeiramente a realização da Agriminas, feira que hoje é referência nacional para a comercialização e divulgação dos produtos da agricultura familiar. Sempre realizada na capital mineira, reúne produtores de todas as regiões do Estado e de diversos estados do país.

EMENDA Nº 155

Emenda nº 0155 (originada da PLE nº 111/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular



Programa: 082 - EDUCAÇÃO DO CAMPO, INDÍGENA E QUILOMBOLA

Ação: - Apoio às Escolas Família Agrícola

Unidade Orçamentária: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: Repassar recursos financeiros para apoio às Escolas Família Agrícola, conforme as modalidades de ensino para apoio ao desenvolvimento das atividades educativas.

Produto: ESCOLA BENEFICIADA

Unidade de medida: ESCOLA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Caparaó	6	6.000,00	6	6.000,00	6	6.000,00
Mata	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	6	6.000,00	6	6.000,00	6	6.000,00
Mucuri	2	2.000,00	2	2.000,00	2	2.000,00
Noroeste	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Norte	2	2.000,00	2	2.000,00	2	2.000,00
Sul	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Vertentes	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 21.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A emenda ora apresentada visa atender as Escolas Família Agrícola em ação específica.

EMENDA Nº 156

Emenda nº 0156 (originada da PLE nº 83/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 026 - DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL, MUNICIPAL E REGIONAL -

Ação: 4025 - PROJETOS, CONSTRUÇÕES, REFORMAS E AMPLIAÇÕES DE UNIDADES DO SISTEMA PRISIONAL

Mudança de nome para: PROJETOS, CONSTRUÇÕES, REFORMAS E AMPLIAÇÕES dos sistemas prisional e socioeducativo

Mudança de finalidade para: GARANTIR O FUNCIONAMENTO APROPRIADO DAS UNIDADES RESPONSÁVEIS PELA SEGURANÇA PÚBLICA e das unidades do sistema socioeducativo, POR MEIO DO PROVIMENTO DE INFRAESTRUTURA FÍSICA ADEQUADA.

**EMENDA Nº 157**

Emenda nº 0157 (originada da PLE nº 134/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 135 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA

Ação: - Operacionalização das ações do Conselho Estadual de Política Cultural - Consec

Unidade Orçamentária: 1271 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Finalidade: Garantir a manutenção e financiamento das atividades do Conselho Estadual de Políticas Culturais - Consec-MG com vistas a fortalecer e descentralizar sua atuação, permitindo a realização de reuniões nos territórios de desenvolvimento, bem como de suas câmaras setoriais.

Produto: CONSELHO APOIADO

Unidade de medida: REUNIÕES REALIZADAS

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO MINEIRA

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	150.000,00	1	150.000,00	1	150.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 150.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: Para atuar de fato como Conselho de Política Cultural do Estado é necessário que o Consec tenha recursos específicos para a sua operacionalização. O acesso à cultura compreende o direito de participação nas decisões da política cultural e o Consec é o lugar por excelência dessa participação, mas devem ser providos os meios para descentralizar sua atuação, seja na forma da realização de reuniões itinerantes, seja na viabilização da participação remota, além de reuniões das suas câmaras setoriais. Além disso, os conselhos integram a estrutura do Sistema de Cultura e não são apenas órgãos burocráticos, mas parte da própria política de cultura. Assim, o Consec merece constar de ação própria, do mesmo modo que os conselhos de outras políticas sociais.

EMENDA Nº 158

Emenda nº 0158 (originada da PLE nº 83/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 204 - ROMPIMENTO DA TRAJETÓRIA INFRACIONAL DOS ADOLESCENTES DO ESTADO -

Ação: 4596 - ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS EM MEIO ABERTO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	69	750.000,00	69	750.000,00	69	750.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 300.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 159

Emenda nº 0159 (originada da PLE nº 80/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 205 - GESTÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA -

Ação: 4618 - INTEGRAÇÃO E PROMOÇÃO DA QUALIDADE OPERACIONAL DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Mudança de finalidade para: CRIAR CONDIÇÕES PARA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE, POR MEIO DA INTEGRAÇÃO DA GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA, PROJETOS DE RACIONALIZAÇÃO DOS TRABALHOS, de policiamento comunitário, DE

SEGURANÇA NO TRÂNSITO E DA QUALIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS CORREICIONAIS DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA.

EMENDA Nº 160

Emenda nº 0160 (originada da PLE nº 114/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 210 - COOPERAÇÃO ESTADO MUNICÍPIOS NA ÁREA EDUCACIONAL

Mudança de área/objetivo estratégico para:

No programa 210 - Cooperação Estado Municípios na Área Educacional -, excluir o objetivo estratégico "ASSEGURAR ÀS ESCOLAS ESTADUAIS INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA ADEQUADAS AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E ÀS NECESSIDADES DE SUAS COMUNIDADES ESCOLARES, COM PRIORIDADE PARA AS ESCOLAS QUE OFERECEM O ENSINO MÉDIO."

Justificativa: O objetivo estratégico faz referência às escolas estaduais e ao ensino médio, entretanto os municípios atuam apenas na oferta da educação infantil e ensino fundamental em escolas municipais.

EMENDA Nº 161

Emenda nº 0161 (originada da PLE nº 104/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 081 - EDUCAÇÃO PARA A JUVENTUDE -

Ação: 4616 - REESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Mudança de finalidade para: Elevar a escolaridade da população acima de 15 anos que não TEVE OPORTUNIDADE DE ESTUDOS NA IDADE PRÓPRIA E DESEJA COMPLETAR OS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO, ASSEGURANDO O ACESSO E PERMANÊNCIA DESTE PÚBLICO, especialmente da população em situação de vulnerabilidade social, pessoas LGBT, mulheres, negros, população do campo, indígenas, quilombolas, população em situação de privação de liberdade na EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA).

Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa a propiciar uma educação inclusiva e a elaboração de políticas públicas específicas.

EMENDA Nº 162

Emenda nº 0162 (originada da PLE nº 104/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 081 - EDUCAÇÃO PARA A JUVENTUDE -

Ação: 4636 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL, ARTE E CULTURA PARA A JUVENTUDE - PLUG MINAS, CONSERVATÓRIOS E CENTRO DE LÍNGUAS

Mudança de finalidade para: AMPLIAR O CAPITAL CULTURAL DE JOVENS E ADULTOS OFERTANDO CURSOS DE QUALIFICAÇÃO E INICIAÇÃO MUSICAL, LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E CURSOS TÉCNICOS NA ÁREA DAS LINGUAGENS, ARTES E SUAS TECNOLOGIAS em todos os territórios de desenvolvimento, a partir de diagnóstico de demanda.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	25.000,00	1	29.167,00	1	29.167,00
Caparaó	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Central	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Mata	3	75.000,00	3	87.497,00	3	87.497,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Metropolitano	1	6.924.249,00	1	6.874.249,00	1	6.874.249,00
Mucuri	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Multiterritorial	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00
Noroeste	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Norte	1	25.000,00	1	29.167,00	1	29.167,00
Oeste	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Sudoeste	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Sul	2	50.000,00	2	58.334,00	2	58.334,00
Triângulo Norte	3	75.000,00	3	87.501,00	3	87.501,00
Triângulo Sul	2	50.000,00	2	54.167,00	2	54.167,00
Vale do Aço	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Vale do Rio Doce	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Vertentes	1	25.000,00	1	29.167,00	1	29.167,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 109.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Justificativa: A alteração proposta visa a ampliar o escopo da ação e do público dos territórios do Estado.

EMENDA Nº 163

Emenda nº 0163 (originada da PLE nº 115/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 211 - ESCOLAS SUSTENTÁVEIS -

Ação: 4646 - MANUTENÇÃO ESCOLAR - ENSINO MÉDIO

Mudança de finalidade para: "PROVER ENSINO MÉDIO DE FORMA A AMPLIAR O ACESSO, público e gratuito, de forma a MELHORAR A PROFICIÊNCIA DOS ALUNOS E AS TAXAS DE CONCLUSÃO, COM EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS.

EMENDA Nº 164

Emenda nº 0164 (originada da PLE nº 115/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 211 - ESCOLAS SUSTENTÁVEIS -

Ação: 4647 - MANUTENÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL

Mudança de finalidade para: "PROVER ENSINO FUNDAMENTAL DE FORMA A AMPLIAR O ACESSO, público e gratuito, de forma a MELHORAR A PROFICIÊNCIA DOS ALUNOS E AS TAXAS DE CONCLUSÃO, COM EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS.

EMENDA Nº 165

Emenda nº 0165 (originada da PLE nº 116/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 034 - TURISMO COMO FATOR DE SUSTENTABILIDADE REGIONAL -

Ação: 4092 - QUALIFICAÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS E DA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	1	80.000,00	1	80.000,00	1	80.000,00
Multiterritorial	16	90.000,00	8	10.000,00	8	10.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 80.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 166

Emenda nº 0166 (originada da PLE nº 115/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 211 - ESCOLAS SUSTENTÁVEIS -

Ação: 4609 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Mudança de finalidade para: "SUPRIR PARCIALMENTE AS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DOS ALUNOS E PROFISSIONAIS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE ACORDO COM TEMPO DE PERMANÊNCIA NA ESCOLA, A FIM DE GARANTIR O ACESSO À ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E ADEQUADA, adquirida preferencialmente da agricultura familiar, conforme dispõe a Lei Federal 11.947, de 16 de Junho de 2009, E CONTRIBUIR PARA FORMAÇÃO DE BONS HÁBITOS ALIMENTARES."

**EMENDA Nº 167**

Emenda nº 0167 (originada da PLE nº 115/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 211 - ESCOLAS SUSTENTÁVEIS -

Ação: 4644 - CONECTIVIDADE, CULTURA DIGITAL E ACESSO ÀS MÍDIAS CONTEMPORÂNEAS - ENSINO FUNDAMENTAL

Mudança de finalidade para: PROVER INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA ADEQUADA ÀS UNIDADES EDUCACIONAIS DO ENSINO fundamental E FOMENTAR A APROPRIAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS EDUCACIONAIS NOS PROCESSOS EDUCATIVOS, TENDO EM VISTA A POTENCIALIDADE DAS FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS PARA PROMOVER A EQUIDADE E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO, ALÉM DE APROXIMAR A ESCOLA À SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO, IMERSA NA CULTURA DIGITAL.

EMENDA Nº 168

Emenda nº 0168 (originada da PLE nº 104/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 081 - EDUCAÇÃO PARA A JUVENTUDE -

Ação: 4611 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO

Mudança de finalidade para: Universalizar e POTENCIALIZAR A QUALIDADE EDUCATIVA DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS, ORIENTAR O TRABALHO PEDAGÓGICO PARA O ATENDIMENTO MAIS ADEQUADO À REALIDADE DOS EDUCANDOS.

Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa a ampliar o escopo de abrangência da ação.

EMENDA Nº 169

Emenda nº 0169 (originada da PLE nº 116/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 034 - TURISMO COMO FATOR DE SUSTENTABILIDADE REGIONAL -

Ação: 4095 - POTENCIALIZAÇÃO DO TURISMO DE NEGÓCIOS E EVENTOS EM MINAS GERAIS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	720,00	1	720,00	1	720,00
Caparaó	1	714,00	1	714,00	1	714,00
Mata	1	714,00	1	714,00	1	714,00
Mucuri	1	714,00	1	714,00	1	714,00
Multiterritorial	3	38.580,00	3	38.580,00	3	38.580,00
Sudoeste	1	714,00	1	714,00	1	714,00
Triângulo Sul	1	714,00	1	714,00	1	714,00
Vale do Rio Doce	1	714,00	1	714,00	1	714,00
Vertentes	2	1.428,00	2	1.428,00	2	1.428,00

Cancelamento Compensatório:



Valor (R\$): 1.428,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 170

Emenda nº 0170 (originada da PLE nº 123/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 022 - POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ação: - Proteção emergencial às pessoas ameaçadas

Unidade Orçamentária: 1651 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: Garantir atendimento emergencial às pessoas em situação de ameaça tais como: população em situação de rua, jovens, travestis e transexuais, mulheres em situação de violência, dentre outros públicos.

Produto: PESSOA ATENDIDA / PROTEGIDA

Unidade de medida: PESSOA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: PESSOAS AMEAÇADAS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 171

Emenda nº 0171 (originada da PLE nº 123/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 022 - POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ação: - Atenção ao imigrante e enfrentamento ao tráfico de pessoas e trabalho escravo

Unidade Orçamentária: 1651 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: Fomentar as ações de atenção aos direitos violados em decorrência de fluxos migratórios, bem como de enfrentamento ao tráfico de pessoas e trabalho escravo, inclusive o infantil, no âmbito do programa de enfrentamento ao tráfico de pessoas e do comitê interinstitucional de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Produto: AÇÃO EXECUTADA

Unidade de medida: AÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: VÍTIMAS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Metas por território (R\$1,00)



Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 100.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 172

Emenda nº 0172 (originada da PLE nº 116/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 034 - TURISMO COMO FATOR DE SUSTENTABILIDADE REGIONAL

Ação: - CAMINHO RELIGIOSO ENTRE VALES: JEQUITINHONHA, MUCURI E RIO DOCE

Unidade Orçamentária: 1411 - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

Finalidade: Implantar o caminho turístico religioso entre os vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, visando ao desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo no entorno de Santa Maria do Suaçuí.

Produto: AÇÃO REALIZADA

Unidade de medida: AÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: GESTORES MUNICIPAIS, ASSOCIAÇÕES, COMUNIDADES LOCAIS E TURISTAS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	500.000,00	1	500.000,00	1	500.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 500.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 173

Emenda nº 0173 (originada da PLE nº 123/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 022 - POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ação: - Enfrentamento à violência contra a mulher

Unidade Orçamentária: 1651 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: Promover ações de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres do campo e da cidade

Produto: PESSOA ATENDIDA / PROTEGIDA

Unidade de medida: PESSOA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	400	900.000,00	400	900.000,00	400	900.000,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 900.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

EMENDA Nº 174

Emenda nº 0174 (originada da PLE nº 123/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 123 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA -

Ação: 2065 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	138	15.532,00	138	15.532,00	138	15.532,00
Caparaó	335	35.396,00	335	35.396,00	335	35.396,00
Central	127	13.417,00	127	13.419,00	127	13.419,00
Mata	734	77.550,00	734	77.550,00	734	77.550,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	234	24.724,00	234	24.724,00	234	24.724,00
Metropolitano	5.394	567.376,00	5.394	567.374,00	5.394	567.374,00
Mucuri	232	24.513,00	232	24.513,00	232	24.513,00
Multiterritorial	74	68.634,00	74	68.634,00	74	68.634,00
Noroeste	242	25.570,00	242	25.570,00	242	25.570,00
Norte	637	66.671,00	637	66.671,00	637	66.671,00
Oeste	463	48.917,00	463	48.917,00	463	48.917,00
Sudoeste	104	10.989,00	104	10.989,00	104	10.989,00
Sul	920	97.202,00	920	97.202,00	920	97.202,00
Triângulo Norte	416	43.954,00	416	43.954,00	416	43.954,00
Triângulo Sul	299	31.591,00	299	31.591,00	299	31.591,00
Vale do Aço	320	33.810,00	320	33.810,00	320	33.810,00
Vale do Rio Doce	524	55.363,00	524	55.363,00	524	55.363,00
Vertentes	405	42.791,00	405	42.791,00	405	42.791,00

Cancelamento Compensatório:

Valor (R\$): 68.000,00 - Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA



EMENDA Nº 175

Emenda nº 0175 (originada da PLE nº 121/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 212 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -

Ação: 2081 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Mudança de finalidade para: QUALIFICAR O SERVIDOR POR MEIO DE CURSO DE EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL, EXTENÇÃO, APERFEIÇOAMENTO, SUPERIOR, MESTRADO E DOUTORADO, QUE CONTRIBUAM PARA A MELHORIA DA QUALIDADE E DA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS AO CIDADÃO e elaborar Plano Estratégico de formação continuada dos professores da educação com participação deste segmento e demais atores envolvidos, com base em diagnóstico referente às necessidades formativas e no Plano Estratégico Nacional, em conformidade com o Decreto Federal n. 8.752, de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa a adotar os princípios da universalização, equidade e gestão democrática.

EMENDA Nº 176

Emenda nº 0176 (originada da PLE nº 121/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 212 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Mudança de objetivo para: REMUNERAR OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO, CONFERINDO CONDIÇÕES ADEQUADAS AO CUMPRIMENTO DA POLÍTICA REMUNERATÓRIA ESTABELECIDADA PELA LEI Nº 21.710, DE 30/6/2015. QUALIFICAR O profissional da educação POR MEIO DE CURSO DE EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL, EXTENSÃO, APERFEIÇOAMENTO, SUPERIOR, MESTRADO E DOUTORADO, QUE CONTRIBUAM PARA A MELHORIA DA QUALIDADE E DA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS AO CIDADÃO. CAPACITAR DE FORMA CONTINUADA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NOS DIFERENTES CAMPOS DE ATUAÇÃO POR MEIO DE PROGRAMAS PRESENCIAIS, SEMIPRESENCIAIS E VIRTUAIS, DE MANEIRA A PROMOVER A MELHORIA DA QUALIDADE DO SISTEMA PÚBLICO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Implementar medidas de saúde preventiva e ocupacional.

Justificativa: A alteração proposta no objetivo do programa visa a ampliar o escopo das ações propostas.

EMENDA Nº 177

Emenda nº 0177 (originada da PLE nº 121/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 212 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -

Ação: 2134 - PAGAMENTO DE PESSOAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - MAGISTERIO

Mudança de finalidade para: APOIAR AS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, NO QUE SE REFERE A PAGAMENTO DE PESSOAL, com cumprimento do disposto na Lei nº 21.710, de 30/6/2015.

Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa a adotar os princípios da universalização, equidade e gestão democrática.

EMENDA Nº 178

Emenda nº 0178 (originada da PLE nº 121/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 212 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -

Ação: 2135 - PAGAMENTO DE PESSOAL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - APOIO ADMINISTRATIVO

Mudança de finalidade para: APOIAR ADMINISTRATIVAMENTE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NO QUE SE REFERE A PAGAMENTO DE PESSOAL, com cumprimento do disposto na Lei nº 21.710, de 30/6/2015.

Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa a adotar os princípios da universalização, equidade e gestão democrática.

EMENDA Nº 179

Emenda nº 0179 (originada da PLE nº 121/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 212 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -

Ação: 2136 - PAGAMENTO DE PESSOAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - APOIO ADMINISTRATIVO

Mudança de finalidade para: APOIAR ADMINISTRATIVAMENTE AS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, NO QUE SE REFERE A PAGAMENTO DE PESSOAL, com cumprimento do disposto na Lei nº 21.710, de 30/6/2015.

Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa a adotar os princípios da universalização, equidade e gestão democrática.

EMENDA Nº 180

Emenda nº 0180 (originada da PLE nº 121/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 212 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -

Ação: 2137 - PAGAMENTO DE PESSOAL DO ENSINO FUNDAMENTAL - APOIO ADMINISTRATIVO

Mudança de finalidade para: CONTRIBUIR (NO QUE TANGE A APOIO ADMINISTRATIVO) PARA O PROVIMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL DE FORMA A AMPLIAR O ACESSO, MELHORAR A PROFICIÊNCIA DOS ALUNOS E AS TAXAS DE CONCLUSÃO, COM EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS, com cumprimento do disposto na Lei nº 21.710, de 30/6/2015.

Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa a adotar os princípios da universalização, equidade e gestão democrática.

EMENDA Nº 181

Emenda nº 0181 (originada da PLE nº 121/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 212 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -

Ação: 2138 - PAGAMENTO DE PESSOAL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - MAGISTÉRIO

Mudança de finalidade para: APOIAR ADMINISTRATIVAMENTE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NO QUE SE REFERE A PAGAMENTO DE PESSOAL, com cumprimento do disposto na Lei nº 21.710, de 30/6/2015.



Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa a adotar os princípios da universalização, equidade e gestão democrática.

EMENDA Nº 182

Emenda nº 0182 (originada da PLE nº 121/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 212 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -

Ação: 2140 - PAGAMENTO DE PESSOAL DO ENSINO MÉDIO - APOIO ADMINISTRATIVO

Mudança de finalidade para: CONTRIBUIR (NO QUE TANGE A APOIO ADMINISTRATIVO) PARA O PROVIMENTO DE ENSINO MÉDIO DE FORMA A AMPLIAR O ACESSO, MELHORAR A PROFICIÊNCIA DOS ALUNOS E AS TAXAS DE CONCLUSÃO, COM EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS, com cumprimento do disposto na Lei nº 21.710, de 30/6/2015.

Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa a adotar os princípios da universalização, equidade e gestão democrática.

EMENDA Nº 183

Emenda nº 0183 (originada da PLE nº 121/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 212 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -

Ação: 2142 - PAGAMENTO DE PESSOAL DO ENSINO PROFISSIONAL

Mudança de finalidade para: APOIAR AS ESCOLAS DE ENSINO PROFISSIONAL, NO QUE SE REFERE A PAGAMENTO DE PESSOAL, com cumprimento do disposto na Lei nº 21.710, de 30/6/2015.

Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa a adotar os princípios da universalização, equidade e gestão democrática.

EMENDA Nº 184

Emenda nº 0184 (originada da PLE nº 121/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 212 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -

Ação: 2143 - PAGAMENTO DE PESSOAL DO ENSINO MÉDIO - MAGISTÉRIO

Mudança de finalidade para: CONTRIBUIR (NO QUE TANGE A APOIO ADMINISTRATIVO) PARA O PROVIMENTO DE ENSINO MÉDIO DE FORMA A AMPLIAR O ACESSO, MELHORAR A PROFICIÊNCIA DOS ALUNOS E AS TAXAS DE CONCLUSÃO, COM EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS, com cumprimento do disposto na Lei nº 21.710, de 30/6/2015.

Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa a adotar os princípios da universalização, equidade e gestão democrática.

EMENDA Nº 185

Emenda nº 0185 (originada da PLE nº 121/2016) Autoria: Comissão de Participação Popular

Programa: 212 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -

Ação: 2144 - PAGAMENTO DE PESSOAL DO ENSINO FUNDAMENTAL - MAGISTÉRIO

Mudança de finalidade para: CONTRIBUIR (NO QUE TANGE A APOIO ADMINISTRATIVO) PARA O PROVIMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL DE FORMA AMPLIAR O ACESSO, MELHORAR A PROFICIENCIA DOS ALUNOS E AS TAXAS DE CONCLUSÃO, COM EFICIENCIA NO USO DOS RECURSOS DISPONIVEIS, com cumprimento do disposto na Lei nº 21.710, de 30/6/2015.

Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa a adotar os princípios da universalização, equidade e gestão democrática.

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 3.820/2016**EMENDA Nº 1**

Emenda de despesa: 1 Autor: Douglas Melo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 2

Emenda de despesa: 2 Autor: Agostinho Patrus Filho

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 3

Emenda de despesa: 3 Autores: Celise Laviola, Bonifácio Mourão, Dilzon Melo, Antônio Carlos Arantes, João Leite, Ione Pinheiro, Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares, Luiz Humberto Carneiro, Gustavo Corrêa, João Magalhães, Felipe Attiê, Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Projetos, Construções, Reformas e Ampliações de Hospitais Regionais - Recursos Destinados a Obra 310 - Construção do Hospital no Município de Governador Valadares. (despesas de capital)

Valor: R\$ 15.000.000,00



Dedução: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - 4689 - Projetos, Construções, Reformas e Ampliações de Hospitais Regionais (investimentos - Obra: 311)

EMENDA Nº 4

Emenda de despesa: 4 Autor: Bonifácio Mourão

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Projetos, Construções, Reformas e Ampliações de Hospitais Regionais - Recursos Destinados a Obra 310 - Construção do Hospital no Município de Governador Valadares. (despesas de capital)

Valor: R\$ 10.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - 4689 - Projetos, Construções, Reformas e Ampliações de Hospitais Regionais (investimentos - Obra: 304)

EMENDA Nº 5

Emenda de despesa: 5 Autor: Tiago Ulisses

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 6

Emenda de despesa: 6 Autor: Tiago Ulisses

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 7

Emenda de despesa: 7 Autor: Roberto Andrade

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 8

Emenda de despesa: 8 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: - Aparelhamento das Unidades da Polícia Civil (despesas de capital)

Valor: R\$ 10.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 9

Emenda de despesa: 9 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Ampliação e Manutenção dos Sistemas de Videomonitoramento (Olho Vivo) - Projeto Implantação de Videomonitoramento (Olho Vivo) (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 10

Emenda de despesa: 10 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: - Renovação da Frota (despesas de capital)

Valor: R\$ 21.001.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 11

Emenda de despesa: 11 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Financiamento Habitacional aos Servidores Militares (despesas correntes)

Valor: R\$ 211.513.500,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 12

Emenda de despesa: 12 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Habitação

Objeto do Gasto: Segurança Pública - Provimento de Habitação (despesas correntes)

Valor: R\$ 52.423.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 13

Emenda de despesa: 13 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: - Assistência Psicossocial (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 14

Emenda de despesa: 14 Autor: Gilberto Abramo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 830.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 15

Emenda de despesa: 15 Autor: Gilberto Abramo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 16

Emenda de despesa: 16 Autor: Gilberto Abramo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas correntes)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 17

Emenda de despesa: 17 Autor: Gilberto Abramo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental (despesas de capital)

Valor: R\$ 70.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 18

Emenda de despesa: 18 Autor: Gilberto Abramo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 3.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 19

Emenda de despesa: 19 Autor: Gilberto Abramo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Aquisição Equipamentos para Atendimento da Associação Beneficente Hospital Santa Rita do Município de Medina na Área da Saúde. (despesas de capital)

Valor: R\$ 600.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 20

Emenda de despesa: 20 Autor: Gilberto Abramo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Aquisição de Medicamentos e Materiais de Consumo para Atendimento da Associação Beneficente Hospital Santa Rita do Município de Medina na Área da Saúde. (despesas correntes)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 21

Emenda de despesa: 21 Autor: Gilberto Abramo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Obras de Infraestrutura Urbana e Pavimentação Asfáltica para Atendimento ao Município de Medina. (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 22

Emenda de despesa: 22 Autor: Fábio Avelar Oliveira

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 23

Emenda de despesa: 23 Autor: Bonifácio Mourão

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 24

Emenda de despesa: 24 Autor: Bonifácio Mourão

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas de capital)

Valor: R\$ 250.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 25

Emenda de despesa: 25 Autor: Bonifácio Mourão

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Médio (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 26

Emenda de despesa: 26 Autor: Bonifácio Mourão

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas de capital)



Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 27

Emenda de despesa: 27 Autor: Anselmo José Domingos

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 28

Emenda de despesa: 28 Autor: Neilando Pimenta

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 29

Emenda de despesa: 29 Autor: Gustavo Corrêa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 30

Emenda de despesa: 30 Autor: Geraldo Pimenta

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 31

Emenda de despesa: 31 Autor: Celinho do Sinttrocel



Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 32

Emenda de despesa: 32 Autor: Missionário Marcio Santiago

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 33

Emenda de despesa: 33 Autor: Missionário Marcio Santiago

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 34

Emenda de despesa: 34 Autor: Antônio Lerin

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental (despesas de capital)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 35

Emenda de despesa: 35 Autor: Antônio Lerin

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas de capital)

Valor: R\$ 600.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 36

Emenda de despesa: 36 Autor: Antônio Lerin

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 37

Emenda de despesa: 37 Autor: Antônio Lerin

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Objeto do Gasto: Fortalecimento do Setor Agroindustrial (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 38

Emenda de despesa: 38 Autor: Antônio Lerin

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional

Objeto do Gasto: Apoio à Infraestrutura das Cidades (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 39

Emenda de despesa: 39 Autor: Emidinho Madeira

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 40

Emenda de despesa: 40 Autor: Deiró Marra

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 41

Emenda de despesa: 41 Autor: Adalclever Lopes

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 42

Emenda de despesa: 42 Autor: Celise Laviola

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 43

Emenda de despesa: 43 Autor: Antônio Carlos Arantes

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 44

Emenda de despesa: 44 Autor: Antônio Carlos Arantes

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 45

Emenda de despesa: 45 Autor: Marília Campos

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo



Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 46

Emenda de despesa: 46 Autor: Dilzon Melo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 47

Emenda de despesa: 47 Autor: Leonídio Bouças

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 48

Emenda de despesa: 48 Autor: Leonídio Bouças

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Apoio e Realização de Eventos Esportivos (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 49

Emenda de despesa: 49 Autor: Pinduca Ferreira

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 50

Emenda de despesa: 50 Autor: Pinduca Ferreira

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 51

Emenda de despesa: 51 Autor: Pinduca Ferreira

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 52

Emenda de despesa: 52 Autor: Bosco

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção e Adequação de Rodovias - Construção de Um Anel Viário no Município de Ibiá. (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 53

Emenda de despesa: 53 Autor: Arlete Magalhães

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 54

Emenda de despesa: 54 Autor: Ricardo Faria

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 55

Emenda de despesa: 55 Autor: Tony Carlos

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 56

Emenda de despesa: 56 Autor: Geisa Teixeira

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 57

Emenda de despesa: 57 Autor: Léo Portela

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Fomento e Incentivo a Música em Minas (despesas de capital)

Valor: R\$ 80.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 58

Emenda de despesa: 58 Autor: Léo Portela

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Gerenciamento de Estruturas Esportivas (despesas de capital)

Valor: R\$ 55.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 59

Emenda de despesa: 59 Autor: Léo Portela

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo



Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.365.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 60

Emenda de despesa: 60 Autor: João Magalhães

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 61

Emenda de despesa: 61 Autor: Gil Pereira

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 62

Emenda de despesa: 62 Autor: Gil Pereira

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 63

Emenda de despesa: 63 Autor: Durval Ângelo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 64

Emenda de despesa: 64 Autor: Durval Ângelo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

Objeto do Gasto: Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos e Participação Social - Apoio a Projetos e Atividades de Política de Juventude da Subsecretaria de Estado de Juventude de Minas Gerais (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 65

Emenda de despesa: 65 Autor: Durval Ângelo

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Estímulo à Produção, Circulação e Intercâmbio Cultural (despesas correntes)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 66

Emenda de despesa: 66 Autor: Carlos Pimenta

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 67

Emenda de despesa: 67 Autor: Carlos Pimenta

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 68

Emenda de despesa: 68 Autor: Carlos Pimenta

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 69

Emenda de despesa: 69 Autor: Carlos Pimenta

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 70

Emenda de despesa: 70 Autor: Fábio Cherem

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 71

Emenda de despesa: 71 Autor: Fábio Cherem

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 72

Emenda de despesa: 72 Autor: Sávio Souza Cruz

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 800.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 73

Emenda de despesa: 73 Autor: Sávio Souza Cruz

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas



Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 74

Emenda de despesa: 74 Autor: Sávio Souza Cruz

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 75

Emenda de despesa: 75 Autor: Bráulio Braz

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 76

Emenda de despesa: 76 Autor: Glaycon Franco

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 77

Emenda de despesa: 77 Autor: Glaycon Franco

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Implantação de Hospitais Regionais - Recursos para a Retomada das Obras do Hospital Regional no Município de Conselheiro Lafaiete. (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 78

Emenda de despesa: 78 Autor: Glaycon Franco

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Ampliação e Manutenção dos Sistemas de Videomonitoramento (Olho Vivo) - Implantação do Programa Olho Vivo para Atender ao Videomonitoramento de Segurança Pública no Município de Conselheiro Lafaiete. (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 79

Emenda de despesa: 79 Autor: Glaycon Franco

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Objeto do Gasto: Implementação de Ações em Perícia Médica - Implementação do Escritório Regional da Perícia Médica da Seplag no Município de Conselheiro Lafaiete para Atendimento aos Servidores Públicos Estaduais. (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 80

Emenda de despesa: 80 Autor: Glaycon Franco

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Apoio e Fortalecimento do Processo de Regionalização da Saúde - Ação para Implantação de Um Escritório da Superintendência Regional de Saúde do Território das Vertentes (Sede em Barbacena) no Município de Conselheiro Lafaiete. (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 81

Emenda de despesa: 81 Autor: Glaycon Franco

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos - Recursos para Investimento no Estádio Municipal de Conselheiro Lafaiete. (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 82

Emenda de despesa: 82 Autor: Gustavo Valadares

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 83

Emenda de despesa: 83 Autor: Ivair Nogueira

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 84

Emenda de despesa: 84 Autor: Ivair Nogueira

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 85

Emenda de despesa: 85 Autor: Ivair Nogueira

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 700.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 86

Emenda de despesa: 86 Autor: Ivair Nogueira

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Médio (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 87

Emenda de despesa: 87 Autor: Ivair Nogueira

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 88

Emenda de despesa: 88 Autor: Ivair Nogueira

Unidade Orçamentária Beneficiada: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Reforma e Ampliação de Unidades Prediais do Cbmmg - Construção de Um Batalhão do Cbmmg em Betim (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 89

Emenda de despesa: 89 Autor: Alencar da Silveira Jr.

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 90

Emenda de despesa: 90 Autor: Inácio Franco

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 91

Emenda de despesa: 91 Autor: Bosco



Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 92

Emenda de despesa: 92 Autor: Bosco

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 93

Emenda de despesa: 93 Autor: Thiago Cota

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 94

Emenda de despesa: 94 Autor: João Leite

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 95

Emenda de despesa: 95 Autor: João Leite

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 96

Emenda de despesa: 96 Autor: João Leite

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 97

Emenda de despesa: 97 Autor: João Leite

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Apoio ao Atleta e ao Profissional do Esporte (despesas correntes)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 98

Emenda de despesa: 98 Autor: João Leite

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas correntes)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 99

Emenda de despesa: 99 Autor: João Leite

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 100

Emenda de despesa: 100 Autor: João Leite

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Estímulo à Produção, Circulação e Intercâmbio Cultural (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 101

Emenda de despesa: 101 Autor: João Leite

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 102

Emenda de despesa: 102 Autor: Vanderlei Miranda

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 103

Emenda de despesa: 103 Autor: Ulysses Gomes

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 104

Emenda de despesa: 104 Autor: Mário Henrique Caixa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 105

Emenda de despesa: 105 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 106

Emenda de despesa: 106 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Estímulo à Produção, Circulação e Intercâmbio Cultural (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 107

Emenda de despesa: 107 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Estímulo e Apoio as Culturas Populares e Tradicionais (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 108

Emenda de despesa: 108 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Estímulo e Apoio as Culturas Populares e Tradicionais (despesas correntes)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 109

Emenda de despesa: 109 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 110

Emenda de despesa: 110 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Médio (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 111

Emenda de despesa: 111 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Educação em Tempo Integral - Ensino Fundamental (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 112

Emenda de despesa: 112 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 113

Emenda de despesa: 113 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 114

Emenda de despesa: 114 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 115

Emenda de despesa: 115 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Habitação

Objeto do Gasto: Construção de Habitação de Interesse Social (despesas de capital)

Valor: R\$ 600.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 116

Emenda de despesa: 116 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Complexo de Saúde Mental (despesas de capital)

Valor: R\$ 600.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 117

Emenda de despesa: 117 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Complexo de Saúde Mental (despesas correntes)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 118

Emenda de despesa: 118 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Complexo de Saúde Mental (despesas de capital)

Valor: R\$ 250.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 119

Emenda de despesa: 119 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania



Objeto do Gasto: Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos e Participação Social (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 120

Emenda de despesa: 120 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Compete Minas (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 121

Emenda de despesa: 121 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 122

Emenda de despesa: 122 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 123

Emenda de despesa: 123 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 124

Emenda de despesa: 124 Autor: Duarte Bechir

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional

Objeto do Gasto: Apoio à Infraestrutura das Cidades (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 125

Emenda de despesa: 125 Autor: Duarte Bechir

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 126

Emenda de despesa: 126 Autor: Duarte Bechir

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 127

Emenda de despesa: 127 Autor: Duarte Bechir

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 128

Emenda de despesa: 128 Autor: Duarte Bechir

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 129

Emenda de despesa: 129 Autor: Duarte Bechir

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Apoio e Realização de Eventos Esportivos (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 130

Emenda de despesa: 130 Autor: Leandro Genaro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 131

Emenda de despesa: 131 Autor: Arnaldo Silva

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 132

Emenda de despesa: 132 Autor: Arnaldo Silva

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Garantia de Recursos Por Meio de Repasses Voluntários para as Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 133

Emenda de despesa: 133 Autor: Arnaldo Silva



Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção e Adequação de Rodovias - Conclusão do Trecho da Rodovia Mgc-455 Entre Campo Florido e Uberlândia (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 134

Emenda de despesa: 134 Autor: Arnaldo Silva

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Construção da Uti Pediátrica do Hospital de Clínicas de Uberlândia (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 135

Emenda de despesa: 135 Autor: Arnaldo Silva

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção e Adequação de Rodovias - Conclusão do Trecho da Rodovia Lmg 680 Que Liga Brasilândia de Minas a Paracatu (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 136

Emenda de despesa: 136 Autor: Arnaldo Silva

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção e Adequação de Rodovias - Conclusão do Trecho da Rodovia Entre Jacuí e Fortaleza de Minas (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 137

Emenda de despesa: 137 Autor: Arnaldo Silva

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas



Objeto do Gasto: Projetos, Construções, Reformas e Ampliações da Infraestrutura Governamental - Construção do Batalhão da Polícia Militar em Ituiutaba (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 138

Emenda de despesa: 138 Autor: Isauro Calais

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 139

Emenda de despesa: 139 Autor: Isauro Calais

Unidade Orçamentária Beneficiada: Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: - Recursos para Implementação do Projeto de Área Meio da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. (despesas correntes)

Valor: R\$ 18.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 140

Emenda de despesa: 140 Autor: Isauro Calais

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais

Objeto do Gasto: - Fortalecimento do Conselho Estadual de Criminologia e Política Criminal. (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 141

Emenda de despesa: 141 Autor: Isauro Calais

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Recurso para Obra de Asfaltamento na Via Que Liga a Cidade de São Sebastião da Vargem Alegre Até a Estrada Br 356 Que Liga a Cidade de Ervália à Muriaé. (despesas de capital)

Valor: R\$ 5.000.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 142

Emenda de despesa: 142 Autor: Rosângela Reis

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 143

Emenda de despesa: 143 Autor: Cristiano Silveira

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 144

Emenda de despesa: 144 Autor: Hely Tarquínio

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 145

Emenda de despesa: 145 Autor: Doutor Wilson Batista

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 146

Emenda de despesa: 146 Autor: Fred Costa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 147

Emenda de despesa: 147 Autor: Noraldino Júnior

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 148

Emenda de despesa: 148 Autor: Ulysses Gomes

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Objeto do Gasto: - Queijo Minas Artesanal (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 149

Emenda de despesa: 149 Autor: Felipe Attiê

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 150

Emenda de despesa: 150 Autor: Luiz Humberto Carneiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 151

Emenda de despesa: 151 Autor: Nozinho

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 152

Emenda de despesa: 152 Autor: Rogério Correia

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 153

Emenda de despesa: 153 Autor: Rogério Correia

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Estímulo e Apoio as Culturas Populares e Tradicionais (despesas correntes)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 154

Emenda de despesa: 154 Autor: Rogério Correia

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Objeto do Gasto: Apoio e Realização de Eventos e Produção de Informações para o Desenvolvimento Rural (despesas correntes)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 155

Emenda de despesa: 155 Autor: Rogério Correia

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Estímulo à Produção, Circulação e Intercâmbio Cultural - Aquisição de Veículo para Atendimento ao Departamento Municipal de Cultura do Município de Guaranésia. (despesas de capital)



Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 156

Emenda de despesa: 156 Autor: Carlos Henrique

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 157

Emenda de despesa: 157 Autor: Tito Torres

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas de capital)

Valor: R\$ 350.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 158

Emenda de despesa: 158 Autor: Tito Torres

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural (despesas de capital)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 159

Emenda de despesa: 159 Autor: Tito Torres

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 160

Emenda de despesa: 160 Autor: Tito Torres



Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 600.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 161

Emenda de despesa: 161 Autor: Dirceu Ribeiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 162

Emenda de despesa: 162 Autor: Dirceu Ribeiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção e Adequação de Rodovias - Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – Evtea (Modal Rodoviário)

A Rodovia Que Liga os Municípios de Ubá a Juiz de Fora Tem Projeto Obsoleto de Construção Traçado Ainda na Década de 1960, Com Pista Simples e Sem Acostamento, Onde Já Houve Muitos Acidentes. o Tráfego de Veículos de Carga Pesada - Com Até 40 Toneladas- Abastecedores de Matéria Prima para o Polo Moveleiro É Intenso, e o Percurso Por Veículos Leves, Conjuntamente Com Ônibus, Está Aumentado em Até 20% o Tempo de Viagem, Gerando Custos Adicionais ao Transporte de Passageiros e Cargas.

Com a Duplicação da Rodovia Que Liga os Municípios de Ubá a Juiz de Fora, na Zona da Mata Mineira, Um Tempo Ótimo de Uma Hora e Meia de Viagem É Suficiente para Percorrer os 100 Km da Rodovia, Além de Gerar Mais Segurança, Proteção à Vida e Diminuição do Custo do Transporte.

Lembrando Que Ubá É o Primeiro Polo Moveleiro de Minas, Com Mais de 300 Empresas, Que Geram em Torno de 15 Mil Empregos Diretos. (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 163

Emenda de despesa: 163 Autor: Dirceu Ribeiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Universidade do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção, Ampliação e Reforma das Unidades e dos Campi da Uemg - Construção do Campus da Uemg no Município de Ubá. (despesas de capital)



Valor: R\$ 10.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 164

Emenda de despesa: 164 Autor: Fabiano Tolentino

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Abastecimento de Medicamentos Básicos (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 165

Emenda de despesa: 165 Autor: Fabiano Tolentino

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Modernização do Sistema de Comunicação Operacional na Pmmg (despesas de capital)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 166

Emenda de despesa: 166 Autor: Fabiano Tolentino

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Gestão da Frota (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 167

Emenda de despesa: 167 Autor: Fabiano Tolentino

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas correntes)

Valor: R\$ 60.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 168

Emenda de despesa: 168 Autor: Fabiano Tolentino



Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas de capital)

Valor: R\$ 240.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 169

Emenda de despesa: 169 Autor: Fabiano Tolentino

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Planejamento, Gestão e Finanças (despesas correntes)

Valor: R\$ 90.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 170

Emenda de despesa: 170 Autor: Fabiano Tolentino

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 171

Emenda de despesa: 171 Autor: Fabiano Tolentino

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Estímulo e Apoio as Culturas Populares e Tradicionais (despesas de capital)

Valor: R\$ 60.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 172

Emenda de despesa: 172 Autor: Fabiano Tolentino

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Objeto do Gasto: Fortalecimento do Setor Agroindustrial (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 173

Emenda de despesa: 173 Autor: Fabiano Tolentino

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Desenvolvimento do Ensino Médio (despesas correntes)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 174

Emenda de despesa: 174 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Policiamento Ostensivo Geral (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 175

Emenda de despesa: 175 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Combate a Sinistros, Prevenção, Proteção e Defesa Civil (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 176

Emenda de despesa: 176 Autor: Sargento Rodrigues

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Exercício de Polícia Judiciária e Investigação Criminal (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 177

Emenda de despesa: 177 Autor: Lafayette de Andrada

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 178

Emenda de despesa: 178 Autor: Lafayette de Andrada

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional

Objeto do Gasto: Apoio à Infraestrutura das Cidades (despesas de capital)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 179

Emenda de despesa: 179 Autor: Lafayette de Andrada

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 180

Emenda de despesa: 180 Autor: Lafayette de Andrada

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 181

Emenda de despesa: 181 Autor: Doutor Jean Freire

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 900.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 182

Emenda de despesa: 182 Autor: Doutor Jean Freire

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde



Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 183

Emenda de despesa: 183 Autor: Doutor Jean Freire

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas correntes)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 184

Emenda de despesa: 184 Autor: Cabo Júlio

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Policiamento Ostensivo Geral (despesas correntes)

Valor: R\$ 483.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 185

Emenda de despesa: 185 Autor: Cabo Júlio

Unidade Orçamentária Beneficiada: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Expansão e Aperfeiçoamento do Atendimento do Cbmmg para Tornar o Estado de Minas Gerais Mais Resiliente aos Desastres (despesas correntes)

Valor: R\$ 25.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 186

Emenda de despesa: 186 Autor: Cabo Júlio

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas correntes)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 187

Emenda de despesa: 187 Autor: Cabo Júlio

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura Predial (despesas correntes)

Valor: R\$ 342.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 188

Emenda de despesa: 188 Autor: Cabo Júlio

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Administração Prisional

Objeto do Gasto: Modernização e Expansão do Sistema Prisional (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 189

Emenda de despesa: 189 Autor: João Vítor Xavier

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 750.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 190

Emenda de despesa: 190 Autor: João Vítor Xavier

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas de capital)

Valor: R\$ 750.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 191

Emenda de despesa: 191 Autor: Arlen Santiago

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 470.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 192

Emenda de despesa: 192 Autor: Arlen Santiago

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Apoio e Realização de Eventos Esportivos (despesas correntes)

Valor: R\$ 30.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 193

Emenda de despesa: 193 Autor: Arlen Santiago

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 194

Emenda de despesa: 194 Autor: Arlen Santiago

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 195

Emenda de despesa: 195 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Educação do Campo - Construção do Refeitório da Escola Família Agrícola de Itaipé (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 196

Emenda de despesa: 196 Autor: Paulo Lamac



Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Educação do Campo - Aquisição de Um (1) Trator para a Escola Família Agrícola de Ladainha (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 197

Emenda de despesa: 197 Autor: Paulo Lamac

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Educação do Campo - Aquisição de Três (3) Mine Tratores para a Escola Família Agrícola de Sem Peixe (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 198

Emenda de despesa: 198 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Policiamento Ostensivo de Trânsito - Ampliar, Reformar e Mobiliar o Destacamento de Polícia Militar em Aparecida de Minas. (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 199

Emenda de despesa: 199 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Segurança Pública

Objeto do Gasto: Sistema Integrado de Políticas Sobre Drogas - Aquisição de Veículo para Associação Beneficiante para o Desenvolvimento Educacional Qualificação e Reintegração Social - Adequar, em Betim (despesas de capital)

Valor: R\$ 40.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 200

Emenda de despesa: 200 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Segurança Pública

Objeto do Gasto: Sistema Integrado de Políticas Sobre Drogas - Aquisição de Veículo para Associação Brasileira Comunitária para Prevenção ao Uso de Drogas, Belo Horizonte (despesas de capital)

Valor: R\$ 40.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 201

Emenda de despesa: 201 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Segurança Pública

Objeto do Gasto: Sistema Integrado de Políticas Sobre Drogas - Aquisição de Veículo para o Centro de Reabilitação Contra Dependência Química Gileade, em Alvinópolis. (despesas correntes)

Valor: R\$ 40.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 202

Emenda de despesa: 202 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Segurança Pública

Objeto do Gasto: Sistema Integrado de Políticas Sobre Drogas - Aquisição de Veículo para o Centro de Reabilitação Contra Dependência Química Gileade, em Alvinópolis. (despesas de capital)

Valor: R\$ 40.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 203

Emenda de despesa: 203 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Segurança Pública

Objeto do Gasto: Sistema Integrado de Políticas Sobre Drogas - Aquisição de Veículo para Associação Carmense para Promoção Humana, em Carmo da Mata (despesas de capital)

Valor: R\$ 40.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 204

Emenda de despesa: 204 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Segurança Pública

Objeto do Gasto: Sistema Integrado de Políticas Sobre Drogas - Aquisição de Veículo para Comunidade Terapeutica Filhos do Rei, em Jequitinhonha. (despesas de capital)



Valor: R\$ 40.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 205

Emenda de despesa: 205 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Segurança Pública

Objeto do Gasto: Sistema Integrado de Políticas Sobre Drogas - Investimento na Codemig - Cooperação para Desenvolvimento Educacional e Social de Minas Gerais, em Belo Horizonte. (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 206

Emenda de despesa: 206 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Segurança Pública

Objeto do Gasto: Sistema Integrado de Políticas Sobre Drogas - Investimento na Fazenda de Esperança de Santa Maria de Itabira, em Itabira. (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 207

Emenda de despesa: 207 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Segurança Pública

Objeto do Gasto: Sistema Integrado de Políticas Sobre Drogas - Investimento na Comunidade Terapêutica Arca de Noé, em Betim. (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 208

Emenda de despesa: 208 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Poliédrica para o Município de Além Paraíba. (despesas de capital)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 209

Emenda de despesa: 209 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica para o Município de Pirapetinga. (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 210

Emenda de despesa: 210 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Construção de Unidade Básica de Saúde no Município de Rio Pomba. (despesas de capital)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 211

Emenda de despesa: 211 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Reforma de Unidade Básica de Saúde para o Município de São João Nepomuceno. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 212

Emenda de despesa: 212 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica para a Prefeitura de São Geraldo. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 213

Emenda de despesa: 213 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica para o Município de Santos Dumont. (despesas de capital)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 214

Emenda de despesa: 214 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica para o Município de Bocaina de Minas. (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 215

Emenda de despesa: 215 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica para o Município de Goianá. (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 216

Emenda de despesa: 216 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica para o Município de Liberdade. (despesas de capital)

Valor: R\$ 80.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 217

Emenda de despesa: 217 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica para o Município de Santana do Deserto. (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 218

Emenda de despesa: 218 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica para o Município de Coronel Pacheco. (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 219

Emenda de despesa: 219 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Custeio das Ações de Saúde do Município de Andrelândia. (despesas correntes)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 220

Emenda de despesa: 220 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Custeio dos Serviços da Fundação Minas Novas - Hospital Badaró Júnior do Município de Minas Novas. (despesas correntes)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 221

Emenda de despesa: 221 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde



Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Custeio das Ações de Saúde da Conferência São Vicente de Paulo do Município de Turmalina. (despesas correntes)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 222

Emenda de despesa: 222 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação para o Município de Bom Jardim de Minas. (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 223

Emenda de despesa: 223 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação - Município de Lima Duarte. (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 224

Emenda de despesa: 224 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação - Município de Pedro Teixeira (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 225

Emenda de despesa: 225 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas



Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação - Município de Olaria. (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 226

Emenda de despesa: 226 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação - Município de Arantina. (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 227

Emenda de despesa: 227 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Construção da Clínica de Especialidades Médicas da Região das Vertentes - Consorcio Intermunicipal de Saúde das Vertentes. (despesas de capital)

Valor: R\$ 7.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 228

Emenda de despesa: 228 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Custeio das Ações de Saúde - Agencia de Cooperação Intermunicipal em Saúde do Pé da Serra. (despesas correntes)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 229

Emenda de despesa: 229 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Custeio para o Hospital São Vicente de Paula - Município de Itabirito. (despesas correntes)



Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 230

Emenda de despesa: 230 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem - Custeio de Ações - Ong de Proteção Animal Voluntário da Pata - Município de Pouso Alegre. (despesas correntes)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 231

Emenda de despesa: 231 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Construção do Hospital Regional do Município de Contagem. (despesas de capital)

Valor: R\$ 25.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 232

Emenda de despesa: 232 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Equipamentos Hospitalares para a Sociedade Caritativa Sagrado Coração de Jesus - Hospital do Município de Baependi. (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 233

Emenda de despesa: 233 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Objeto do Gasto: Apoio a Gestão Ambiental - Reforma e Revitalização do Parque Estadual Fernão Dias no Município de Contagem. (despesas de capital)

Valor: R\$ 9.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 234

Emenda de despesa: 234 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Custeio das Ações de Saúde do Hospital Regional do Município de Janaúba. (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 235

Emenda de despesa: 235 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: - Prestar Assistência aos Dependentes do Álcool e Outras Drogas em Comunidades Terapêuticas: Atenção ao Usuário de Álcool, Crack e Outras Drogas (despesas correntes)

Valor: R\$ 10.000.000,00

Dedução: Fundo Estadual de Saúde - 4578 - Apoio e Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 236

Emenda de despesa: 236 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Segurança Pública

Objeto do Gasto: Municipalização e Descentralização das Políticas Sobre Drogas - Custeio das Ações da Associação Beneficente para Desenvolvimento Educacional Qualificação e Reintegração Social - Adequar. (despesas correntes)

Valor: R\$ 120.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 237

Emenda de despesa: 237 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social - Reforma e Ampliação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Ibiá. (despesas de capital)

Valor: R\$ 250.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 238

Emenda de despesa: 238 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Custeio das Ações de Saúde da Santa Casa de Misericórdia - Município de Santos Dumont (despesas correntes)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 239

Emenda de despesa: 239 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Objeto do Gasto: Fortalecimento do Setor Agroindustrial - Aquisição de Poço Artesiano para a Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural de Quebra-Pé - Município de Monjolos. (despesas de capital)

Valor: R\$ 20.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 240

Emenda de despesa: 240 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Custeio das Ações de Saúde do Hospital Nossa Senhora da Saúde - Município de Diamantina. (despesas correntes)

Valor: R\$ 550.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 241

Emenda de despesa: 241 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Custeio das Ações de Saúde da Associação Evangélica Beneficente de Minas Gerais, Mantenedora do Hospital Evangélico de Belo Horizonte. (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 242

Emenda de despesa: 242 Autor: Antônio Jorge



Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Custeio das Ações do Centro Especializado em Reabilitação para Execução das Ações do Caminhão Adaptado para Atendimento Pelo Oficina Ortopédica Itinerante em Diamantina. (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 243

Emenda de despesa: 243 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos - Construção de Quadra de Esportes - Município de Guanhães (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 244

Emenda de despesa: 244 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Reforma do Posto de Saúde - Município de Guanhães. (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 245

Emenda de despesa: 245 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Apoio aos Municípios e Regiões em Intervenções de Infraestrutura Urbana e Rural - Pavimentação Asfáltica para o Município de Guanhães. (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 246

Emenda de despesa: 246 Autor: Tadeu Martins Leite

Unidade Orçamentária Beneficiada: Universidade Estadual de Montes Claros



Objeto do Gasto: Ampliação e Atualização do Acervo da Biblioteca (despesas de capital)

Valor: R\$ 375.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 247

Emenda de despesa: 247 Autor: Tadeu Martins Leite

Unidade Orçamentária Beneficiada: Universidade Estadual de Montes Claros

Objeto do Gasto: Atividades Integradas de Graduação, Pesquisa e Extensão (despesas de capital)

Valor: R\$ 855.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 248

Emenda de despesa: 248 Autor: Tadeu Martins Leite

Unidade Orçamentária Beneficiada: Universidade Estadual de Montes Claros

Objeto do Gasto: Atividades Integradas de Graduação, Pesquisa e Extensão (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 249

Emenda de despesa: 249 Autor: Tadeu Martins Leite

Unidade Orçamentária Beneficiada: Universidade Estadual de Montes Claros

Objeto do Gasto: Políticas de Assistência Estudantil (despesas de capital)

Valor: R\$ 370.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 250

Emenda de despesa: 250 Autor: Tadeu Martins Leite

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA N° 251

Emenda de despesa: 251 Autor: Wander Borges

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 700.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 252

Emenda de despesa: 252 Autor: Wander Borges

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural Protegido (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 253

Emenda de despesa: 253 Autor: Wander Borges

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Projetos, Construções, Reformas e Ampliações de Unidades da Pmmg (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 254

Emenda de despesa: 254 Autor: Wander Borges

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Segurança Pública

Objeto do Gasto: Expansão e Modernização do Sistema Socioeducativo (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA N° 255

Emenda de despesa: 255 Autor: Wander Borges

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Projetos, Construções, Reformas e Ampliações de Unidades da Pmmg (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 256

Emenda de despesa: 256 Autor: Wander Borges

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Projetos, Construções, Reformas e Ampliações de Unidades do Cbmmg (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 257

Emenda de despesa: 257 Autor: Wander Borges

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 258

Emenda de despesa: 258 Autor: Wander Borges

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção e Reforma de Obras de Arte Especiais (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 259

Emenda de despesa: 259 Autor: Wander Borges

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Construção e Reforma de Obras de Arte Especiais (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 260

Emenda de despesa: 260 Autor: Wander Borges

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes



Objeto do Gasto: Apoio e Realização de Eventos Esportivos (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 261

Emenda de despesa: 261 Autor: Wander Borges

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas correntes)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 262

Emenda de despesa: 262 Autor: Wander Borges

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura - Ensino Fundamental (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 263

Emenda de despesa: 263 Autor: Wander Borges

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Estímulo à Produção, Circulação e Intercâmbio Cultural (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 264

Emenda de despesa: 264 Autor: Cássio Soares

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 265

Emenda de despesa: 265 Autor: Cássio Soares

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 266

Emenda de despesa: 266 Autor: Iran Barbosa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 900.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 267

Emenda de despesa: 267 Autor: Iran Barbosa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos (despesas de capital)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 268

Emenda de despesa: 268 Autor: Iran Barbosa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Apoio e Realização de Eventos Esportivos - Aquisição de Material Esportivo (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 269

Emenda de despesa: 269 Autor: Iran Barbosa

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas de capital)

Valor: R\$ 400.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 270

Emenda de despesa: 270 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Apoio e Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial - Aquisição de Veículo para o Centro de Recuperação Juiz de Fora Contra as Drogas, Município de Juiz de Fora (despesas de capital)

Valor: R\$ 40.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 271

Emenda de despesa: 271 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 272

Emenda de despesa: 272 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas correntes)

Valor: R\$ 600.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 273

Emenda de despesa: 273 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 274

Emenda de despesa: 274 Autor: Bloco Verdade e Coerência



Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Gestão da Infraestrutura Predial (despesas de capital)

Valor: R\$ 3.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 275

Emenda de despesa: 275 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Locação de Veículos Automotores (despesas correntes)

Valor: R\$ 2.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 276

Emenda de despesa: 276 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (despesas de capital)

Valor: R\$ 2.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 277

Emenda de despesa: 277 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Exercício de Polícia Judiciária e Investigação Criminal (despesas de capital)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 278

Emenda de despesa: 278 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Administração Prisional

Objeto do Gasto: Humanização do Sistema Prisional, Implantação de Apac (despesas de capital)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)



EMENDA Nº 279

Emenda de despesa: 279 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Administração Prisional

Objeto do Gasto: Modernização e Expansão do Sistema Prisional (despesas de capital)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 280

Emenda de despesa: 280 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Promoção da Saúde Por Meio da Atividade Física (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 281

Emenda de despesa: 281 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos (despesas de capital)

Valor: R\$ 3.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 282

Emenda de despesa: 282 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Compete Minas (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 283

Emenda de despesa: 283 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Objeto do Gasto: Fiscalização Ambiental Preventiva (despesas correntes)

Valor: R\$ 3.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 284

Emenda de despesa: 284 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundação Estadual do Meio Ambiente

Objeto do Gasto: Gestão da Qualidade do Solo e Reabilitação de Áreas Degradadas e Contaminadas (despesas correntes)

Valor: R\$ 3.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 285

Emenda de despesa: 285 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Estadual de Florestas

Objeto do Gasto: Monitoramento Ambiental (despesas correntes)

Valor: R\$ 3.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 286

Emenda de despesa: 286 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Estadual de Florestas

Objeto do Gasto: Proteção e Recuperação da Mata Atlântica Fase “Promata” (despesas correntes)

Valor: R\$ 2.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 287

Emenda de despesa: 287 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Mineiro de Gestão das Águas

Objeto do Gasto: Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos - Pró-Água (despesas de capital)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 288

Emenda de despesa: 288 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Turismo

Objeto do Gasto: Infraestrutura dos Atrativos e Destinos Turísticos (despesas correntes)

Valor: R\$ 2.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 289

Emenda de despesa: 289 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Turismo

Objeto do Gasto: Infraestrutura dos Atrativos e Destinos Turísticos (despesas de capital)

Valor: R\$ 2.500.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 290

Emenda de despesa: 290 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino

Superior

Objeto do Gasto: Manutenção do Programa Pronatec (despesas correntes)

Valor: R\$ 10.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 291

Emenda de despesa: 291 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino

Superior

Objeto do Gasto: Cidade das Águas - Sedctes (despesas correntes)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 292

Emenda de despesa: 292 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino

Superior

Objeto do Gasto: Rede de Distribuição de Energia Elétrica (despesas correntes)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)



EMENDA Nº 293

Emenda de despesa: 293 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Fundese Empresa Mineira Competitiva (despesas de capital)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 294

Emenda de despesa: 294 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Fundese Geraminas (despesas de capital)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 295

Emenda de despesa: 295 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Fundese Base Tecnológica (despesas de capital)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 296

Emenda de despesa: 296 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo de Incentivo à Inovação Tecnológica

Objeto do Gasto: Suporte a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos e Processos Inovadores (despesas de capital)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 297

Emenda de despesa: 297 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Objeto do Gasto: Construção de Reservatórios de Pequeno Porte (despesas de capital)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 298

Emenda de despesa: 298 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Objeto do Gasto: Irriga Minas (despesas correntes)

Valor: R\$ 2.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 299

Emenda de despesa: 299 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo de Desenvolvimento Regional do Jaíba

Objeto do Gasto: Fundo Jaíba (despesas de capital)

Valor: R\$ 5.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 300

Emenda de despesa: 300 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural

Objeto do Gasto: Funderur (despesas de capital)

Valor: R\$ 3.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 301

Emenda de despesa: 301 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual do Café

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro a Projetos da Cadeia Produtiva (despesas de capital)

Valor: R\$ 3.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)



EMENDA Nº 302

Emenda de despesa: 302 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Fomento às Artes Cênicas (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 303

Emenda de despesa: 303 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Implantação e Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos da Economia Criativa em Minas Gerais (despesas correntes)

Valor: R\$ 3.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 304

Emenda de despesa: 304 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Expansão e Aperfeiçoamento do Atendimento do Cbmmg para Tornar o Estado de Minas Gerais Mais Resiliente aos Desastres (despesas correntes)

Valor: R\$ 3.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 305

Emenda de despesa: 305 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo de Assistência ao Turismo

Objeto do Gasto: Fastur (despesas de capital)

Valor: R\$ 6.000.000,00

Deduções: Reserva de Contingência - R\$ 3.000.000,00

Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes) - R\$ 3.000.000,00

EMENDA Nº 306

Emenda de despesa: 306 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional

Objeto do Gasto: Apoio à Infraestrutura das Cidades (despesas de capital)

Valor: R\$ 3.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 307

Emenda de despesa: 307 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional

Objeto do Gasto: Apoio ao Saneamento Básico Municipal (despesas correntes)

Valor: R\$ 3.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 308

Emenda de despesa: 308 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional

Objeto do Gasto: Estudos, Projetos e Obras para Implantação e Melhoria de Sistemas de Manejo de Águas Pluviais (despesas correntes)

Valor: R\$ 3.000.000,00

Dedução: Secretaria de Estado de Governo - 2037 - Divulgação Governamental (outras despesas correntes)

EMENDA Nº 309

Emenda de texto: 309 Autor: Bloco Verdade e Coerência

Altere-se de:

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao seu orçamento fiscal até o limite de 40% (quarenta por cento) da despesa fixada no art. 2º.

Para:

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao seu orçamento fiscal até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da despesa fixada no art. 2º.

Justificação: Estipular um limite de autorização de abertura de créditos suplementares no valor de 40% das despesas fixadas no art.2º, de R\$ 95.335.872.482,00 (noventa e cinco bilhões, trezentos e trinta e cinco milhões, oitocentos e setenta e dois mil e quatrocentos e oitenta e dois reais), representa um valor de R\$ 38,1 bilhões de suplementações possíveis. Isto significa completa maneabilidade do orçamento estadual e clara desnecessidade de tratar o orçamento e Plano Plurianual de Ação Governamental com a seriedade necessária, podendo inclusive gerar manipulação consciente de previsões de gastos em determinados grupos de despesa para que os mesmos atendam a limites estipulados na Lei de Responsabilidade Fiscal, como pessoal. O limite de 25%, apesar de não ser o ideal, indica que o Governo do Estado tem que evoluir no seu sistema de planejamento governamental ao mesmo tempo que limita a possibilidade de manipulação consciente da proposta orçamentária pelo Poder Executivo estadual.



EMENDA Nº 310

Emenda de despesa: 310 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Segurança Pública

Objeto do Gasto: Municipalização e Descentralização das Políticas Sobre Drogas - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 311

Emenda de despesa: 311 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos - Cobertura da Quadra de Esportes da Comunidade do Zueira do Município de São João Del Rei. (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 312

Emenda de despesa: 312 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde - Construção de Unidade Básica de Saúde no Município de Rio Novo. (despesas de capital)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 313

Emenda de despesa: 313 Autor: Antônio Jorge

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social - Custeio das Ações da Associação Movimento Juiz de Fora Pela Paz, no Município de Juiz de Fora. (despesas correntes)

Valor: R\$ 80.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 314

Emenda de despesa: 314 Autor: Ione Pinheiro

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 315

Emenda de despesa: 315 Autor: Paulo Guedes

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 316

Emenda de despesa: 316 Autor: Elismar Prado

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 317

Emenda de despesa: 317 Autor: Elismar Prado

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 318

Emenda de despesa: 318 Autor: Doutor Jean Freire

Unidade Orçamentária Beneficiada: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Expansão do Serviço Operacional de Bombeiros - Instalação de Unidade de Corpo de Bombeiros no Município de Almenara (despesas de capital)

Valor: R\$ 2.000.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 319

Emenda de despesa: 319 Autor: Doutor Jean Freire

Unidade Orçamentária Beneficiada: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Expansão do Serviço Operacional de Bombeiros - Instalação de Unidade de Corpo de Bombeiros no Município de Capelinha (despesas de capital)

Valor: R\$ 10.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 320

Emenda de despesa: 320 Autor: Doutor Jean Freire

Unidade Orçamentária Beneficiada: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Expansão do Serviço Operacional de Bombeiros - Instalação da Unidade do Corpo de Bombeiros no Município de Araçuaí (despesas de capital)

Valor: R\$ 10.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 321

Emenda de despesa: 321 Autor: Doutor Jean Freire

Unidade Orçamentária Beneficiada: Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Expansão do Serviço Operacional de Bombeiros - Instalação de Unidade do Corpo de Bombeiros no Município de Nanuque (despesas de capital)

Valor: R\$ 10.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 322

Emenda de despesa: 322 Autor: Doutor Jean Freire

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Potencialização das Vocações Regionais do Norte e Nordeste de Minas Gerais - Instalação de Um Centro de Comercialização de Artesanato do Vale do Jequitinhonha em Belo Horizonte. (despesas de capital)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 323

Emenda de despesa: 323 Autor: Dalmo Ribeiro Silva

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas de capital)

Valor: R\$ 750.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 324

Emenda de despesa: 324 Autor: Dalmo Ribeiro Silva

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 325

Emenda de despesa: 325 Autor: Dalmo Ribeiro Silva

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional

Objeto do Gasto: Apoio à Infraestrutura das Cidades (despesas de capital)

Valor: R\$ 150.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 326

Emenda de despesa: 326 Autor: Dalmo Ribeiro Silva

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 327

Emenda de despesa: 327 Autor: Dalmo Ribeiro Silva

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Saúde

Objeto do Gasto: Desenvolvimento e Apoio às Ações de Saúde (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00



Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 328

Emenda de despesa: 328 Autor: Doutor Jean Freire

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Elaboração de Projetos de Engenharia - Elaboração de Projetos de Engenharia para a Pavimentação da Estrada Vicinal Que Liga o Município de Chapada do Norte ao Entrocamento da Lmg 677, Extensão de 23 Km (despesas correntes)

Valor: R\$ 110.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 329

Emenda de despesa: 329 Autor: Doutor Jean Freire

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Elaboração de Projetos de Engenharia - Elaboração de Projeto de Engenharia para a Pavimentação de Lmg Entre os Municípios de Joáima e Fronteira dos Vales. (despesas correntes)

Valor: R\$ 110.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 330

Emenda de despesa: 330 Autor: Doutor Jean Freire

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Elaboração de Projetos de Engenharia - Elaboração de Projeto de Engenharia para a Pavimentação de Lmg Capelinha e Itamarandiba, Numa Extensão de 58 Km. (despesas correntes)

Valor: R\$ 110.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 331

Emenda de despesa: 331 Autor: Doutor Jean Freire

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Elaboração de Projetos de Engenharia - Elaboração de Projeto de Engenharia para a Pavimentação de Lmg Entre Almenara e o Distrito de Pedra Grande no Mesmo Município. (despesas correntes)

Valor: R\$ 110.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 332

Emenda de despesa: 332 Autor: Doutor Jean Freire

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Elaboração de Projetos de Engenharia - Elaboração de Projeto de Engenharia para a Pavimentação de Lmg 678 Entre Novo Cruzeiro e Entroncamento Com Araçuaí, Extensão de 93 Km. (despesas correntes)

Valor: R\$ 110.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 333

Emenda de despesa: 333 Autor: Doutor Jean Freire

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Objeto do Gasto: Apoio a Gestão Ambiental - Cercamento de Nascentes para a Proteção do Meio Ambiente (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 334

Emenda de despesa: 334 Autor: André Quintão

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Governo

Objeto do Gasto: Execução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 335

Emenda de despesa: 335 Autor: André Quintão

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 336

Emenda de despesa: 336 Autores: Carlos Pimenta, Gil Pereira, Arlen Santiago, Paulo Guedes, Tadeu Martins Leite

Unidade Orçamentária Beneficiada: Universidade Estadual de Montes Claros

Objeto do Gasto: Políticas de Assistência Estudantil (despesas de capital)



Valor: R\$ 3.300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 337

Emenda de despesa: 337 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Assistência Social

Objeto do Gasto: Estruturação da Rede Socioassistencial Privada e Pública (despesas de capital)

Valor: R\$ 790.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 338

Emenda de despesa: 338 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Objeto do Gasto: Manutenção das Atividades do Conselho de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Minas Gerais (despesas correntes)

Valor: R\$ 160.094,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 339

Emenda de despesa: 339 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Bolsa-Atleta e Bolsa Técnico - Atender Mais 5 Atletas da Modalidade de Levantamento de Peso. (despesas correntes)

Valor: R\$ 30.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 340

Emenda de despesa: 340 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Estruturação e Manutenção de Espaços para Comercialização dos Produtos (despesas correntes)

Valor: R\$ 350.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 341

Emenda de despesa: 341 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Estruturação e Manutenção de Espaços para Comercialização dos Produtos (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 342

Emenda de despesa: 342 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social

Objeto do Gasto: Apoio Financeiro e Material a Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social - Realização do Projeto Protagonismo Lgbt. (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 343

Emenda de despesa: 343 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos - Reforma do Parque Municipal de Esportes de Viçosa (Conhecida Também Como Praça de Esportes Ou Associação Esportiva Viçosense - Aev). (despesas de capital)

Valor: R\$ 130.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 344

Emenda de despesa: 344 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Rede de Transporte Público Coletivo Rodoviário - Implementação do Sistema de Segurança em 1 Terminal do Sistema de Transporte Metropolitano. (despesas de capital)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 345

Emenda de despesa: 345 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas



Objeto do Gasto: Rede de Transporte Público Coletivo Rodoviário - Elaboração de Aplicativo para Modernização Tecnológica Eficiente da Fiscalização do Transporte Público Metropolitano. (despesas de capital)

Valor: R\$ 50.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 346

Emenda de despesa: 346 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas

Objeto do Gasto: Rede de Transporte Público Coletivo Rodoviário - Monitoramento Por Gps e Gprs da Rede de Transporte Metropolitano e Requalificação e Monitoramento da Rede de Transporte Metropolitano. (despesas de capital)

Valor: R\$ 4.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 347

Emenda de despesa: 347 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Elaboração de Projetos de Engenharia - Projetos Básicos e Executivos para Pavimentação dos Seguintes Trechos Rodoviários: A) Itamarandiba a Capelinha; B) Araçuaí a Novo Cruzeiro (despesas de capital)

Valor: R\$ 1.000.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 348

Emenda de despesa: 348 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

Objeto do Gasto: Implementação dos Centros de Referência em Direitos Humanos (despesas correntes)

Valor: R\$ 400.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 349

Emenda de despesa: 349 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

Objeto do Gasto: Operacionalização dos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 350

Emenda de despesa: 350 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Mineiro de Gestão das Águas

Objeto do Gasto: Plano de Segurança Hídrica para o Estado de Minas Gerais - Implantação de 5 Estações de Medição de Vazão em Tempo Real nas Regiões Críticas do Estado. (despesas de capital)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 351

Emenda de despesa: 351 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Instituto Estadual de Florestas

Objeto do Gasto: Proteção da Biodiversidade - Apoio e Capacitação para a Elaboração do Plano de Recuperação Ambiental (Pra), nas Propriedades e Posses Que Já Tenham Feito o Cadastro Ambiental Rural (Car). (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 352

Emenda de despesa: 352 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Perícias Técnico-Científicas - Aquisição de Equipamentos de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (Exame Pericial), Por Meio do Banco de Dados de Perfis Genéticos, Possibilitando a Humanização do Atendimento a Vítimas de Crime Sexual. (despesas de capital)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 353

Emenda de despesa: 353 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Objeto do Gasto: Mediação de Conflitos Agrários Rurais Coletivos (despesas correntes)

Valor: R\$ 80.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 354

Emenda de despesa: 354 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Capacitação de Membros e Servidores da Defensoria Pública - R\$250.000,00 para Capacitação da População Assistida. (despesas correntes)

Valor: R\$ 250.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 355

Emenda de despesa: 355 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional

Objeto do Gasto: Regularização Fundiária Urbana Plena - Regularização Fundiária Urbana de Terrenos Ocupados de Propriedade do Estado de Minas Gerais, na Região Metropolitana (despesas correntes)

Valor: R\$ 337.900,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 356

Emenda de despesa: 356 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Estímulo e Apoio as Culturas Populares e Tradicionais - R\$250.000,00 para Festivale; R\$250.000,00 para Mucuriarte, R\$150.000,00 para Dia da Favela, R\$200.000,00 para Encontro dos Povos Indígenas, R\$ 500.000,00 para Fórum Mundial de Artes e Cultura Negra. (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.350.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 357

Emenda de despesa: 357 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Desenvolvimento de Pesquisa Agropecuária e Agroindustrial (despesas correntes)

Valor: R\$ 500.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 358

Emenda de despesa: 358 Autor: Comissão de Participação Popular



Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Atendimento aos Municípios Mineiros - Implantação do Centro de Atendimento Educacional Antônio Carlos Lemos, em Convênio Com o Município de Contagem. (despesas de capital)

Valor: R\$ 420.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 359

Emenda de despesa: 359 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Formação, Capacitação e Profissionalização Artística e Cultural. (despesas correntes)

Valor: R\$ 100.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 360

Emenda de despesa: 360 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Objeto do Gasto: Apoio ao Cooperativismo e Acesso a Mercados Institucionais (despesas correntes)

Valor: R\$ 315.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 361

Emenda de despesa: 361 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Objeto do Gasto: Agroindústria Familiar e Infraestrutura (despesas correntes)

Valor: R\$ 350.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 362

Emenda de despesa: 362 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Objeto do Gasto: Apoio à Inclusão Produtiva e Autonomia Econômica das Mulheres do Campo (despesas correntes)

Valor: R\$ 245.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 363

Emenda de despesa: 363 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Objeto do Gasto: Apoio à Permanência do Jovem no Campo e à Continuidade da Agricultura Familiar - Sucessão Rural (despesas correntes)

Valor: R\$ 210.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 364

Emenda de despesa: 364 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Objeto do Gasto: Fomento à Produção Sustentável da Agricultura, Criação Animal, Extrativismo e Pesca Familiar - Transição Agroecológica - Formação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater - em Agroecologia (despesas correntes)

Valor: R\$ 125.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 365

Emenda de despesa: 365 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

Objeto do Gasto: Acesso à Terra e Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (despesas correntes)

Valor: R\$ 280.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 366

Emenda de despesa: 366 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Fundo Estadual de Assistência Social

Objeto do Gasto: Estruturação da Política de Atendimento às Medidas em Meio Aberto (despesas correntes)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 367

Emenda de despesa: 367 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: Reforma, Adequação e Manutenção de Espaços Culturais e Grupos - Implantação do Centro de Referência do Circo na Antiga Estação Ferroviária da Gameleira. (despesas correntes)

Valor: R\$ 200.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 368

Emenda de despesa: 368 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Segurança Pública

Objeto do Gasto: Prevenção Social às Violências e Criminalidades - Formação/Capacitação para Lideranças Comunitárias e Oficineiros do Fica Vivo! e Jovens Multiplicadores em Mediação de Conflitos, Direitos Humanos, Segurança Pública Cidadã, Violência Contra a Mulher, Racismo e Juventude nos 32 Territórios Atendidos Pela Política de Prevenção. (despesas correntes)

Valor: R\$ 300.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 369

Emenda de despesa: 369 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Educação

Objeto do Gasto: Formação Profissional, Arte e Cultura para a Juventude - Plug Minas, Conservatórios e Centro de Línguas - Destinar R\$100.000,00 para Realização de Diagnóstico das Necessidades dos Territórios Noroeste, Oeste, Caparaó, Sudoeste, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Central, Vale do Rio Doce e Vale do Aço. (despesas correntes)

Valor: R\$ 109.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 370

Emenda de despesa: 370 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Turismo

Objeto do Gasto: Qualificação dos Gestores Públicos e da Cadeia Produtiva do Turismo - Qualificação de Gestores Públicos e Privados do Turismo dos Municípios de Ouro Preto, Juiz de Fora, Santa Maria do Suaçuí, Viçosa, Minas Novas, Santana do Riacho, Extrema e Araponga, Com R\$10.000,00 Cada, Com Vistas a Aumentar a Competitividade de Cada Destino e Valorizar Sua Vocação Regional. (despesas correntes)

Valor: R\$ 80.000,00

Dedução: Reserva de Contingência



EMENDA Nº 371

Emenda de despesa: 371 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Turismo

Objeto do Gasto: Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos em Minas Gerais - Realização de Ação de Potencialização do Turismo de Negócios nos Município de Juiz de Fora (Mata), no Valor de R\$714,00, e em Viçosa (Caparaó), no Valor de R\$714,00. (despesas correntes)

Valor: R\$ 1.428,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 372

Emenda de despesa: 372 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Objeto do Gasto: Educação Profissional de Segurança Pública - Capacitar Quatro Policiais Militares, Por Território, a Comporem as Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica (despesas correntes)

Valor: R\$ 68.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

EMENDA Nº 373

Emenda de despesa: 373 Autor: Comissão de Participação Popular

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Esportes

Objeto do Gasto: Promoção do Esporte Indígena (despesas correntes)

Valor: R\$ 199.000,00

Dedução: Reserva de Contingência

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 75/2016

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 75/2016, proveniente do Parlamento Jovem Minas 2016, contém as propostas relativas ao subtema 1 – Mobilidade: participação e controle social – recebidas na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem Edição 2016, realizada em 26/8/2016, cujo tema geral foi “Mobilidade urbana: aonde dá pra chegar?”.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 6/10/2016, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, combinado com o art. 289 do Regimento Interno.



Fundamentação

O Parlamento Jovem Minas é um projeto desenvolvido e coordenado pela ALMG, por meio da Escola do Legislativo, e pela PUC Minas, por meio do Instituto de Ciências Sociais e Pró-Reitoria de Extensão, em parceria com câmaras municipais de diferentes regiões do Estado. O projeto tem como objetivo estimular a formação política e cidadã de estudantes dos ensinos médio e superior dos municípios mineiros. Para tanto, promove atividades que levam esses jovens a compreender melhor a organização dos Poderes, em especial o Legislativo, e a importância da participação popular no Parlamento. A cada ano, um tema de relevância social e do interesse dos jovens é abordado por meio de diversas atividades de estudo, debate e deliberação.

O projeto é desenvolvido em três etapas: a etapa municipal, em que as câmaras são responsáveis pela mobilização e capacitação dos alunos do ensino médio, com assessoria à distância de técnicos da ALMG e da PUC Minas e elaboração do documento com propostas sobre o tema central, as quais são discutidas e votadas em reuniões no plenário da câmara municipal. A etapa regional consolida as contribuições dos municípios e, posteriormente, os documentos aprovados em cada polo regional são consolidados pela ALMG em um só texto, que será o documento-base para a etapa estadual, que acontece na Capital com a presença de representantes de todos os municípios participantes. Nesta última etapa, os estudantes são divididos em grupos de trabalho para uma discussão preliminar sobre o documento-base. Na sequência, todos os participantes são reunidos no plenário da ALMG para apreciação, discussão e votação das propostas de ação do poder público e de aperfeiçoamento da legislação existente, de acordo com o documento-base. Por fim, o documento final do Parlamento Jovem Minas é aprovado e entregue à Comissão de Participação Popular para emissão de parecer e devido encaminhamento.

Na edição de 2016, cujo tema geral foi “Mobilidade Urbana – Aonde dá para chegar?”, a discussão foi organizada em três subtemas: subtema 1 – Mobilidade: participação e controle social; subtema 2 – Trânsito e Transporte; subtema 3 – Mobilidade e Estrutura.

Na discussão do subtema 1 – Mobilidade: participação e controle social, foram elaboradas as seguintes propostas:

1 – Criação de canais de atendimento à população por meio de projetos, sob a forma de *site* e aplicativo móvel, cuja finalidade seja a coleta de sugestões e de denúncias da população enviadas às autoridades locais; nesses canais também serão disponibilizados atos governamentais em relação à mobilidade, aumentando, assim, a transparência.

2 – Criação de Programa Educacional de Trânsito – Proet –, em parceria com a Polícia Militar, visando ao tema da mobilidade urbana de forma interdisciplinar para os alunos da educação básica.

3 – Implementação de curso obrigatório de capacitação em Libras e em Braille para servidores públicos que trabalhem em lugares de atendimento à população, principalmente em recepção e transporte público.

Com relação à primeira proposta, cabe observar que a manutenção de *sites*, aplicativos e recursos de Tecnologias de Comunicação e Informação tem sido importante ferramenta para contribuir com o controle social, principalmente ao disponibilizar informações e propiciar a transparência. Cabe observar, também, que o art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, assegura o direito a informação, devendo todo e qualquer órgão público promover a divulgação irrestrita e transparente de informação de interesse particular do cidadão, ou de interesse coletivo ou geral.

Entendemos que, com o mesmo propósito de criar canais de interação entre poder público e usuários do transporte coletivo, os participantes do processo de discussão da revisão para 2017 do Plano Plurianual de Ação Governamental 2016-2019, ocorrida em novembro de 2016 na ALMG, também propuseram a criação de aplicativo para acompanhamento da prestação dos serviços de transporte. Entendemos, dessa forma, que essa demanda específica dos participantes do Parlamento Jovem esteja sendo em grande parte atendida por meio da Proposta de Ação Legislativa nº 145/2016.

De qualquer forma, consideramos importante o envio de requerimento à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop –, recomendando a adoção da medida, a fim de que em seu *site* haja espaço para a coleta de sugestões de melhorias e

de denúncias da população quanto a ações de particulares ou do próprio poder público que dificultem a mobilidade, para que sejam posteriormente enviadas às autoridades locais, conforme proposto pelo Parlamento Jovem Minas 2016.

Com relação à segunda questão, a Criação de Programa Educacional de Trânsito, consta na estrutura atual do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER/MG – a Gerência de Educação para o Trânsito, que tem por finalidade garantir a coordenação das atividades relacionadas à educação para o trânsito do DER/MG, conforme a Lei nº 9.503, de 1997, que determina o dever dos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito de assegurar aos cidadãos um trânsito em condições seguras. Os cursos podem ser solicitados por prefeituras, associações, cooperativas, sindicatos, organizações não governamentais – ONGs – e outras entidades interessadas. Entendo ser a escola autônoma para implementar projetos, conforme seu planejamento pedagógico, cada escola pode solicitar, no DER-MG, parceria para desenvolvimento dos cursos em seu âmbito. Entendemos, por outro lado, que tal programa pode ser mais divulgado nas escolas, de modo a fomentar essa parceria.

Os recursos para o desenvolvimento das atividades de educação para o trânsito estão assegurados na Ação 4196 – Educação Para o Trânsito, do PPAG 2016-2019, cuja meta física proposta para 2017 é capacitar 70 mil pessoas. A finalidade dessa ação é orientar, educar, capacitar e instrumentalizar a população, dentro das diretrizes da Política Nacional de Trânsito, para agir de forma segura no trânsito. Entendemos que, por ser a escola um local privilegiado para a formação de comportamentos, uma vez que atua com crianças e adolescentes em fase de desenvolvimento, seria pertinente acatar a sugestão do Parlamento Jovem, sugerindo uma alteração na finalidade dessa ação, de forma a garantir o desenvolvimento da educação para o trânsito nas escolas.

Concluimos, dessa forma, ser pertinente o envio de requerimento ao DER-MG, solicitando esforços para ampliar a divulgação do programa de “Educação para o Trânsito” nas escolas de educação básica, e a apresentação de uma emenda ao Projeto de Lei nº 3819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2017 para o exercício 2017, de forma a constar na finalidade da Ação 4196 uma especial atenção ao desenvolvimento da educação para o trânsito nas escolas de educação básica.

Com relação à terceira proposta, que sugere a implementação de curso obrigatório de capacitação em Libras e em Braille para servidores públicos que trabalhem em lugares de atendimento à população, a matéria parece coerente com as demandas do segmento das pessoas com deficiência, no sentido de proporcionar a elas maior inclusão e igualdade de oportunidades. No entanto, cabe reiterar o esclarecimento já discorrido com relação à primeira proposta, de que a apresentação de projetos de lei com o propósito exclusivo de obrigar o Poder Executivo a implementar uma ação que lhe é própria constitui iniciativa inadequada, cabendo a esse Poder avaliar, no exercício de sua discricionariedade, a oportunidade e a conveniência de sua implementação. Sendo assim, entendemos que a emissão de requerimento ao Poder Executivo informando quanto à demanda do Parlamento Jovem Minas e recomendando sua adoção seria medida pertinente ao Poder Legislativo.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2017 para o exercício 2017, e de requerimentos com pedido de providências a órgãos do Poder Executivo.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 75/2016 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 3.819/2016 e dos requerimento anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2016.

Marília Campos, presidente – Doutor Jean Freire, relator – Rogério Correia.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 084 - OPERAÇÃO E SEGURANÇA DOS CORREDORES DE TRANSPORTE -

Ação: 4196 - EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO



Mudança de finalidade:

Para: ORIENTAR, EDUCAR, CAPACITAR E INSTRUMENTALIZAR A POPULAÇÃO, DENTRO DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO, PARA ATUAR COM COMPORTAMENTO SEGURO NO TRÂNSITO, COM ESPECIAL ATENÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

PLE nº 75/2016

Emenda ao PPAG nº 22

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 75/2016, recebida na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem Edição 2016, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER/MG – informando a aprovação de uma emenda ao Projeto de Lei nº 3819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2017 para o exercício 2017, alterando a finalidade da Ação 4196 – EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO, de forma a constar uma especial atenção ao desenvolvimento das atividades dessa ação nas escolas de educação básica.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº .../....

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 75/2016, recebida na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem Edição 2016, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER/MG –, solicitando esforços para ampliar a divulgação e a execução do Programa de “Educação para o Trânsito” nas escolas de educação básica.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº .../....

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 75/2016, recebida na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem Edição 2016, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop —, recomendando a adoção da proposta para que em seu *site* haja espaço para a coleta de sugestões de melhorias e denúncias da população quanto a ações de particulares ou do próprio poder público que dificultem a mobilidade, a serem enviadas posteriormente às autoridades locais para conhecimento.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº .../....

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 75/2016, recebida na Reunião Plenária Final do Parlamento Jovem Edição 2016, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado pedido de providências à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, informando quanto à proposta, que sugere a implementação de curso obrigatório de capacitação em Libras e em Braille para servidores públicos que trabalhem em lugares de atendimento à população, recomendando sua adoção.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 79/2016

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 79/2016, elaborada por grupo de trabalho composto por Rômulo Francisco de Souza Assis, do(a) Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais, e outros, sugere alterações no Programa 123 – Educação Profissional de Segurança Pública – do projeto de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2017.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 7/11/2016, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017 pelo grupo que discutiu o tema Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, do eixo Segurança Pública, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada em 11/11/2016.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 19/11/2016, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, ocorreu nesta Casa entre os dias 7 e 11 de novembro de 2016. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Segurança Pública; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Educação e Cultura; Saúde e Proteção Social; e Infraestrutura e Logística.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam sugestão de alteração no Programa 123 – Educação Profissional de Segurança Pública para incluir nova ação, denominada Educação Profissional de Segurança Socioeducativa, com a finalidade de capacitar, formar, qualificar, atualizar, aperfeiçoar e reforçar os conhecimentos indispensáveis ao agente de segurança socioeducativo, de forma a assegurar a sua habilitação para a execução das diversas atividades de segurança socioeducativa e de preservação da ordem pública.

A proposta visa garantir qualificação, treinamento permanente e valorização do agente de segurança socioeducativo, para melhorar a aplicação das medidas socioeducativas e promover instruções específicas para diversas situações que envolvem o público-alvo a segurança pública, nos seus vários aspectos.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta não deve ser atendida no escopo do Programa 123, que tem como unidade responsável a Polícia Militar de Minas Gerais e, como objetivo, a capacitação de policiais militares. Sendo assim, a criação, em seu âmbito, da nova ação proposta, voltada para a qualificação, o treinamento permanente e a valorização do agente de segurança socioeducativo, foge ao escopo do programa. Por outro lado, a proposta 4 (PLE 80), que sugere a criação de nova ação no Programa 205, possui finalidade análoga à proposição em tela. Assim, sugere-se que esta PLE não seja

acolhida, uma vez que seu conteúdo será contemplando nas propostas 5 e 6, aglutinadas e apresentadas ao Programa 205 que compõem a PLE 80.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela rejeição da Proposta de Ação Legislativa nº 79/2016.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2016.

Marília Campos, presidente – Doutor Jean Freire, relator – Rogério Correia.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 80/2016

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 80/2016, elaborada por grupo de trabalho composto por Alex Batista Gomes, do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais, e outros, sugere alterações no Programa 205 – Gestão Integrada de Segurança Pública – do projeto de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2017.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 7/11/2016, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, pelos grupos que discutiram os temas “Prevenção ao crime e justiça criminal” e “Sistemas socioeducativo e prisional”, ambos do eixo Segurança Pública, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada em 11/11/2016.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 19/11/2016, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, ocorreu nesta Casa entre os dias 7 e 11/11/2016. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG: Segurança Pública; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Educação e Cultura; Saúde e Proteção Social; e Infraestrutura e Logística.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 205 – Gestão Integrada de Segurança Pública:

- incluir nova ação, denominada “Formação e Capacitação dos Agentes de Segurança Socioeducativos”, com a finalidade de realizar ações de formação, aperfeiçoamento, treinamento e capacitação presenciais e a distância dos servidores do sistema socioeducativo, além de cursos integrados e capacitação física e metodológica desse servidor;

- incluir na Ação 4618 – Integração e Promoção da Qualidade Operacional do Sistema de Segurança Pública – a implementação do modelo de policiamento comunitário e integrado entre as órgãos que compõem o sistema de defesa social.

A nova ação proposta visa realizar a formação e a qualificação dos agentes de segurança socioeducativos para atendimento e aplicação das medidas socioeducativas, que consistem em situações sensíveis e complexas envolvendo crianças e adolescentes que cometem atos infracionais. Já a modificação da Ação 4618 visa uniformizar, divulgar e expandir os projetos de polícia comunitária integrados entre as forças de segurança do Estado.

Por sua vez, a Proposta de Ação Legislativa nº 79/2016, sugeriu garantir qualificação, treinamento permanente e valorização do agente de segurança socioeducativo, para melhorar a aplicação das medidas socioeducativas e promover instruções



específicas para diversas situações que envolvem o público-alvo da segurança pública, nos seus vários aspectos. Entendemos que essa sugestão está atendida nos encaminhamentos sugeridos para a proposta sob análise.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, e de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 80/2016 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 3.819/2016 e do requerimento anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2016.

Marília Campos, presidente – Doutor Jean Freire, relator – Rogério Correia.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 205 - GESTÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA -

Ação: 4618 - INTEGRAÇÃO E PROMOÇÃO DA QUALIDADE OPERACIONAL DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Mudança de finalidade:

Para: CRIAR CONDIÇÕES PARA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE, POR MEIO DA INTEGRAÇÃO DA GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA, PROJETOS DE RACIONALIZAÇÃO DOS TRABALHOS, de policiamento comunitário, DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO E DA QUALIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS CORREICIONAIS DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA.

Emenda ao PPAG nº 57

PLE nº 80/2016

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 80/2016, de autoria de Alex Batista Gomes, do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências para que seja realizada capacitação específica dos servidores do sistema socioeducativo, compreendendo formação, aperfeiçoamento, treinamento e qualificação presenciais e a distância, que incluam cursos integrados e de capacitação física e metodológica em consonância com as diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase –, bem como do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 83/2016**Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 83/2016, elaborada por grupo de trabalho composto por Cláudia Valéria Fonseca Andrade, da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, e outros, sugere alterações no Programa 204 – Rompimento da Trajetória Infracional dos Adolescentes do Estado – do projeto de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2017.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 7/11/2016, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017 pelo grupo que discutiu o tema “Sistemas prisional e socioeducativo”, do eixo Segurança Pública, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada em 11/11/2016.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 19/11/2016, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, ocorreu nesta Casa entre os dias 7 e 11 de novembro de 2016. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Segurança Pública; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Educação e Cultura; Saúde e Proteção Social; e Infraestrutura e Logística.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes, objetivando atender à demanda do sistema socioeducativo estadual e às alterações na estrutura da gestão da área de segurança pública trazidas pela Lei nº 22.257, de 2016, que estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências, formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 204 – Rompimento da Trajetória Infracional dos Adolescentes do Estado:

- alteração da regionalização e das metas financeiras da Ação 1127 – Expansão e Modernização do Sistema Socioeducativo –, com previsão de sete territórios: Alto Jequitinhonha, Caparaó, Central, Médio e Baixo Jequitinhonha, Metropolitano, Mucuri e Sudoeste. A proposta pretende ampliar recursos para expansão de unidades socioeducativas, especificamente unidades de internação, internação provisória e internação-sanção, de acordo com as metas do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo;

- ampliação das metas físicas e financeiras em 2017 da Ação 4596 – Estruturação da Política de Atendimento às Medidas de Meio Aberto. No Estado, existem 219 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – Creas – que ofertam as medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade. Porém apenas 101 recebem o cofinanciamento federal;

- inclusão de nova ação, denominada Expansão de Unidades de Semiliberdade, com a finalidade de capilarizar e regionalizar o serviço ou a unidade de execução da medida socioeducativa de semiliberdade, com previsão de uma unidade nos seguintes municípios: Uberlândia, Contagem, Sete Lagoas, Montes Claros, Teófilo Otoni, Uberaba, Ipatinga, Patrocínio, Patos de Minas, Ribeirão das Neves, Divinópolis, Pirapora, Unai, Betim, Tupaciguara e Passos;

- inclusão de nova ação, denominada Manutenção e Reforma de Centros Socioeducativos, com vistas a garantir estrutura física adequada para o atendimento ao adolescente em cumprimento de medida de internação, internação provisória e internação-sanção, com a previsão de atendimento de 24 unidades distribuídas nos territórios que possuem centros socioeducativos. Os centros de internação são espaços de uso intenso por centenas de pessoas, tanto servidores, quanto adolescentes, de forma que os espaços devem



ser limpos e mantidos em boas condições de uso. Sendo uma questão de saúde pública, torna-se necessário que o orçamento tenha previsão de recursos para reparos nas redes elétricas, hidráulicas e de esgoto, sem prejuízo dos recursos necessários aos projetos de reforma e ampliação das unidades.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, e ao Projeto de Lei nº 3.820/2016, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2017, e de requerimentos com pedido de providências para a Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 83/2016 na forma das emendas aos Projetos de Lei nºs 3.819/2016 e 3.820/2016 e dos requerimento anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2016.

Marília Campos, presidente – Doutor Jean Freire, relator – Rogério Correia.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Emenda ao PPAG nº 53

Programa: 026 - DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA ESTADUAL, MUNICIPAL E REGIONAL -

Ação: 4025 - PROJETOS, CONSTRUÇÕES, REFORMAS E AMPLIAÇÕES DE UNIDADES DO SISTEMA PRISIONAL

Mudança de nome:

Para: PROJETOS, CONSTRUÇÕES, REFORMAS E AMPLIAÇÕES dos sistemas prisional e socioeducativo

Mudança de finalidade:

Para: GARANTIR O FUNCIONAMENTO APROPRIADO DAS UNIDADES RESPONSÁVEIS PELA SEGURANÇA PÚBLICA e das unidades do sistema socioeducativo, POR MEIO DO PROVIMENTO DE INFRAESTRUTURA FÍSICA ADEQUADA.

Emenda ao PPAG nº 53

PLE nº 83/2016

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 204 - ROMPIMENTO DA TRAJETÓRIA INFRACIONAL DOS ADOLESCENTES DO ESTADO -

Ação: 4596 - ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS EM MEIO ABERTO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	69	750.000,00	69	750.000,00	69	750.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA



Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 300.000,00

Emenda ao PPAG nº 56

PLE nº 83/2016

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.820/2016

Acréscimo:

UO beneficiada: 4251 - Fundo Estadual de Assistência Social

Ação: Estruturação da Política de Atendimento às Medidas em Meio Aberto

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 300.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 300.000,00

Emenda Orçamentária nº 31

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 83/2016, de autoria de Cláudia Valéria Fonseca Andrade, da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública– Sesp – pedido de providências para que sejam equipadas as unidades socioeducativas, especificamente unidades de internação, internação provisória e internação-sanção, de acordo com as metas do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 83/2016, de autoria de Cláudia Valéria Fonseca Andrade, da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública– Sesp – pedido de providências para que sejam elaborados estudos de viabilidade para a criação de um fundo específico para o financiamento das medidas socioeducativas em meio fechado no Estado, considerando a necessidade de investimentos permanentes para a criação de vagas no sistema, incluindo-se nesse estudo o exame da possibilidade de transferência de parte dos recursos do Fundo Penitenciário Estadual para esse novo fundo, tendo em vista que a carência de vagas no sistema socioeducativo é ainda maior do que no sistema prisional.



Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 83/2016, de autoria de Cláudia Valéria Fonseca Andrade, da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública– Sesp – pedido de providências para que sejam ampliadas as unidades de oferta de medidas socioeducativas de semiliberdade no Estado, com prioridade para os locais onde exista centro socioeducativo, considerando que a medida de semiliberdade propicia uma melhor integração do adolescente à rede socioassistencial do município.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 83/2016, de autoria de Cláudia Valéria Fonseca Andrade, da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública– Sesp – pedido de informações sobre o modelo e a origem de financiamento das ações de manutenção e ampliação do sistema socioeducativo, especificamente no que diz respeito às unidades de internação, internação provisória e internação-sanção, tendo em vista o desmembramento da Secretaria de Estado Defesa Social na Sesp e na Secretaria Estadual de Administração Prisional – Seap – e, em face dessa mudança, estar a gestão do Fundo Penitenciário Estadual – Funpen – a cargo de outra pasta, a Seap.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 83/2016, de autoria de Cláudia Valéria Fonseca Andrade, da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública– Sesp – pedido de providências para que seja garantida a estrutura física adequada para o atendimento ao adolescente em cumprimento de medida de internação, conforme os ditames do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 83/2016, de autoria de Cláudia Valéria Fonseca Andrade, da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, e outros, requer

a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública– Sesp – ofício informando sobre alteração realizada na Ação nº 4025 do PPAG 2016-2019, com o objetivo de incluir no nome e na finalidade dessa ação o sistema socioeducativo, garantindo assim recursos para a expansão do sistema socioeducativo, e solicitando ainda providências para que a secretaria busque captar outras fontes de recursos para a adequação de estrutura física das unidades de internação do sistema socioeducativo do Estado, conforme os ditames do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 92/2016

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 92/2016, elaborada por grupo de trabalho composto por Hellen Caires Teixeira Brandão, da Defensoria Pública de Minas Gerais, e outros, sugere alterações no Programa 203 – Prevenção Social à Criminalidade – do projeto de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2017.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 7/11/2016, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017 pelo grupo que discutiu o tema “Prevenção ao Crime e Justiça Criminal”, do eixo Segurança Pública, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada em 11/11/2016.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 19/11/2016, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, ocorreu nesta Casa entre os dias 7 e 11 de novembro de 2016. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Segurança Pública; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Educação e Cultura; Saúde e Proteção Social; e Infraestrutura e Logística.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 203 – Prevenção Social à Criminalidade:

- alteração das metas financeiras da Ação 4579 – Prevenção Social às Violências e à Criminalidade –, para a realização das Olimpíadas do Fica Vivo!, de projetos culturais (mostras de grafite, teatro, dança, etc.) e de projetos de circulação; ampliação do número de oficinas do Fica Vivo; destinação de verba mensal para transporte de jovens e equipes dos Centros de Prevenção à Criminalidade para atividades externas;

- alteração da Ação 4579 – Prevenção Social às Violências e à Criminalidade –, visando ampliar e expandir as equipes técnicas dos Programas Mediação de Conflitos, Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas – Ceapa – e Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – Presp –, de modo a propiciar a execução dos projetos de enfrentamento da violência contra a mulher, ampliar a participação social na prevenção à criminalidade, bem como fortalecer os projetos já inerentes à execução de penas alternativas e de ressocialização de egressos, com aporte de R\$ 1.300.000,00, por ano;

- aporte de recursos específicos para projetos que atendam ao público das penas alternativas à prisão e egressos do sistema prisional;



- formação de lideranças da comunidade para atuação como mediadores no enfrentamento e prevenção à violência e à criminalidade;

- formação e capacitação de gestores sociais, analistas sociais, lideranças comunitárias, oficinairos do Programa Fica Vivo! e jovens multiplicadores voltados para ações de prevenção social à criminalidade.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 3.820/2016, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2017, e de requerimentos com pedidos de providências à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp.

Além disso, esta comissão entendeu que deva ser enviado requerimento, ao Governador do Estado, encaminhando ofício com informações acerca das principais questões estruturais relativas à política de segurança pública no Estado trazidas à tona no processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2016 – 2019 para o exercício 2017 para conhecimento.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 92/2016 na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 3.820/2016 e dos requerimento anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2016.

Marília Campos, presidente – Doutor Jean Freire, relator – Rogério Correia.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.820/2016

Acréscimo:

UO beneficiada: 1691 - Secretaria de Estado de Segurança Pública

Ação: Prevenção Social às Violências e Criminalidades - Formação/Capacitação para Lideranças Comunitárias e Oficinairos do Fica Vivo! e Jovens Multiplicadores em Mediação de Conflitos, Direitos Humanos, Segurança Pública Cidadã, Violência Contra a Mulher, Racismo e Juventude nos 32 Territórios Atendidos Pela Política de Prevenção.

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 300.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 300.000,00

Emenda Orçamentária nº 33

PLE nº 92/2016

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 92/2016, de autoria de Hellen Caires Teixeira Brandão, da Defensoria Pública de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Estado de



Segurança Pública– Sesp – pedido de providências para que sejam realizadas as Olimpíadas do programa Fica Vivo!, bem como projetos culturais, projetos de circulação e a ampliação do número de oficinas do programa.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 92/2016, de autoria de Hellen Caires Teixeira Brandão, da Defensoria Pública de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública– Sesp – pedido de providências para que seja destinada verba mensal para o transporte de jovens e equipes dos Centros de Prevenção à Criminalidade para atividades externas, circulação e acesso à cidade.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 92/2016, de autoria de Hellen Caires Teixeira Brandão, da Defensoria Pública de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública– Sesp – pedido de providências para que seja viabilizada a ampliação e expansão das equipes técnicas dos programas Fica Vivo!, Mediação de Conflitos, Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas – Ceapa – e Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – Presp.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 92/2016, de autoria de Hellen Caires Teixeira Brandão, da Defensoria Pública de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública– Sesp – pedido de providências para que seja viabilizada a implementação de projetos voltados ao enfrentamento da violência contra a mulher e à promoção da participação social, visando à atuação de lideranças comunitárias como mediadores na prevenção à criminalidade.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 92/2016, de autoria de Hellen Caires Teixeira Brandão, da Defensoria Pública de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública– Sesp – pedido de providências para que seja ampliada a execução de projetos de penas alternativas à prisão de



acordo com o delito cometido, assim como de escolarização, qualificação profissional e participação em grupos reflexivos para egressos.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 92/2016, de autoria de Hellen Caires Teixeira Brandão, da Defensoria Pública de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública– Sesp – pedido de providências para que seja ampliada a execução de projetos comunitários de atendimento ao público em cumprimento de penas alternativas à prisão e de egressos do sistema prisional desenvolvidos por instituições sociais sem fins lucrativos.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 92/2016, de autoria de Hellen Caires Teixeira Brandão, da Defensoria Pública de Minas Gerais, e outros, requer a V. Exa. seja enviado ao Governador do Estado requerimento encaminhado, para conhecimento, ofício anexo com informações acerca das principais questões estruturais relativas à política de segurança pública no Estado trazidas à tona no processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2016 – 2019 para o exercício 2017.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 104/2016

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 104/2016, elaborada por grupo de trabalho composto por Fábio Proença de Carvalho, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, e outros, sugere alterações no Programa 81 – Educação para a Juventude – do projeto de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2017.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 9/11/2016, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017 pelo grupo que discutiu o tema “Educação”, do eixo “Educação e Cultura”, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada em 11/11/2016.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 19/11/2016, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.



Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, ocorreu nesta Casa entre os dias 7 e 11 de novembro de 2016. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Segurança Pública; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Educação e Cultura; Saúde e Proteção Social; e Infraestrutura e Logística.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 81 – Educação para a Juventude:

1) modificação do objetivo do programa, incorporando expressões que, ao final, formam a seguinte redação: “Estruturar o ensino médio com recursos financeiros exclusivamente públicos, com ampla participação da comunidade escolar, possibilitando a mobilização social e emancipação dos jovens; prover o ensino médio gratuito de qualidade e na perspectiva do Custo Aluno Qualidade Inicial – CAQi –, de forma a ampliar as taxas de proficiência no Enem e no Proeb, diminuir a taxa de evasão e distorção idade/série entre os jovens de 15 a 17 anos”;

2) modificação da finalidade da Ação 4613 - Ensino Profissional –, incorporando a expressão “com priorização das regiões de periferia, bairros mais afastados e distritos”, para beneficiar a população dessas localidades no âmbito da ação;

3) modificação das metas físicas e financeiras, do público atendido e da finalidade da Ação 4616 – Reestruturação da educação de jovens e adultos –, para detalhar o público-alvo da elevação de escolaridade objeto da ação;

4) modificação da finalidade da Ação 4611 – Desenvolvimento do Ensino Médio –, incluindo o verbo “universalizar”;

5) modificação da finalidade da Ação 4636 – Formação profissional, arte e cultura para a juventude –, para “Ampliar o capital cultural de jovens e adultos ofertando cursos com diagnóstico de demanda em todas as regiões de qualificação e iniciação musical, línguas estrangeiras e cursos técnicos na área das linguagens, artes e suas tecnologias”;

6) modificação da finalidade da Ação 4614 – Mobilização dos jovens –, com vistas a garantir o direito a mobilização e organização dos estudantes, como mecanismo de participação dos alunos na construção de uma educação de qualidade.

Além disso, os participantes sugeriram inclusão de nova ação no Programa 86, com o objetivo de apurar os índices de evasão escolar da população LGBT na EJA, com vistas a propiciar a construção de políticas públicas específicas para esse público.

Sobre as alterações propostas, julgamos necessário fazer algumas ponderações. Os recursos para estruturação do ensino médio já são públicos. E, apesar de versar o Plano Nacional de Educação sobre o CAQi, este não foi implantado e não há previsão de implantação. Em relação à ampliação da oferta de cursos técnicos gratuitos nas escolas da rede estadual, com priorização das regiões de periferia, bairros mais afastados e distritos, conforme listagem da Secretaria de Estado de Educação – SEE –, das escolas que compõem a rede estadual de ensino, 730 ofertam cursos de educação profissional de nível técnico. Ao contrário do que afirmam os proponentes, estas escolas não estão concentradas nas "partes centrais" dos municípios e tampouco atendem somente alunos dessas regiões. Nesse sentido, a demanda já está atendida pela rede estadual. No que se refere à apuração dos índices de evasão escolar da população LGBT na EJA, a sugestão será atendida Proposta de Ação Legislativa nº 113/2016.

Feitas estas considerações, informamos que após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, e ao Projeto de Lei nº 3.820/2016, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2017, e de requerimentos.



Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 104/2016 na forma das emendas aos Projetos de Lei nºs 3.819/2016 e 3.820/2016 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2016.

Marília Campos, presidente – Doutor Jean Freire, relator – Rogério Correia.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 081 - EDUCAÇÃO PARA A JUVENTUDE -

Ação: 4616 - REESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Mudança de finalidade:

Para: Elevar a escolaridade da população acima de 15 anos que não TEVE OPORTUNIDADE DE ESTUDOS NA IDADE PRÓPRIA E DESEJA COMPLETAR OS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO, ASSEGURANDO O ACESSO E PERMANÊNCIA DESTE PÚBLICO, especialmente da população em situação de vulnerabilidade social, pessoas LGBT, mulheres, negros, população do campo, indígenas, quilombolas, população em situação de privação de liberdade na EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA).

Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa a propiciar uma educação inclusiva e a elaboração de políticas públicas específicas.

Emenda ao PPAG nº 59

PLE nº 104/2016

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 081 - EDUCAÇÃO PARA A JUVENTUDE -

Ação: 4611 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO

Mudança de finalidade:

Para: Universalizar e POTENCIALIZAR A QUALIDADE EDUCATIVA DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS, ORIENTAR O TRABALHO PEDAGÓGICO PARA O ATENDIMENTO MAIS ADEQUADO À REALIDADE DOS EDUCANDOS.

Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa a ampliar o escopo de abrangência da ação.

Emenda ao PPAG nº 66

PLE 104/2016

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 081 - EDUCAÇÃO PARA A JUVENTUDE -

Ação: 4636 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL, ARTE E CULTURA PARA A JUVENTUDE - PLUG MINAS, CONSERVATÓRIOS E CENTRO DE LÍNGUAS

Mudança de finalidade:

Para: AMPLIAR O CAPITAL CULTURAL DE JOVENS E ADULTOS OFERTANDO CURSOS DE QUALIFICAÇÃO E INICIAÇÃO MUSICAL, LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E CURSOS TÉCNICOS NA ÁREA DAS LINGUAGENS, ARTES E SUAS TECNOLOGIAS em todos os territórios de desenvolvimento, a partir de diagnóstico de demanda.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	25.000,00	1	29.167,00	1	29.167,00
Caparaó	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Central	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Mata	3	75.000,00	3	87.497,00	3	87.497,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Metropolitano	1	6.924.249,00	1	6.874.249,00	1	6.874.249,00
Mucuri	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Multiterritorial	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00
Noroeste	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Norte	1	25.000,00	1	29.167,00	1	29.167,00
Oeste	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Sudoeste	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Sul	2	50.000,00	2	58.334,00	2	58.334,00
Triângulo Norte	3	75.000,00	3	87.501,00	3	87.501,00
Triângulo Sul	2	50.000,00	2	54.167,00	2	54.167,00
Vale do Aço	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Vale do Rio Doce	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Vertentes	1	25.000,00	1	29.167,00	1	29.167,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 109.000,00

Justificativa: A alteração proposta visa a ampliar o escopo da ação e do público dos territórios do Estado.

Emenda ao PPAG nº 60

PLE 104/2016

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.820/2016

Acréscimo:

UO beneficiada: 1261 - Secretaria de Estado de Educação

Ação: Formação Profissional, Arte e Cultura para a Juventude - Plug Minas, Conservatórios e Centro de Línguas - Destinar R\$100.000,00 para Realização de Diagnóstico das Necessidades dos Territórios Noroeste, Oeste, Caparaó, Sudoeste, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Central, Vale do Rio Doce e Vale do Aço.

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 109.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência



Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 109.000,00

Emenda Orçamentária nº 34

Emenda PPAG nº 60

PLE nº 104/2016

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 104/2016, de autoria de Fábio Proença de Carvalho, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação para que encaminhe recomendação aos diretores das escolas para que sejam disponibilizados espaços físicos nas instituições de ensino para reunião dos grêmios, em conformidade com a legislação vigente.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 104/2016, de autoria de Fábio Proença de Carvalho, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação para que os recursos acrescentados por emenda popular na Ação 4636, do Programa 081 – Educação para a juventude, sejam destinados à elaboração de diagnóstico sobre as necessidades relativas à formação profissional, arte e cultura para a juventude nos territórios Noroeste, Oeste, Caparaó, Sudoeste, Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri, Central, Vale do Rio Doce e Vale do Aço, bem como sobre as demandas sobre cursos de qualificação e iniciação musical, línguas estrangeiras e cursos técnicos na área das linguagens, artes e suas tecnologias nesses territórios e sobre as possibilidades de parceria com entidades nas áreas das linguagens, artes e suas tecnologias para oferta desses cursos, mediante articulação com a Secretaria de Estado de Cultura.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 111/2016

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 111/2016, elaborada por grupo de trabalho composto por Geraldo Pereira Ramos, da Associação Regional Escola Família Agrícola Margarida Alves, e outros, sugere alterações no Programa 82 – Educação do Campo, Indígena e Quilombola – do projeto de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2017.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 9/11/2016, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017 pelo grupo que discutiu o tema “Educação”, do eixo Educação e



Cultura, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada em 11/11/2016.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 19/11/2016, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, ocorreu nesta Casa entre os dias 7 e 11/11/2016. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Segurança Pública; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Educação e Cultura; Saúde e Proteção Social; e Infraestrutura e Logística.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes sugeriram as seguintes alterações no Programa 82 – Educação do Campo, Indígena e Quilombola:

– reduzir a meta física da Ação 4625 – Educação do Campo – de 300 escolas beneficiadas para 279 e a meta financeira de R\$ 10.161.000,00 para R\$ 1.661.000,00;

– incluir nova ação denominada “Apoio às Escolas Família Agrícola” com meta física de 21 escolas beneficiadas e meta financeira de R\$ 9.500.000,00; esse valor seria constituído por R\$8.500.000,00 transferidos da Ação 4625 e R\$ 1.000.000,00 provenientes da reserva contingência.

Pretende-se com as alterações que as Escolas Família Agrícola sejam atendidas por meio de ação específica no PPAG e não no âmbito da Ação 4625.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017 e de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 111/2016 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 3.819/2016 e do requerimento anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2016.

Marília Campos, presidente – Doutor Jean Freire, relator – Rogério Correia.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 111/2016, de autoria de Geraldo Pereira Ramos, da Associação Regional Escola Família Agrícola Margarida Alves, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado ofício à Secretaria de Estado de Educação informando que, com a aprovação do Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, foi criada ação nova no âmbito do Programa 82 – Educação do Campo, Indígena e Quilombola –, com os mesmos atributos da Ação 2008 – Atendimento às Escolas Família Agrícola –, do Programa 10 – Diversidade e Inclusão –, que foi excluída na proposta de revisão do PPAG para o exercício de 2017.

Requer, ainda, seja encaminhado pedido de providências para o mesmo órgão, solicitando que os recursos da Cota Estadual do Salário Educação – Qese – no montante de R\$9.600.000,00 previstos na Ação 4625 – Educação do Campo –, do Programa 82 – Educação do Campo, Indígena e Quilombola sejam remanejados para a nova ação criada.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Ação: - Apoio às Escolas Família Agrícola

Unidade Orçamentária: 1261 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Finalidade: Repassar recursos financeiros para apoio às Escolas Família Agrícola, conforme as modalidades de ensino para apoio ao desenvolvimento das atividades educativas.

Produto: ESCOLA BENEFICIADA

Unidade de medida: ESCOLA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Caparaó	6	6.000,00	6	6.000,00	6	6.000,00
Mata	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	6	6.000,00	6	6.000,00	6	6.000,00
Mucuri	2	2.000,00	2	2.000,00	2	2.000,00
Noroeste	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Norte	2	2.000,00	2	2.000,00	2	2.000,00
Sul	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00
Vertentes	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 21.000,00

Justificativa: A emenda ora apresentada visa atender as Escolas Família Agrícola em ação específica.

PLE nº 111

Emenda nº 52

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 115/2016

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 115/2016, elaborada por grupo de trabalho composto por Liliane Maria Barbosa da Silva Resende, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, e outros, sugere alterações no Programa 211 – Escolas Sustentáveis – do projeto de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2017.



A proposta foi elaborada coletivamente no dia 9/11/2016, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017 pelo grupo que discutiu o tema “Educação”, do eixo “Educação e Cultura”, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada em 11/11/2016.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 19/11/2016, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, ocorreu nesta Casa entre os dias 7 e 11 de novembro de 2016. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Segurança Pública; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Educação e Cultura; Saúde e Proteção Social; e Infraestrutura e Logística.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 211 – Escolas Sustentáveis:

– alterar o objetivo do programa de “Garantir o funcionamento adequado das unidades educacionais do ensino fundamental e ensino médio, por meio do provimento adequado de infraestrutura física e operacional (obras, mobiliário, equipamentos, tecnologia de informação e custeio das unidades de ensino) e desenvolver ações de planejamento do atendimento escolar” para “Garantir o funcionamento público e gratuito adequado das unidades educacionais do ensino fundamental e ensino médio, por meio do provimento adequado de infraestrutura física e operacional no atendimento do padrão CAQi derivadas de recursos exclusivamente públicos (obras, água, esgotamento sanitário, internet, mobiliário, equipamentos, tecnologia de informação e custeio das unidades de ensino) e desenvolver ações de planejamento do atendimento escolar junto com a comunidade escolar”;

– incluir no programa os seguintes objetivos de desenvolvimento sustentável: fome zero; trabalho decente e desenvolvimento econômico; igualdade de gênero; água e esgotamento; e cidade e comunidades sustentáveis;

– integrar a Secretaria de Estado de Obras Públicas de Minas Gerais, a Copasa e a Cemig;

– alterar na Ação 4572 – Transporte Escolar: a finalidade, para “Oferecer transporte escolar aos educandos e profissionais da zona rural da educação básica da rede estadual de ensino, visando à promoção de acesso e permanência na escola”; o produto, de “aluno atendido” para “educando”; a unidade de medida, de “aluno” para “educando”; o público-alvo, de “alunos” para “educando”; e a fonte de recursos, de “Recursos ordinários” para “Quese e Subvenções das”;

– alterar a finalidade da Ação 4609 – Alimentação Escolar – para “Suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos educandos e profissionais da rede estadual de ensino de educação básica de acordo com tempo de permanência na escola, a fim de garantir o acesso à alimentação saudável e adequada e contribuir para formação de bons hábitos alimentares, adequando-se a legislação nacional pertinente (Lei nº 11.947, de 2009) e priorizando o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar)”; o produto, de “aluno atendido” para “Educando atendido”; a unidade de medida, de “aluno” para “Educando”; o público-alvo, de “alunos” para “Educandos”;

– alterar a finalidade da Ação 4645 – Gestão da Infraestrutura – Ensino Médio – para “Garantir o funcionamento adequado das unidades educacionais do ensino médio, por meio do provimento adequado de infraestrutura, na perspectiva do padrão CAQi física, operacional, de segurança e acessibilidade (obras, mobiliários e equipamentos, internet, laboratórios, água, esgotamento sanitário)”; o público-alvo, de “alunos” para “educandos”; e incluir a Quese como fonte de recurso;

– alterar as metas físicas da Ação 4645 – Gestão da Infraestrutura – Ensino Médio – para 2.301 escolas;

– alterar a finalidade da Ação 4646 – Manutenção Escolar – Ensino Médio – para “Prover ensino médio de forma a ampliar o acesso público e gratuito, melhorar a proficiência dos alunos e as taxas de conclusão, com eficiência no uso dos recursos exclusivamente públicos disponíveis”; alterar ainda o público-alvo, de “alunos” para “educandos”; e incluir o Tesouro como fonte de recurso;

– alterar a meta física da Ação 4646 – Manutenção Escolar – Ensino Médio – para 2.301 escolas;

– alterar a finalidade da Ação 4647 – Manutenção Escolar – Ensino Fundamental – para “Prover ensino fundamental de forma a ampliar o acesso público e gratuito, das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, construindo escolas nos bairros que não tem a demanda atendida, melhorando a proficiência dos alunos e as taxas de conclusão, com eficiência no uso dos recursos disponíveis”; alterar, ainda, o público-alvo, de “alunos” para “educandos”;

– alterar a meta física da Ação 4647 – Manutenção Escolar – Ensino Fundamental – para 3.235 escolas;

– substituir o termo “ensino médio” por “ensino fundamental” na finalidade da Ação 4644 – Conectividade, Cultura Digital e Acesso às Mídias Contemporâneas – Ensino Fundamental.

Os proponentes também recomendaram que sejam disponibilizadas com a proposta de revisão do PPAG a execução física e financeira das ações e criados indicadores que relacionem as metas físicas de cada ação com o universo do produto (demanda estadual total).

Sobre as alterações propostas, julgamos necessário tecer algumas considerações. O Custo-Aluno Qualidade Inicial, é um mecanismo criado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que traduz em valores o quanto o Brasil precisa investir por aluno ao ano, em cada etapa e modalidade da educação básica pública, para garantir um padrão mínimo de qualidade do ensino. Entretanto, o Parecer CNE/CEB nº 8/2010, que considera o CAQi como referência para a construção da matriz de padrões mínimos de qualidade para a educação básica pública no Brasil, ainda não foi homologado pelo Ministério da Educação. E embora a implementação do CAQi esteja prevista como estratégia do PNE, a ser executada no prazo de dois anos de sua vigência, ele ainda não foi efetivado. Não se justifica, portanto, o uso do CAQi como referência no programa.

Sobre a inclusão do termo “público e gratuito” no objetivo do programa, julgamos não ser apropriado. O objetivo faz referência ao funcionamento das unidades educacionais, infraestrutura física e operacional, enquanto o termo que se pretende seja incluído é afeto à oferta da educação pública. Desse modo, entendemos que o termo dever ser mencionado apenas nas Ações 4646 e 4647, que têm em seu escopo o provimento do ensino fundamental e ensino médio.

Também não concordamos em incluir o trecho “água, esgotamento sanitário e internet” para compor os itens que exemplificam a infraestrutura física e operacional adequada das escolas. Esses itens são de fato importantes, mas entendemos que já estão contidos nos itens citados no objetivo do programa, quais sejam obras, mobiliários, equipamentos e tecnologia da informação.

Quanto à inclusão de recursos ordinários do Tesouro estadual nas Ações 4645 – Gestão da Infraestrutura – Ensino Médio – e 4646 – Manutenção Escolar – Ensino Médio –, entendemos que a proposta não é pertinente, uma vez que não há solicitação de aumento de recursos nas referidas ações e a simples troca de fontes provocaria um descompasso entre as receitas previstas e as despesas fixadas. Importa ainda informar que o financiamento dessas ações com recursos da QESE não prejudica a execução das mesmas, pois trata-se de receita perene e vinculada aos objetivos específicos da educação básica.

Por outro lado, não é possível atender à inclusão de recursos da QESE na Ação 4572 – Transporte Escolar –, uma vez que tais recursos já estão comprometidos com outras ações da Secretaria de Estado de Educação. Ademais, o inciso I do art. 39 da Lei nº 22.254, de 2016, veda a indicação de recursos provenientes da anulação de dotações financiadas com recursos vinculados, como é o caso da QESE, para atender a emendas parlamentares.

No tocante à alteração nas metas físicas da Ação 4646 – Manutenção Escolar – Ensino Médio – e 4647 – Manutenção Escolar – Ensino Fundamental –, entendemos não ser pertinente. Conforme lista de escolas divulgada no *site* da Secretaria de Estado de Educação, atualmente a rede estadual de ensino possui 3.660 escolas. Portanto, ao solicitar que sejam atendidas 2.031 escolas na Ação 4646 e 3.235 escolas na Ação 4647, verifica-se incompatibilidade entre o número oficial de escolas divulgado pelo órgão e o apresentado pelos proponentes. Por isso, parece-nos mais acertado não realizar a alteração.

Em relação à alteração da palavra “alunos” por “educandos” no produto, unidade de medida e público-alvo nas referidas Ações 4572, 4609, 4645, 4646 e 4647 e inclusão de novos objetivos de desenvolvimento sustentável no programa, entendemos que não é pertinente.

No âmbito da Ação 4572, foi proposta a inclusão dos profissionais de educação como destinatários do transporte escolar. Entretanto, o transporte escolar é direcionado apenas aos alunos da rede estadual de ensino residentes em zona rural, conforme estabelece a Lei nº 21.777, de 29/9/2015, que institui o Programa Estadual de Transporte Escolar – PTE-MG. Desse modo, torna-se inviável atender os profissionais de educação no âmbito da referida ação.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, e de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 115/2016 na forma das emendas ao Projeto de Lei nº 3.819/2016 e do requerimento anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2016.

Marília Campos, presidente – Doutor Jean Freire, relator – Rogério Correia.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 211 – ESCOLAS SUSTENTÁVEIS

Ação: 4646 – MANUTENÇÃO ESCOLAR – ENSINO MÉDIO

Mudança de finalidade:

Para: "PROVER ENSINO MÉDIO DE FORMA A AMPLIAR O ACESSO, público e gratuito, de forma a MELHORAR A PROFICIÊNCIA DOS ALUNOS E AS TAXAS DE CONCLUSÃO, COM EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS.

PLE nº 115/2016

Emenda ao PPAG nº 61

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 211 – ESCOLAS SUSTENTÁVEIS

Ação: 4647 – MANUTENÇÃO ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL

Mudança de finalidade:

Para: "PROVER ENSINO FUNDAMENTAL DE FORMA A AMPLIAR O ACESSO, público e gratuito, de forma a MELHORAR A PROFICIÊNCIA DOS ALUNOS E AS TAXAS DE CONCLUSÃO, COM EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS.

PLE nº 115/2016



Emenda ao PPAG nº 62

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 211 – ESCOLAS SUSTENTÁVEIS

Ação: 4609 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Mudança de finalidade:

Para: “SUPRIR PARCIALMENTE AS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DOS ALUNOS E PROFISSIONAIS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE ACORDO COM TEMPO DE PERMANÊNCIA NA ESCOLA, A FIM DE GARANTIR O ACESSO À ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E ADEQUADA, adquirida preferencialmente da agricultura familiar, conforme dispõe a Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, E CONTRIBUIR PARA FORMAÇÃO DE BONS HÁBITOS ALIMENTARES.”.

PLE nº 115/2016

Emenda ao PPAG nº 64

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 211 – ESCOLAS SUSTENTÁVEIS

Ação: 4644 – CONECTIVIDADE, CULTURA DIGITAL E ACESSO ÀS MÍDIAS CONTEMPORÂNEAS – ENSINO FUNDAMENTAL

Mudança de finalidade:

Para: PROVER INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA ADEQUADA ÀS UNIDADES EDUCACIONAIS DO ENSINO fundamental E FOMENTAR A APROPRIAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS EDUCACIONAIS NOS PROCESSOS EDUCATIVOS, TENDO EM VISTA A POTENCIALIDADE DAS FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS PARA PROMOVER A EQUIDADE E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO, ALÉM DE APROXIMAR A ESCOLA À SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO, IMERSA NA CULTURA DIGITAL.

PLE nº 115/2016

Emenda ao PPAG nº 65

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 115/2016, de autoria de Liliane Maria Barbosa da Silva Resende, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que aquele órgão estude a viabilidade de apresentar, no Relatório de Avaliação do PPAG, indicadores que relacionem as metas físicas propostas com o universo do produto (demanda estadual total).

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 116/2016****Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 116/2016, elaborada por grupo de trabalho composto por Priscila Rios Martins, do Serviço Social do Comércio, e outros, sugere alterações no Programa 34 – Turismo como Fator de Sustentabilidade Regional – do projeto de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2017.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 8/11/2016, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017 pelo grupo que discutiu o tema “Turismo”, do eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada em 11/11/2016.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 19/11/2016, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, ocorreu nesta Casa entre os dias 7 e 11 de novembro de 2016. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Segurança Pública; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Educação e Cultura; Saúde e Proteção Social; e Infraestrutura e Logística.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 34 – Turismo como Fator de Sustentabilidade Regional:

1) Definir que, na Ação 4092 – Qualificação dos Gestores Públicos e da Cadeia Produtiva do Turismo –, os municípios contemplados sejam Ouro Preto, Santa Maria do Suaçuí, Juiz de Fora, Viçosa, Minas Novas, Santana do Riacho, Extrema e Araponga;

2) Aumentar, na Ação 4094 – Fomento à Política de Regionalização e Descentralização para Fortalecimento dos Circuitos Turísticos e Municípios Regionalizados –, a meta financeira de cada território para R\$ 100 mil. Os proponentes sugeriram ainda que esses recursos sejam destinados à elaboração de planos diretores e planos de desenvolvimento regional do turismo;

3) Aumentar, na Ação 4123 – Infraestrutura dos Atrativos e Destinos Turísticos –, a meta física para 5, de forma a alcançar mais municípios. Sugeriu-se também o aumento da meta financeira da ação para R\$ 500 mil, considerando que intervenções de infraestrutura demandam volume significativo de recursos. Por fim, propôs-se que o município de Santa Maria do Suaçuí seja contemplado pela ação;

4) Na Ação 4095 – Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos em Minas Gerais –, foi sugerido incluir os territórios Mata e Caparaó, de forma a contemplar os Municípios de Juiz de Fora e Viçosa, que dispõem de vocação para o segmento turístico abrangido pela ação;

5) Inclusão de uma nova ação, denominada “Caminho Religioso entre Vales: Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce”, com a finalidade de implantar o caminho turístico entre os vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, visando ao desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo, atividade desenvolvida na região com foco no município de Santa Maria do Suaçuí.

Como resumo das justificativas apresentadas para as sugestões 1 a 4, os participantes argumentaram que o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Minas Gerais deve otimizar o potencial turístico das diversas microrregiões e seus respectivos territórios; e observar os circuitos existentes e os que podem surgir a partir do Plano Estadual de Turismo ou de outros instrumentos de planejamento. Nesse sentido as proposições direcionam ações em variados territórios e municípios, reforçam a capacitação de

gestores públicos e privados, projetos de sinalização e implantação de roteiros; elaboração de planos municipais e regionais de turismo sustentável, entre outros objetivos.

Já para a sugestão 5, a justificativa apresentado foi que muitas pequenas cidades dos vales abrangidos pela ação proposta já recebem um número considerável de turistas. Entre elas, cabe destaque pelo turismo religioso a cidade de Santa Maria do Suaçuí, que tem fluxo de 40 mil visitantes por ocasião da comemoração do aniversário de morte do Cônego Lafayette da Costa Coelho, pároco da cidade, que se encontra em fase final do processo de beatificação. A beatificação deverá ser evento de grande impacto para toda a região, que deverá estar preparada para receber grande influxo de turistas religiosos.

Apresentadas as justificativas, passamos a dar encaminhamento às sugestões. Para a sugestão 1, somos favoráveis à inclusão daqueles municípios no planejamento da ação para 2017, com o respectivo aumento das metas financeiras.

Referente à sugestão 2, cabe destacar que a Secretaria de Estado de Turismo, a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais e a Fundação João Pinheiro estão atualmente desenvolvendo projeto para elaboração de novo planejamento turístico para o Estado. Assim, parece mais adequado neste momento solicitar à Secretaria de Turismo que, considerando o macroplanejamento estadual, realize também planos regionais de turismo, contemplando as vocações e as possibilidades locais de desenvolvimento da atividade turística.

Para a sugestão 3, considerando o foco proposto no município de Santa Maria do Suaçuí, julgamos adequado o seu atendimento conjuntamente com a sugestão 5, que será apresentada a seguir.

Quanto à sugestão 4, foi apurado que a ação prevê, em 2017, a continuidade de visitas técnicas iniciadas em 2016, e que Juiz de Fora está contemplada. Visto que a regionalização desse município não está prevista na versão inicial do PPAG, é devido acrescentá-la. Julgamos também adequado acrescentar outro município citado expressamente na sugestão, Viçosa, dada sua vocação para o turismo de eventos, principalmente acadêmicos. Assim, além de seu acréscimo no planejamento da ação, julgamos pertinente o envio de pedido de providências à Secretaria de Turismo, para que inicie as citadas visitas técnicas também em Viçosa.

Por fim, com relação à sugestão 5, somos por seu acolhimento na forma de inclusão de nova ação ao PPAG, considerando a importância e o potencial turístico do caminho religioso ora em discussão.

Assim, e após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, ao Projeto de Lei nº 3.820/2016, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2017, e de requerimento com pedido de providências à Secretaria de Estado de Turismo.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 116/2016 na forma das emendas aos Projetos de Lei nos 3.819/2016 e 3.820/2016 e dos requerimento anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2016.

Marília Campos, presidente – Doutor Jean Freire, relator – Rogério Correia.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 034 - TURISMO COMO FATOR DE SUSTENTABILIDADE REGIONAL -

Ação: 4092 - QUALIFICAÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS E DA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras
-------------------	----------------	--------------------	----------------	--------------------	----------------	--------------------



	2017	2017	2018	2018	2019	2019
Metropolitano	1	80.000,00	1	80.000,00	1	80.000,00
Multiterritorial	16	90.000,00	8	10.000,00	8	10.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 80.000,00

Emenda ao PPAG nº 63

PLE nº 116/2016

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.820/2016

UO beneficiada: 1411 - Secretaria de Estado de Turismo

Ação: Qualificação dos Gestores Públicos e da Cadeia Produtiva do Turismo - Qualificação de Gestores Públicos e Privados do Turismo dos Municípios de Ouro Preto, Juiz de Fora, Santa Maria do Suaçuí, Viçosa, Minas Novas, Santana do Riacho, Extrema e Araponga, Com R\$10.000,00 Cada, Com Vistas a Aumentar a Competitividade de Cada Destino e Valorizar Sua Vocação Regional.

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 80.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 80.000,00

PLE 116/2016

Emenda Orçamentária nº 35

Emenda PPAG nº 63

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 034 - TURISMO COMO FATOR DE SUSTENTABILIDADE REGIONAL -

Ação: 4095 - POTENCIALIZAÇÃO DO TURISMO DE NEGÓCIOS E EVENTOS EM MINAS GERAIS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	1	720,00	1	720,00	1	720,00
Caparaó	1	714,00	1	714,00	1	714,00
Mata	1	714,00	1	714,00	1	714,00
Mucuri	1	714,00	1	714,00	1	714,00
Multiterritorial	3	38.580,00	3	38.580,00	3	38.580,00



Sudoeste	1	714,00	1	714,00	1	714,00
Triângulo Sul	1	714,00	1	714,00	1	714,00
Vale do Rio Doce	1	714,00	1	714,00	1	714,00
Vertentes	2	1.428,00	2	1.428,00	2	1.428,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 1.428,00

PLE 116/2016

Emenda ao PPAG nº 67

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.820/2016

Emenda Orçamentária nº 43

Acréscimo:

UO beneficiada: 1411 - Secretaria de Estado de Turismo

Ação: Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos em Minas Gerais - Realização de Ação de Potencialização do Turismo de Negócios nos Município de Juiz de Fora (Mata), no Valor de R\$714,00, e em Viçosa (Caparaó), no Valor de R\$714,00.

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 1.428,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 1.428,00

PLE 116/2016

Emenda Orçamentária nº 43

Emenda PPAG nº 67

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 034 - TURISMO COMO FATOR DE SUSTENTABILIDADE REGIONAL

Ação: - CAMINHO RELIGIOSO ENTRE VALES: JEQUITINHONHA, MUCURI E RIO DOCE

Unidade Orçamentária: 1411 - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

Finalidade: Implantar o caminho turístico religioso entre os vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, visando ao desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo no entorno de Santa Maria do Suaçuí.

Produto: AÇÃO REALIZADA

Unidade de medida: AÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: GESTORES MUNICIPAIS, ASSOCIAÇÕES, COMUNIDADES LOCAIS E TURISTAS



Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	500.000,00	1	500.000,00	1	500.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 500.000,00

Emenda ao PPAG nº 70

PLE 116/2016

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 116/2016, apresentada pelo grupo de trabalho composto por Priscila Rios Martins, do Serviço Social do Comércio, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais – Setur – pedido de providências para que, no âmbito da elaboração do plano estadual de turismo, realize também planos regionais de turismo, contemplando as variadas vocações e as possibilidades locais de desenvolvimento da atividade turística.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 116/2016, apresentada pelo grupo de trabalho composto por Priscila Rios Martins, do Serviço Social do Comércio, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ofício à Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais – Setur – sobre o acréscimo de recursos na Ação 4095 – Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos em Minas Gerais – com o objetivo de dar continuidade ao trabalho de visitas técnicas e elaboração de relatório referente ao Município de Juiz de Fora, e solicitando providências para que se iniciem visitas técnicas para a elaboração do relatório referente ao Município de Viçosa.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 119/2016

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 119/2016, elaborada por grupo de trabalho composto por Anita Gomes dos Santos, da Pastoral Nacional do Povo de Rua, e outros, sugere alterações no Programa 36 – Promoção da Cidadania e Participação Social – do projeto de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2017.



A proposta foi elaborada coletivamente no dia 10/11/2016, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017 pelo grupo que discutiu o tema “Direitos humanos”, do eixo Saúde e Proteção Social, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada em 11/11/2016.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 19/11/2016, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, ocorreu nesta Casa entre os dias 7 e 11 de novembro de 2016. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Segurança Pública; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Educação e Cultura; Saúde e Proteção Social; e Infraestrutura e Logística.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 36 – Promoção da Cidadania e Participação Social:

1) alteração das metas físicas e financeiras da Ação 4547 – Implementação dos Centros de Referência em Direitos Humanos –, com vistas à implantação e à manutenção das unidades;

2) alteração de finalidade, das metas físicas e financeiras e do identificador de ação governamental da Ação 4145 – Apoio aos Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais de Direitos Humanos, de forma a garantir uma maior participação de conselheiros municipais e estaduais, bem como maior qualificação dessa participação;

3) inclusão de nova ação, denominada “Programa de formação permanente de conselheiros de direitos”, proporcionando ações mais eficientes dos conselhos;

4) inclusão de nova ação, denominada “Residência inclusiva”, como objetivo de oferecer moradia às pessoas com deficiência e promover ações de reabilitação, inclusão no mercado de trabalho, na educação e cultura;

5) inclusão de nova ação, denominada “Implementação e monitoramento do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes”;

6) inclusão de nova ação, denominada “Ações afirmativas para povos e comunidades tradicionais”, visando ao empoderamento desses povos e comunidades, por meio da formação humana, empreendedorismo na perspectiva da sustentabilidade socioeconômica e ambiental e de cursos informativos sobre conceito e direitos dos povos e comunidades tradicionais;

7) inclusão de nova ação, denominada “Fortalecimento institucional de grupos culturais e entidades do movimento social negro do Estado”, por meio da obtenção do registro documental;

8) inclusão de nova ação, denominada “Operacionalização da casa de referência da mulher Tina Martins”, de forma a dar continuidade aos trabalhos dessa casa, promovendo a igualdade de gênero e contribuindo com o fim da violência contra a mulher;

9) inclusão de nova ação, denominada “Implantação e manutenção de equipamentos públicos para mulheres – Casa Mulher Mineira”, com a finalidade de implantar e manter equipamentos de acolhimento, abrigo e passagem de mulheres em situação de violência de gênero;

10) inclusão de nova ação, denominada Capacitação, Qualificação e Formação para as Mulheres;

11) inclusão de nova ação, denominada “Promoção e proteção dos direitos das mulheres em privação de liberdade e egressas”;

12) inclusão de nova ação, denominada “Ações afirmativas para promoção da autonomia e empoderamento das mulheres negras”;

13) inclusão de nova ação, denominada “Operacionalização, fortalecimento e expansão do Centro Risoleta Neves de Atendimento de Minas Gerais – Cerna”, com previsão de atendimento de 500 mulheres e capacitação de 200 pessoas que trabalham na rede e meta financeira de R\$ 300.000,00 para 2017;

14) restauração da Ação 4060, denominada “Atenção ao imigrante e enfrentamento ao tráfico de pessoas e trabalho escravo”;

15) restauração da Ação 4020, denominada “Programa de enfrentamento ao racismo”, visando ao empoderamento de jovens e mulheres negros, por meio da formação humana e do empreendedorismo na perspectiva da sustentabilidade socioeconômica e ambiental;

16) restauração da Ação 4113, denominada “Promoção dos direitos humanos e cidadania LGBT – Minas sem Homofobia”.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu pelos seguintes encaminhamentos: acolhimento das sugestões 1 e 2 na forma de emendas, com aumento das metas financeiras das Ações 4547 e 4624; acolhimento das sugestões 3, 6, 10, 15 e 16 na forma de emendas para inclusão de novas ações e de requerimento (pertinente a sugestão 10); acolhimento das sugestões 4, 5, 7, 8, 11, 12 e 13 na forma de requerimentos (as sugestões 8 e 13 foram atendidas por meio dos requerimentos constantes desta proposição e de encaminhamentos no âmbito da Proposta de Ação Legislativa nº 123/2016). Por fim, as sugestões 9 e 14 foram atendidas na Proposta de Ação Legislativa nº 123/2016.

Dessa forma, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 119/2016 na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, e ao Projeto de Lei nº 3.820/2016, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2017 e de requerimentos com pedidos de providências e de informações à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac – e à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese –, bem como pedido de providências ao Conselho Estadual de Promoção de Igualdade Racial – Conepir.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 119/2016 na forma das emendas aos Projetos de Lei nºs 3.819/2016 e 3.820/2016 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2016.

Marília Campos, presidente – Rogério Correia, relator – Doutor Jean Freire.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 036 - PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL -

Ação: 4547 - IMPLEMENTAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Mata	1	125.000,00	1	125.000,00	1	125.000,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Metropolitano	1	500.000,00	1	500.000,00	1	500.000,00
Mucuri	1	500.000,00	1	500.000,00	1	500.000,00
Multiterritorial	1	400.000,00	1	400.000,00	1	400.000,00



Noroeste	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Norte	1	500.000,00	1	500.000,00	1	500.000,00
Sudoeste	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sul	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Triângulo Norte	1	500.000,00	1	500.000,00	1	500.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 400.000,00

Emenda ao PPAG nº 16

PLE nº 119/2016

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 036 - PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ação: - Formação Permanente de Conselheiros de Direitos

Unidade Orçamentária: 1651 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: Formação de conselheiros de direitos em áreas como educação e direitos humanos, proporcionando ações mais eficientes nos conselhos.

Produto: ENCONTRO REALIZADO

Unidade de medida: ENCONTRO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: CONSELHEIROS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	1.000,00	1	1.000,00	1	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 1.000,00

Emenda ao PPAG nº 19

PLE nº 119/2016

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 036 - PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL



Ação: - Ações Afirmativas para Povos e Comunidades Tradicionais

Unidade Orçamentária: 1651 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: Promover ações afirmativas para o empoderamento dos povos e comunidades tradicionais, por meio da promoção da autoidentificação e do reconhecimento de seus direitos, bem como da formação para o empreendedorismo, na perspectiva da sustentabilidade socioeconômica e ambiental.

Produto: POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS BENEFICIADOS

Unidade de medida: COMUNIDADE

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MINAS GERAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	14	200.000,00				

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 200.000,00

Emenda ao PPAG nº 23

PLE nº 119/2016

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 036 - PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ação: - Enfrentamento ao Racismo

Unidade Orçamentária: 1651 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: Promover o empoderamento de mulheres e jovens negros, por meio do reconhecimento de seus direitos e da formação para o empreendedorismo, na perspectiva da sustentabilidade socioeconômica e ambiental.

Produto: PESSOA CAPACITADA

Unidade de medida: PESSOA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	80	240.000,00				

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 240.000,00

Emenda ao PPAG nº 24

PLE nº 119/2016

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 036 - PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ação: - Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania LGBT - Minas sem LGBTfobia

Unidade Orçamentária: 1651 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: Realizar ações de promoção dos direitos humanos e cidadania LGBT, promovendo o combate à discriminação da população LGBT.

Produto: PROGRAMA IMPLEMENTADO

Unidade de medida: PROGRAMA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: POPULAÇÃO

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	400.000,00	1	400.000,00	1	400.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 400.000,00

Emenda ao PPAG nº 25

PLE nº 119/2016

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 036 - PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ação: - Promoção da Autonomia das Mulheres

Unidade Orçamentária: 1651 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: Desenvolver ações que garantam a promoção dos direitos humanos e a autonomia das mulheres do campo e da cidade.

Produto: PESSOA ATENDIDA



Unidade de medida: PESSOA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: MULHERES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	100	320.000,00	100	320.000,00	100	320.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 320.000,00

Emenda ao PPAG nº 26

PLE nº 119/2016

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.820/2016

Acréscimo:

UO beneficiada: 1651 - Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

Ação: Implementação dos Centros de Referência em Direitos Humanos

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 400.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 400.000,00

Emenda Orçamentária nº 12

PLE nº 119/2016

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.820/2016

Acréscimo:

UO beneficiada: 1651 - Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

Ação: Operacionalização dos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 200.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência



Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 200.000,00

Emenda Orçamentária nº 13

PLE nº 119/2016

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 119/2016, de autoria de Anita Gomes dos Santos, da Pastoral Nacional do Povo de Rua, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania pedido de providências no sentido de fortalecer as medidas voltadas para a pessoa com deficiência no Estado, visando especialmente ao acesso à educação e à cultura, e à inclusão social e no mercado de trabalho, bem como realizar estudos sobre a viabilidade de ampliação da oferta de residências inclusivas.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 119/2016, de autoria de Anita Gomes dos Santos, da Pastoral Nacional do Povo de Rua, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de providências no sentido de fortalecer as medidas voltadas para a pessoa com deficiência no Estado, especialmente no que toca à inclusão social e no mercado de trabalho, bem como realizar estudos sobre a viabilidade de ampliação da oferta de residências inclusivas.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 119/2016, de autoria de Anita Gomes dos Santos, da Pastoral Nacional do Povo de Rua, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania pedido de providências para priorizarem-se as medidas necessárias à implementação e ao monitoramento do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes no Estado.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 119/2016, de autoria de Anita Gomes dos Santos, da Pastoral Nacional do Povo de Rua, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Direitos Humanos,



Participação Social e Cidadania pedido de providências para fomentar e auxiliar, em caráter prioritário, as ações necessárias à efetivação do registro dos grupos culturais e/ou entidades do movimento negro existentes em Minas Gerais.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 119/2016, de autoria de Anita Gomes dos Santos, da Pastoral Nacional do Povo de Rua, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado ao Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – Conepir – pedido de providências para apoiar, em caráter prioritário, associações, grupos culturais e/ou entidades do movimento negro do Estado nas ações necessárias à efetivação do registro de sua personalidade jurídica.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 119/2016, de autoria de Anita Gomes dos Santos, da Pastoral Nacional do Povo de Rua, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania pedido de informações sobre a gestão ou participação do Estado junto ao Centro de Referência da Mulher Tina Martins na prestação de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social ou violência, realizado pela entidade, nesta capital.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 119/2016, de autoria de Anita Gomes dos Santos, da Pastoral Nacional do Povo de Rua, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania pedido de providências para melhoria estrutural, bem como ampliação e capacitação das equipes técnicas do Centro Risoleta Neves de Atendimento – Cerna –, visando o fortalecimento da unidade, a humanização do serviço e a expansão do atendimento realizado pela entidade às mulheres em situação de violência.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 119/2016, de autoria de Anita Gomes dos Santos, da Pastoral Nacional do Povo de Rua, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania pedido de providências para implementar atividades e processos direcionados à capacitação,



qualificação e formação profissionalizante de mulheres, priorizando-se as mulheres negras do Estado, no âmbito da ação Promoção da Autonomia das Mulheres – cuja criação foi sugerida durante o processo de discussão participativa da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, no bojo do Programa 36 – Promoção da Cidadania e Participação Social.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 119/2016, de autoria de Anita Gomes dos Santos, da Pastoral Nacional do Povo de Rua, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania pedido de providências para que seja especificado o recurso de R\$100.000,00 para a implementação de atividades e processos direcionados às mulheres em privação de liberdade e egressas do sistema prisional do Estado, desenvolvendo-se ações afirmativas e de proteção e promoção de seus direitos, no âmbito da ação Promoção da Autonomia das Mulheres – cuja criação foi sugerida durante o processo de discussão participativa da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, no bojo do Programa 36 – Promoção da Cidadania e Participação Social.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 121/2016

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 121/2016, elaborada por grupo de trabalho composto por Liliane Maria Barbosa da Silva Resende, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, e outros, sugere alterações no Programa 212 – Valorização e Formação dos Profissionais da Educação – do projeto de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2017.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 9/11/2016, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017 pelo grupo que discutiu o tema “Educação”, do eixo “Educação e Cultura”, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada em 11/11/2016.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 19/11/2016, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, ocorreu nesta Casa entre os dias 7 e 11 de novembro de 2016. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Segurança Pública; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Educação e Cultura; Saúde e Proteção Social; e Infraestrutura e Logística.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões de alterações no Programa 212 – Valorização e Formação dos Profissionais da Educação:

1) modificação da finalidade da Ação 2081, incluindo, ao final, “elaborar plano estratégico de formação continuada de todos os professores da educação com participação deste segmento e demais atores envolvidos, com base em diagnóstico das necessidades formativas e observando o Plano Estratégico Nacional”;

2) supressão da Ação 2131;

3) alteração nos atributos do Programa 212, especificamente para inclusão de objetivos de desenvolvimento sustentável, alteração de indicadores, alteração de valores e da descrição do objetivo para incluir a menção à Lei nº 21.710, de 30/6/2015, ao acordo resultante da negociação entre o Governo do Estado e entidades representativas dos trabalhadores da educação e à implementação de políticas públicas permanentes de saúde preventiva e ocupacional”;

4) modificação da finalidade da Ação 2070 e alteração de meta física e financeira, para ampliar as ações de saúde e prevenção de acidentes, para além da saúde vocal;

5) modificação da finalidade das Ações 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2140, 2142, 2143, 2144, para incluir, ao final, “com participação da comunidade escolar e cumprimento da Lei nº 21.710 e acordos firmados”;

6) modificação da finalidade da Ação 2078 para extinguir o número de profissionais da educação em vínculo precário com o Estado e garantir aos servidores sua plena inclusão na carreira dos profissionais de educação básica;

7) modificação da meta física da Ação 2078 para modificar o percentual de profissionais da educação temporários em 2020 para 95%;

Sobre as alterações propostas, julgamos necessário fazer algumas ponderações. O Estado possui escolas de educação infantil e professores da rede estadual que atuam em escolas municipais, não sendo possível a supressão da Ação 2131. Com relação à extinção de servidores da educação com vínculo precário, destaca-se que tal medida comprometeria a continuidade da prestação desse serviço, pois é natural a necessidade de substituições dos profissionais da área.

Feitas estas considerações, informamos que, após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de requerimento à Secretaria de Estado de Educação e de emendas ao Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 121/2016 na forma das emendas ao Projeto de Lei nº 3.819/2016 e do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2016.

Marília Campos, presidente – Rogério Correia, relator – Doutor Jean Freire.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 212 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -

Ação: 2081 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Mudança de finalidade:

Para: QUALIFICAR O SERVIDOR POR MEIO DE CURSO DE EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL, EXTENÇÃO, APERFEIÇOAMENTO, SUPERIOR, MESTRADO E DOUTORADO, QUE CONTRIBUAM PARA A MELHORIA DA QUALIDADE E DA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS AO CIDADÃO e elaborar Plano Estratégico de formação continuada dos professores da educação com participação deste segmento e demais atores envolvidos, com base em diagnóstico referente às necessidades formativas e no Plano Estratégico Nacional, em conformidade com o Decreto Federal n. 8.752, de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.



Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa a adotar os princípios da universalização, equidade e gestão democrática.

PLE nº 121/2016

Emenda ao PPAG nº 73

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 212 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Mudança de objetivo:

Para: REMUNERAR OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO, CONFERINDO CONDIÇÕES ADEQUADAS AO CUMPRIMENTO DA POLÍTICA REMUNERATÓRIA ESTABELECIDADA PELA LEI Nº 21.710, DE 30/6/2015. QUALIFICAR O profissional da educação POR MEIO DE CURSO DE EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL, EXTENSÃO, APERFEIÇOAMENTO, SUPERIOR, MESTRADO E DOUTORADO, QUE CONTRIBUAM PARA A MELHORIA DA QUALIDADE E DA EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS AO CIDADÃO. CAPACITAR DE FORMA CONTINUADA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NOS DIFERENTES CAMPOS DE ATUAÇÃO POR MEIO DE PROGRAMAS PRESENCIAIS, SEMIPRESENCIAIS E VIRTUAIS, DE MANEIRA A PROMOVER A MELHORIA DA QUALIDADE DO SISTEMA PÚBLICO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Implementar medidas de saúde preventiva e ocupacional.

Justificativa: A alteração proposta no objetivo do programa visa a ampliar o escopo das ações propostas.

PLE nº 121/2016

Emenda ao PPAG nº 74

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 212 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -

Ação: 2134 - PAGAMENTO DE PESSOAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - MAGISTERIO

Mudança de finalidade:

Para: APOIAR AS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, NO QUE SE REFERE A PAGAMENTO DE PESSOAL, com cumprimento do disposto na Lei nº 21.710, de 30/6/2015.

Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa a adotar os princípios da universalização, equidade e gestão democrática.

PLE nº 121/2016

Emenda ao PPAG nº 75

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 212 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -

Ação: 2135 - PAGAMENTO DE PESSOAL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - APOIO ADMINISTRATIVO



Mudança de finalidade:

Para: APOIAR ADMINISTRATIVAMENTE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NO QUE SE REFERE A PAGAMENTO DE PESSOAL, com cumprimento do disposto na Lei nº 21.710, de 30/6/2015.

Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa a adotar os princípios da universalização, equidade e gestão democrática.

PLE nº 121/2016

Emenda ao PPAG nº 76

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 212 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -

Ação: 2136 - PAGAMENTO DE PESSOAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - APOIO ADMINISTRATIVO

Mudança de finalidade:

Para: APOIAR ADMINISTRATIVAMENTE AS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, NO QUE SE REFERE A PAGAMENTO DE PESSOAL, com cumprimento do disposto na Lei nº 21.710, de 30/6/2015.

Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa a adotar os princípios da universalização, equidade e gestão democrática.

PLE nº 121/2016

Emenda ao PPAG nº 77

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 212 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -

Ação: 2137 - PAGAMENTO DE PESSOAL DO ENSINO FUNDAMENTAL - APOIO ADMINISTRATIVO

Mudança de finalidade:

Para: CONTRIBUIR (NO QUE TANGE A APOIO ADMINISTRATIVO) PARA O PROVIMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL DE FORMA A AMPLIAR O ACESSO, MELHORAR A PROFICIÊNCIA DOS ALUNOS E AS TAXAS DE CONCLUSÃO, COM EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS, com cumprimento do disposto na Lei nº 21.710, de 30/6/2015.

Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa a adotar os princípios da universalização, equidade e gestão democrática.

PLE nº 121/2016

Emenda ao PPAG nº 78

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 212 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -

Ação: 2138 - PAGAMENTO DE PESSOAL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - MAGISTÉRIO

Mudança de finalidade:



Para: APOIAR ADMINISTRATIVAMENTE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, NO QUE SE REFERE A PAGAMENTO DE PESSOAL, com cumprimento do disposto na Lei nº 21.710, de 30/6/2015.

Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa a adotar os princípios da universalização, equidade e gestão democrática.

PLE nº 121/2016

Emenda ao PPAG nº 79

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 212 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -

Ação: 2140 - PAGAMENTO DE PESSOAL DO ENSINO MÉDIO - APOIO ADMINISTRATIVO

Mudança de finalidade:

Para: CONTRIBUIR (NO QUE TANGE A APOIO ADMINISTRATIVO) PARA O PROVIMENTO DE ENSINO MÉDIO DE FORMA A AMPLIAR O ACESSO, MELHORAR A PROFICIÊNCIA DOS ALUNOS E AS TAXAS DE CONCLUSÃO, COM EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS, com cumprimento do disposto na Lei nº 21.710, de 30/6/2015.

Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa a adotar os princípios da universalização, equidade e gestão democrática.

PLE nº 121/2016

Emenda ao PPAG nº 80

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 212 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -

Ação: 2142 - PAGAMENTO DE PESSOAL DO ENSINO PROFISSIONAL

Mudança de finalidade:

Para: APOIAR AS ESCOLAS DE ENSINO PROFISSIONAL, NO QUE SE REFERE A PAGAMENTO DE PESSOAL, com cumprimento do disposto na Lei nº 21.710, de 30/6/2015.

Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa a adotar os princípios da universalização, equidade e gestão democrática.

PLE nº 121/2016

Emenda ao PPAG nº 81

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 212 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -

Ação: 2143 - PAGAMENTO DE PESSOAL DO ENSINO MÉDIO - MAGISTÉRIO

Mudança de finalidade:



Para: CONTRIBUIR (NO QUE TANGE A APOIO ADMINISTRATIVO) PARA O PROVIMENTO DE ENSINO MÉDIO DE FORMA A AMPLIAR O ACESSO, MELHORAR A PROFICIÊNCIA DOS ALUNOS E AS TAXAS DE CONCLUSÃO, COM EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS, com cumprimento do disposto na Lei nº 21.710, de 30/6/2015.

Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa a adotar os princípios da universalização, equidade e gestão democrática.

PLE nº 121/2016

Emenda ao PPAG nº 82

EMENDA Nº AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 212 - VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -

Ação: 2144 - PAGAMENTO DE PESSOAL DO ENSINO FUNDAMENTAL - MAGISTÉRIO

Mudança de finalidade:

Para: CONTRIBUIR (NO QUE TANGE A APOIO ADMINISTRATIVO) PARA O PROVIMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL DE FORMA AMPLIAR O ACESSO, MELHORAR A PROFICIENCIA DOS ALUNOS E AS TAXAS DE CONCLUSÃO, COM EFICIENCIA NO USO DOS RECURSOS DISPONIVEIS, com cumprimento do disposto na Lei nº 21.710, de 30/6/2015.

Justificativa: A alteração proposta na finalidade da ação visa a adotar os princípios da universalização, equidade e gestão democrática.

PLE nº 121/2016

Emenda ao PPAG nº 83

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 121/2016, de autoria de Liliane Maria Barbosa da Silva Resende, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação para que expanda o atendimento de saúde dos profissionais da educação para além da saúde vocal, abrangendo todos os acometimentos de causa ocupacional.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 122/2016

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 122/2016, elaborada por grupo de trabalho composto por João Roberto Souza Silva, do Instituto Sociocultural do Jequitinhonha, e outros, sugere alterações no Programa 99 – Preservação do Patrimônio Cultural – do projeto de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2017.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 9/11/2016, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017 pelo grupo que discutiu o tema “Cultura”, do eixo Educação e Cultura, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada em 11/11/2016.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 19/11/2016, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, ocorreu nesta Casa entre os dias 7 e 11/11/2016. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG: Segurança Pública; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Educação e Cultura; Saúde e Proteção Social; e Infraestrutura e Logística.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes sugeriram alterações no Programa 99 – Preservação do Patrimônio Cultural –, de modo a viabilizar a realização de inventários de bens culturais no Estado, bem como ações de conservação em bem imóvel situado no Município de Contagem.

As propostas enfocam diferentes tipos de inventários (pesquisas e documentações minuciosas acerca de conjuntos de bens associados a referências, acervos, manifestações ou práticas culturais) a serem realizados pelo Estado, cada uma delas fazendo menção a bens, manifestações ou regiões específicas do Estado. De fato, não há uma ação específica que trate do processo de inventário – que antecede necessariamente a qualquer das ações de proteção que eventualmente sejam decididas pelo órgão competente. A finalidade da Ação 4240 – Proteção do Patrimônio Cultural –, que trata da identificação, documentação e preservação de bens culturais é mais genérica, não traduzindo de forma expressa a realização de um inventário geral de bens culturais no Estado, que demanda uma complexa rede de trabalho para sua efetivação, pois não tem por objeto específico a realização de inventários exaustivos.

Sendo assim, parece-nos razoável a criação de uma nova ação com o propósito de realizar inventários das manifestações e práticas culturais de Minas Gerais e o envio de requerimento ao órgão executivo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-Mg –, propugnando o lançamento de consulta pública que defina as prioridades desse processo de inventário. Propõe-se, assim, que seja criada nova ação com o escopo de permitir recursos para que equipes multidisciplinares realizem pesquisas em todo o Estado a partir de prioridade definida em consulta à sociedade civil.

A despeito disso, parece-nos razoável incluir, também, por meio de incremento da regionalização na já citada Ação 4240, o inventário dos bens culturais cuja demanda foi solicitada nos grupos de trabalho que se mobilizaram para participar dos debates acerca da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2017.

Assim, após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 e dos requerimentos com pedido de providências aos órgãos mencionados.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 122/2016 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 3.819/2016 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2016.

Marília Campos, presidente – Rogério Correia, relator – Doutor Jean Freire.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 099 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Ação: - Cooperação Estado-Município para preservação do patrimônio cultural

Unidade Orçamentária: 2201 - INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Finalidade: PRESTAR ASSESSORIA TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS PARA QUE IMPLEMENTEM E FORTALEÇAM SUAS POLÍTICAS LOCAIS DE PATRIMÔNIO CULTURAL E PROMOVAM A IDENTIFICAÇÃO DE ACERVOS E BENS CULTURAIS RELEVANTES PARA PROTEÇÃO.

Produto: MUNICÍPIO BENEFICIADO.

Unidade de medida: MUNICÍPIO ATENDIDO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: MUNICÍPIOS MINEIROS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeir as 2019
Alto Jequitinhonha	1	1.000,00				
Médio e Baixo Jequitinhonha	1	1.000,00				
Metropolitano	2	2.000,00				
Mucuri	1	1.000,00				
Multiterritorial	1	1.000,00				

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 6.000,00

Justificativa: Para a realização de diferentes tipos de inventários (pesquisas e documentações minuciosas acerca de conjuntos de bens associados a referências, acervos, manifestações ou práticas culturais) de identificação e preservação do patrimônio cultural, é mister que o Iepha seja dotado dos meios necessários para colaborar com os municípios. Essa colaboração é fundamental para que o processo de inventário – que antecede necessariamente a qualquer das ações de proteção eventualmente decididas pelo órgão competente – possa atingir todos os territórios de desenvolvimento do Estado.

PLE nº122/2016

Emenda ao PPAG nº40

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 122/2016, apresentada por João Roberto Souza Silva, do Instituto Sociocultural do Jequitinhonha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – para que realize consulta pública para definir as prioridades a serem atendidas no processo de inventário das manifestações e práticas culturais que integram o patrimônio cultural do Estado.



Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 122/2016, apresentada por João Roberto Souza Silva, do Instituto Sociocultural do Jequitinhonha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – para que analise a viabilidade de realização de inventário dos seguintes bens e manifestações culturais: no território metropolitano, da Casa dos Cacos, em Contagem, e Casa de Cultura Lodé Apará (de cultura Bantu), em Santa Luzia; no âmbito de todo o Estado, dos bens integrantes da cultura junina mineira; e das manifestações e práticas associadas à cultura popular nos territórios Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha e Mucuri.

Requer, ainda, seja informado ao Iepha-MG que a nova ação incluída no Programa 099 – Preservação do Patrimônio Cultural –, denominada “Cooperação Estado-Município para preservação do patrimônio cultural” tem por objetivo propiciar meios para que o órgão preste assessoria técnica aos municípios em que estão localizados os mencionados bens culturais de forma a possibilitar os estudos necessários para a preservação desses bens.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 122/2016, apresentada por João Roberto Souza Silva, do Instituto Sociocultural do Jequitinhonha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Fundação de Arte de Ouro Preto – Faop – para que analise a viabilidade de apoiar a Prefeitura Municipal de Contagem na elaboração dos projetos de conservação e restauração da “Casa dos Cacos” naquele município.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 122/2016, apresentada por João Roberto Souza Silva, do Instituto Sociocultural do Jequitinhonha, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Prefeitura de Contagem para que solicite auxílio à Fundação de Arte de Ouro Preto – Faop – na elaboração dos projetos de conservação e restauração da “Casa dos Cacos”, situada em Contagem.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 123/2016**Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 123/2016, elaborada por grupo de trabalho composto por Anita Gomes dos Santos, da Pastoral Nacional do Povo de Rua, e outros, sugere alterações no Programa 22 – Políticas de Proteção de Direitos Humanos – do projeto de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2017.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 10/11/2016, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017 pelo grupo que discutiu o tema “Direitos humanos”, do eixo Saúde e Proteção Social, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada em 11/11/2016.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 19/11/2016, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, ocorreu nesta Casa entre os dias 7 e 11 de novembro de 2016. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG, quais sejam: Segurança Pública; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Educação e Cultura; Saúde e Proteção Social; e Infraestrutura e Logística.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes formularam as seguintes sugestões relativas ao Programa 22 – Políticas de Proteção de Direitos Humanos –, sendo todas elas de inclusão de novas ações (seis no total):

1) nova ação, denominada “Criação de programa de proteção emergencial às pessoas ameaçadas”, tendo como finalidade garantir atendimento emergencial às pessoas em situação de ameaça, tais como população em situação de rua, jovens, travestis e transexuais, mulheres em situação de violência, dentre outros públicos;

2) nova ação, denominada “Proteção a vítimas de trabalho escravo, tráfico de pessoas, migrantes e refugiados”, tendo como finalidade promover assistência e proteção de direitos humanos, por meio da prevenção e reparação a vítimas e testemunhas, defensores de direitos humanos ameaçados ou em coação que buscam apoio e atendimento no núcleo de direitos humanos;

3) nova ação, denominada “Constituição de centros regionais de referência de atendimento à mulher em situação de violência”, tendo como finalidade implantar centros regionais de referência de atendimento à mulher em situação de violência para o suporte psicossocial e jurídico, em parceria com os municípios;

4) nova ação, denominada “Implantação de equipes técnicas em unidades móveis de acolhimento à mulher”, tendo como finalidade implantar novas unidades móveis com equipes técnicas especializadas, tendo em vista o atendimento às mulheres e a realização de ações de caráter preventivo contra a violência;

5) nova ação, denominada “Capacitação dos militares da patrulha de prevenção à violência doméstica da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG”, tendo como finalidade capacitar os policiais militares para ações de prevenção e enfrentamento à violência doméstica, dentro do serviço da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica da PMMG;

6) nova ação, denominada “Manutenção das unidades móveis de acolhimento à mulher”, tendo como finalidade manter as unidades móveis de acolhimento à mulher em funcionamento.



Sobressai, nessas sugestões, o intuito de fortalecer a proteção a segmentos específicos em situação de vulnerabilidade (população em situação de rua, jovens, travestis e transexuais, mulheres em situação de violência, vítimas de trabalho escravo e do tráfico de pessoas, migrantes e refugiados, testemunhas e defensores de direitos humanos) vitimizados com frequência por atos de agressão em razão de preconceito e discriminação, muitos desses atos reincidentes e alguns resultando inclusive em morte.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu pelos seguintes encaminhamentos:

- acolhimento da sugestão 1 na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, criando a nova ação;

- acolhimento da sugestão 2 na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, criando nova ação por meio da restauração da ação 4060 do PPAG 2016-2019, exercício de 2016, denominada Atenção ao imigrante e enfrentamento ao tráfico de pessoas e trabalho escravo e tendo como finalidade fomentar as ações de atenção aos direitos violados em decorrência de fluxos migratórios, bem como de enfrentamento ao tráfico de pessoas e trabalho escravo, inclusive o infantil, no âmbito do programa de enfrentamento ao tráfico de pessoas e do comitê interinstitucional de enfrentamento ao tráfico de pessoas;

- acolhimento das sugestões 3, 4 e 6 na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, criando nova ação por meio da restauração da ação 4049 do PPAG 2016-2019, exercício de 2016, denominada Enfrentamento à violência contra a mulher e tendo como finalidade promover ações de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres do campo e da cidade, além de requerimentos encaminhados à Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão e à Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, com pedidos de providência de modo a especificar a destinação dos recursos para a criação de unidade de atendimento à mulher em situação de violência, a manutenção das unidades móveis para atendimento às mulheres em situação de violência e para apoio à estruturação da Casa Tina Martins;

- já a sugestão 5 foi acolhida no âmbito do Programa 123 – Educação Profissional de Segurança Pública – por adequação de escopo, na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, e ao Projeto de Lei nº 3.820/2016, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2017, aumentando as metas físicas e financeiras da Ação 2065 – Educação profissional de segurança pública –, a fim de capacitar quatro policiais militares, por território, a comporem as Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica.

Ressalte-se, ainda, que quatro das sugestões da Proposta de Ação Legislativa nº 119/2016, a qual sugere alterações no Programa 36 – Promoção da Cidadania e Participação Social –, estão parcial ou totalmente contempladas nesses encaminhamentos, em particular no acolhimento das sugestões 2, 3, 4 e 6.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 123/2016 na forma das emendas aos Projetos de Lei nºs 3.819/2016 e 3.820/2016 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2016.

Marília Campos, presidente – Rogério Correia, relator – Doutor Jean Freire.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 022 - POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ação: - Proteção emergencial às pessoas ameaçadas



Unidade Orçamentária: 1651 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: Garantir atendimento emergencial às pessoas em situação de ameaça tais como: população em situação de rua, jovens, travestis e transexuais, mulheres em situação de violência, dentre outros públicos.

Produto: PESSOA ATENDIDA / PROTEGIDA

Unidade de medida: PESSOA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: PESSOAS AMEAÇADAS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 100.000,00

PLE nº 123/2016

Emenda ao PPAG nº 68

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 022 - POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ação: - Atenção ao imigrante e enfrentamento ao tráfico de pessoas e trabalho escravo

Unidade Orçamentária: 1651 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: Fomentar as ações de atenção aos direitos violados em decorrência de fluxos migratórios, bem como de enfrentamento ao tráfico de pessoas e trabalho escravo, inclusive o infantil, no âmbito do programa de enfrentamento ao tráfico de pessoas e do comitê interinstitucional de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Produto: AÇÃO EXECUTADA

Unidade de medida: AÇÃO

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: VÍTIMAS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	100.000,00	1	100.000,00	1	100.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 100.000,00

PLE nº 123/2016

Emenda ao PPAG nº 69

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 022 - POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ação: - Enfrentamento à violência contra a mulher

Unidade Orçamentária: 1651 - SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Finalidade: Promover ações de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres do campo e da cidade.

Produto: PESSOA ATENDIDA / PROTEGIDA

Unidade de medida: PESSOA

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público Alvo: MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	400	900.000,00	400	900.000,00	400	900.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 900.000,00

PLE nº 123/2016

Emenda ao PPAG nº 71

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 123 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA -

Ação: 2065 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	138	15.532,00	138	15.532,00	138	15.532,00
Caparaó	335	35.396,00	335	35.396,00	335	35.396,00
Central	127	13.417,00	127	13.419,00	127	13.419,00
Mata	734	77.550,00	734	77.550,00	734	77.550,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	234	24.724,00	234	24.724,00	234	24.724,00
Metropolitano	5.394	567.376,00	5.394	567.374,00	5.394	567.374,00
Mucuri	232	24.513,00	232	24.513,00	232	24.513,00
Multiterritorial	74	68.634,00	74	68.634,00	74	68.634,00

Noroeste	242	25.570,00	242	25.570,00	242	25.570,00
Norte	637	66.671,00	637	66.671,00	637	66.671,00
Oeste	463	48.917,00	463	48.917,00	463	48.917,00
Sudoeste	104	10.989,00	104	10.989,00	104	10.989,00
Sul	920	97.202,00	920	97.202,00	920	97.202,00
Triângulo Norte	416	43.954,00	416	43.954,00	416	43.954,00
Triângulo Sul	299	31.591,00	299	31.591,00	299	31.591,00
Vale do Aço	320	33.810,00	320	33.810,00	320	33.810,00
Vale do Rio Doce	524	55.363,00	524	55.363,00	524	55.363,00
Vertentes	405	42.791,00	405	42.791,00	405	42.791,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 68.000,00

PLE nº 123/2016

Emenda ao PPAG nº 72

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.820/2016

Acréscimo:

UO beneficiada: 1251 - Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Ação: Educação Profissional de Segurança Pública - Capacitar Quatro Policiais Militares, Por Território, a Comporem as Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 68.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 68.000,00

PLE nº 123/2016

Emenda Orçamentária nº 44

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 123/2016, de autoria de Anita Gomes dos Santos, da Pastoral Nacional do Povo de Rua, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado ofício à Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão – Seplag – informando sobre a sugestão de reinserção da ação 4049 – Enfrentamento à Violência Contra a Mulher – no âmbito do Programa 22 – Políticas de Proteção de Direitos Humanos – durante o processo de discussão participativa da proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2017, com previsão de meta física de 400 e meta financeira de R\$900.000,00, e solicitando a providência de destinar, dessa meta financeira:



- R\$100.000,00 à criação de unidade de atendimento à mulher em situação de violência, a qual preste os diversos serviços que essas mulheres necessitam, tais como acolhimento, abrigamento, e assistências psicossocial e jurídica;

- R\$300.000,00 à manutenção das três unidades móveis, já existentes no Estado, para atendimento às mulheres em situação de violência;

- e R\$500.000,00 ao apoio à estruturação da Casa Tina Martins, para a completa implementação dos serviços que a Casa propõe.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO Nº .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 123/2016, de autoria de Anita Gomes dos Santos, da Pastoral Nacional do Povo de Rua, e outros, requer a V. Exa. seja encaminhado ofício à Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac – informando sobre a sugestão de reinserção da ação 4049 – Enfrentamento à Violência Contra a Mulher – no âmbito do Programa 22 – Políticas de Proteção de Direitos Humanos – durante o processo de discussão participativa da proposta de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2017, com previsão de meta física de 400 e meta financeira de R\$900.000,00, e solicitando a providência de destinar, dessa meta financeira:

- R\$100.000,00 à criação de unidade de atendimento à mulher em situação de violência, a qual preste os diversos serviços que essas mulheres necessitam, tais como acolhimento, abrigamento, e assistências psicossocial e jurídica;

- R\$300.000,00 à manutenção das três unidades móveis, já existentes no Estado, para atendimento às mulheres em situação de violência;

- e R\$500.000,00 ao apoio à estruturação da Casa Tina Martins, para a completa implementação dos serviços que a Casa propõe.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 124/2016

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 124/2016, elaborada por grupo de trabalho composto por Wellington Ney Martins Rosa, do Fica Vivo! Nova Contagem, e outros, sugere alterações no Programa 138 – Modernização e Preservação da Infraestrutura Cultural – do projeto de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2017.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 9/11/2016, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017 pelo grupo que discutiu o tema “Cultura”, do eixo Educação e Cultura, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada em 11/11/2016.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 19/11/2016, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, ocorreu nesta Casa entre os dias 7 e 11/11/2016. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG: Segurança Pública; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Educação e Cultura; Saúde e Proteção Social; e Infraestrutura e Logística.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes sugeriram alterações no Programa 138 – Modernização e Preservação da Infraestrutura Cultural –, de modo a permitir que seja viabilizada a instalação do Centro de Referência do Circo/Cidade do Circo na antiga estação ferroviária da Gameleira, em Belo Horizonte

Considerando a condição nômade dos circos tradicionais, é necessário um espaço que permita a coordenação das ações e programas que tenham por finalidade a garantia de direitos dos grupos, coletivos e famílias circenses no Estado, cujo atendimento pelas políticas sociais – que têm base territorial – fica obstado pela itinerância. De acordo com os proponentes, o imóvel que sediará o centro de referência já foi objeto de termo de cooperação entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a Rede de Apoio ao Circo, entidade que será a gestora do espaço.

Por sua vez, a sugestão que se refere à Fundação Rádio e TV Educativa e Cultural de Viçosa já se encontra atendida no âmbito da Proposta de Ação Legislativa nº 135/2016.

Assim, após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 3.820/2016, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2017.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 124/2016 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 3.820/2016 anexa.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2016.

Marília Campos, presidente – Rogério Correia, relator – Doutor Jean Freire.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.820/2016

UO Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Ação: 4345 – Reforma, Adequação e Manutenção de Espaços Culturais e Grupos – Implantação do Centro de Referência do Circo na Antiga Estação Ferroviária da Gameleira.

Objeto de gasto: específico

Categoria econômica: despesas correntes Valor: R\$200.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 – Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$200.000,00

Território: Metropolitano

Unidade(s) Orçamentária(s) Deduzida(s): Reserva de Contingência

Proj.(s) / Ativ.(s) Deduzida(s):

Reserva de Contingência: Valor: R\$ 200.000,00

Valor total das emendas: Valor: R\$ 200.000,00

Valor total das deduções da Reserva de Contingência: Valor: R\$ 200.000,00

PLE nº 124

Emenda Orçamentária nº 32

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 126/2016

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 126/2016, elaborada por grupo de trabalho composto por Wellington Ney Martins Rosa, do Fica Vivo! Nova Contagem, e outros, sugere alterações no Programa 140 – Fomento e Incentivo à Cultura – do projeto de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2017.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 9/11/2016, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017 pelo grupo que discutiu o tema “Cultura”, do eixo Educação e Cultura, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada em 11/11/2016.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 19/11/2016, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, ocorreu nesta Casa entre os dias 7 e 11/11/2016. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG: Segurança Pública; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Educação e Cultura; Saúde e Proteção Social; e Infraestrutura e Logística.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes sugeriram as seguintes alterações no Programa 140 – Fomento e Incentivo à Cultura: realização do Encontro dos Povos Indígenas de Minas Gerais; realização do Mucuriart – Festival de Arte e Cultura do Vale do Mucuri; realização do Festivale – Festival de Arte e Cultura do Vale do Jequitinhonha – e outras iniciativas de reconhecimento e apoio às atividades culturais do Vale; comemoração do Dia da Favela, instituído no dia 4 de novembro, nos termos da Lei nº 20.808, de 26/07/2013; viabilização de campanha de popularização da música; fomento aos artistas e jovens das periferias urbanas, fortalecimento da economia criativa, inclusão das pessoas com deficiência e capacitação de gestores na área cultural.

As sugestões apresentadas refletem a diversidade de iniciativas culturais em Minas Gerais e a necessidade de receberem atenção e apoio dos gestores das políticas públicas no Estado.

A viabilização do Encontro dos Povos Indígenas é estratégica para a sobrevivência e a valorização das culturas indígenas no mundo contemporâneo, bem como para possibilitar momentos de trocas simbólicas entre os diferentes povos que habitam no território mineiro.

Os territórios de desenvolvimento que incluem o Vale do Rio Jequitinhonha e o Vale do Rio Mucuri são regiões de ricas manifestações e práticas culturais, a despeito das históricas carências socioeconômicas que flagelam sua população, com destaque para a música e o artesanato, reconhecidos em todo o Brasil, o que reforça a importância de o Estado apoiar as iniciativas da sociedade civil ali engendradas.

Da mesma forma, as manifestações culturais da juventude de periferia devem ser apoiadas pelos entes estatais, de maneira a propiciar meios de existência e difusão de seus valores culturais. O Dia Estadual da Favela, instituído pela Lei nº 20.808, de 2013, foi uma importante iniciativa do Poder Legislativo para contribuir para essa visibilidade.

A formação de gestores é um dos eixos do Sistema Nacional de Cultura, com vistas a qualificar e otimizar a gestão da política cultural, tanto no âmbito do poder público como na profissionalização das cadeias produtivas e da atuação dos demais agentes culturais devendo, portanto, integrar o planejamento estatal de forma continuada.

Assim, após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, e ao Projeto de Lei nº 3.820/2016, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2017 e dos requerimento com pedidos de providências anexos.

No que se refere à sugestão que trata da criação de agência de desenvolvimento do artesanato, é necessário salientar que se trata de demanda incorporada à Proposta de Ação Legislativa nº 112/2016.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 126/2016 na forma das emendas aos Projetos de Lei nºs 3.819/2016 e 3.820/2016 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2016.

Marília Campos, presidente – Rogério Correia, relator – Doutor Jean Freire.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 140 - FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA -

Ação: 4360 - ESTÍMULO E APOIO AS CULTURAS POPULARES E TRADICIONAIS

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Central	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Multiterritorial	17	1.551.500,00	12	203.515,00	12	205.550,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 1.350.000,00

PLE nº 126

Emenda ao PPAG nº 37

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 140 - FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA -

Ação: 4370 - FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)



Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Alto Jequitinhonha	250	6.180,00	280	3.045,00	300	2.747,00
Central	5	3.200,00	6	35.200,00	7	38.720,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	250	6.180,00	280	3.045,00	300	2.760,00
Metropolitano	250	6.180,00	280	3.045,00	300	2.760,00
Mucuri	250	6.180,00	280	3.045,00	300	2.760,00
Multiterritorial	550	106.180,00	280	3.045,00	300	2.760,00
Noroeste	250	6.180,00	280	3.045,00	300	2.760,00
Norte	250	6.180,00	280	3.045,00	300	2.760,00
Oeste	250	6.180,00	280	3.045,00	300	2.760,00
Vale do Aço	250	6.180,00	280	3.045,00	300	2.760,00
Vale do Rio Doce	250	6.180,00	280	3.045,00	300	2.760,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 100.000,00

PLE nº 126

Emenda ao PPAG nº 39

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.820/2016

Acréscimo:

UO beneficiada: 1271 - Secretaria de Estado de Cultura

Ação: Estímulo e Apoio as Culturas Populares e Tradicionais - R\$250.000,00 para Festivale ; R\$250.000,00 para Mucuriarte, R\$150.000,00 para Dia da Favela , R\$200.000,00 para Encontro dos Povos Indígenas, R\$ 500.000,00 para Fórum Mundial de Artes e Cultura Negra (Total: Acréscimo de R\$1.350.000,00).

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 1.350.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 1.350.000,00

Emenda Orçamentária nº 21

Emenda PPAG nº 37

PLE nº 126

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.820/2016

Unidade Orçamentária Beneficiada: Secretaria de Estado de Cultura

Objeto do Gasto: 4370 - Formação, Capacitação e Profissionalização Artística e Cultural. (despesas correntes)



Território: Multiterritorial

Unidade(s) Orçamentária(s) Deduzida(s): - Reserva de Contingência

Proj.(s) / Ativ.(s) Deduzida(s): - Reserva de Contingência - Valor: R\$ 100.000,00

Valor total das emendas: Valor: R\$ 100.000,00

Valor total das deduções da Reserva de Contingência: Valor: R\$ 100.000,00

Emenda Orçamentária nº 24

Emenda PPAG nº 39

PLE nº 126

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 126/2016, de autoria de Wellington Ney Martins Rosa, do Fica Vivo! Nova Contagem, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura para que avalie viabilidade de apoiar a realização do projeto “Vale Canta e dança”, em Belo Horizonte.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Populares.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 126/2016, de autoria de Wellington Ney Martins Rosa, do Fica Vivo! Nova Contagem, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura para que avalie a viabilidade da criação de agência de desenvolvimento do polo do artesanato no Vale do Jequitinhonha.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 126/2016, apresentada por Wellington Ney Martins Rosa, do Fica Vivo! Nova Contagem, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura para que analise a viabilidade de realizar a campanha de popularização da música – nos moldes da de popularização do teatro – no âmbito da política pública de cultura.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:



A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 126/2016, apresentada por Wellington Ney Martins Rosa, do Fica Vivo! Nova Contagem, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura para que analise a viabilidade de apoiar mostra cultural de jovens moradores de periferia no âmbito da Ação 4366 – Estímulo e Apoio às Culturas Urbanas – do Programa 140 – Fomento e Incentivo à Cultura –, que integram o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2017.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 126/2016, apresentada por Wellington Ney Martins Rosa, do Fica Vivo! Nova Contagem, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Cultura para que analise a viabilidade de realizar mapeamento sistemático das redes criativas existentes em Minas Gerais, no âmbito da Ação 4364 – Estímulo à Produção, Circulação e Intercâmbio Cultural – do Programa 140 – Fomento e Incentivo à Cultura –, que integram o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2017.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 126/2016, apresentada por Wellington Ney Martins Rosa, do Fica Vivo! Nova Contagem, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e Ensino Superior para que avalie a viabilidade da criação de agência de desenvolvimento do polo do artesanato no Vale do Jequitinhonha.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 126/2016, apresentada por Wellington Ney Martins Rosa, do Fica Vivo! Nova Contagem, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado Extraordinária de Desenvolvimento Integrado e Fóruns Regionais – Sedif – para que avalie a viabilidade da criação de agência de desenvolvimento do polo do artesanato no Vale do Jequitinhonha.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 134/2016**Comissão de Participação Popular****Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 134/2016, elaborada por grupo de trabalho composto por Helen Cristina Patrício de Novais, do Ponto Livre Gestão de Empreendimentos Criativos, e outros, sugere alterações no Programa 135 – Democratização do Acesso à Cultura – do projeto de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2017.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 9/11/2016, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017 pelo grupo que discutiu o tema “Cultura”, do eixo Educação e Cultura, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada em 11/11/2016.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 19/11/2016, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, ocorreu nesta Casa entre os dias 7 e 11/11/2016. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG: Segurança Pública; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Educação e Cultura; Saúde e Proteção Social; e Infraestrutura e Logística.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes sugeriram alterar o Programa 135 – Democratização do Acesso à Cultura –, de modo a incluir uma nova ação que propicie os recursos necessários para a operacionalização do Conselho Estadual de Política Cultural – Consec –, sobretudo no que tange à viabilização de reuniões nos diversos territórios de desenvolvimento do Estado.

A criação de uma ação específica para o Consec confere ao órgão tratamento similar ao recebido pelos demais conselhos de políticas sociais. Para atuar de fato como Conselho de Política Cultural do Estado, é necessário que o Consec tenha recursos específicos para a sua operacionalização. O acesso à cultura compreende o direito de participação nas decisões da política cultural e o Consec é o lugar por excelência dessa participação, razão pela qual é necessário serem providos os meios para descentralizar sua atuação, seja na forma de reuniões itinerantes, seja na forma de participação remota. Cumpre ressaltar, ainda, que os conselhos que integram a estrutura do Sistema de Cultura não são apenas órgãos burocráticos, mas parte da própria política de cultura. Assim, o Consec merece constar de ação própria, do mesmo modo que os conselhos de outras políticas sociais.

Por conseguinte, após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 134/2016 na forma da emenda ao Projeto de Lei nº 3.819/2016 anexa.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2016.

Marília Campos, presidente – Rogério Correia, relator – Doutor Jean Freire.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 135 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À CULTURA

Ação: - Operacionalização das ações do Conselho Estadual de Política Cultural - Consec

Unidade Orçamentária: 1271 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Finalidade: Garantir a manutenção e o financiamento das atividades do Conselho Estadual de Políticas Culturais – Consec-MG, com vistas a fortalecer e descentralizar sua atuação, permitindo a realização de reuniões nos territórios de desenvolvimento, bem como de suas câmaras setoriais.

Produto: CONSELHO APOIADO

Unidade de medida: REUNIÕES REALIZADAS

IAG: Ação de Acompanhamento Geral

Público-alvo: POPULAÇÃO MINEIRA

Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	1	150.000,00	1	150.000,00	1	150.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 150.000,00

Justificativa: Para atuar de fato como Conselho de Política Cultural do Estado, é necessário que o Consec disponha de recursos específicos para a sua operacionalização. O acesso à cultura compreende o direito de participação nas decisões da política cultural e o Consec é o lugar por excelência dessa participação. Assim, devem ser providos os meios para descentralizar sua atuação, seja na forma da realização de reuniões itinerantes, seja na forma de participação remota, bem como de reuniões das suas câmaras setoriais. Além disso, os conselhos integram a estrutura do Sistema de Cultura e não são apenas órgãos burocráticos, mas parte da própria política de cultura. Por conseguinte, o Consec merece constar de ação própria, do mesmo modo que os conselhos de outras políticas sociais.

PLE nº 134

Emenda ao PPAG nº 54

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 139/2016

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 139/2016, elaborada por grupo de trabalho composto por Conrado Ramos Rezende, do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, e outros, sugere alterações no Programa 214 – Educação Integral e Integrada – do projeto de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2017.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 9/11/2016, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017 pelo grupo que discutiu o tema “Educação”, do eixo Educação e Cultura, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada em 11/11/2016.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 19/11/2016, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, ocorreu nesta Casa entre os dias 7 e 11/11/2016. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG: Segurança Pública; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Educação e Cultura; Saúde e Proteção Social; e Infraestrutura e Logística.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes sugeriram alterações no objetivo do Programa 214 – Educação Integral e Integrada – e nas finalidades das Ações 4657 e 2067, que dele fazem parte.

Pretende-se, com as alterações, que o programa utilize o Custo-Aluno Qualidade Inicial – CAQi – como parâmetro de qualidade do ensino; que seu objetivo seja explicitamente relacionado com a Meta 6, que trata da educação integral no Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005, de 25/6/2014; e, ainda, que seja garantido à comunidade escolar participar dos processos que envolvem o programa.

O Custo-Aluno Qualidade Inicial é um mecanismo criado pela campanha Nacional pelo Direito à Educação, que traduz em valores o quanto o Brasil precisa investir por aluno ao ano, em cada etapa e modalidade da educação básica pública, para garantir um padrão mínimo de qualidade do ensino.

Entretanto, o Parecer CNE/CEB nº 8/2010, que considera o CAQi como referência para a construção da matriz de padrões mínimos de qualidade para a educação básica pública no Brasil, ainda não foi homologado pelo Ministério da Educação. E embora a implementação do CAQi esteja prevista como estratégia do PNE, a ser executada no prazo de dois anos de sua vigência, ele ainda não foi efetivado. Não se justifica, portanto, o uso do CAQi como referência no programa.

Entendemos, além disso, que não seria recomendável mencionar a Meta 6 do PNE no objetivo do programa, uma vez que vários itens que constam nesse objetivo estão relacionados com outras metas do PNE (o item “estruturar o ensino médio” pode ser associado com a Meta 3, que trata do ensino médio; o item “avaliar a qualidade do ensino do sistema público de educação”, com Meta 7, que trata da qualidade da educação básica; e assim por diante).

Cumpre-nos informar que nas reuniões realizadas com o Poder Executivo para discussão e negociação das alterações a serem propostas no PPAG, representantes da Secretaria de Estado de Educação solicitaram a substituição da expressão “educação integral”, contida no objetivo do Programa 214 por “na perspectiva da educação integral e integrada”.

Diante de todas essas considerações, a comissão entendeu que a proposta de ação legislativa em análise deve ser acolhida na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 139/2016 na forma das emendas ao Projeto de Lei nº 3.819/2016 anexas.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2016.

Marília Campos, presidente – Rogério Correia, relator – Doutor Jean Freire.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 214 – EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA

Mudança de objetivo:



Para: AUMENTAR O TEMPO DE PERMANÊNCIA DIÁRIA DOS ALUNOS NAS ESCOLAS, INCLUSIVE OS ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIEDUCATIVA, na perspectiva da educação integral e integrada, ATINGIR O NÍVEL RECOMENDADO DE PROFICIÊNCIA POR MEIO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA), ESTRUTURAR O ENSINO MÉDIO, MAIS PARTICIPATIVO, POSSIBILITANDO A MOBILIZAÇÃO SOCIAL E EMANCIPAÇÃO DOS JOVENS (DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO), PROVER O ENSINO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE, DE FORMA A AMPLIAR O ACESSO E AS TAXAS DE PROFICIÊNCIA (DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL), AVALIAR A QUALIDADE DO ENSINO DO SISTEMA PÚBLICO DE EDUCAÇÃO (SIMAVE) E FORTALECER A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO, garantida, em cada um dos itens desse objetivo, a participação da comunidade escolar.

Justificativa: A alteração proposta na finalidade do programa visa ampliar a concepção de educação integral e possibilitar uma abrangente participação da comunidade escolar.

PLE nº 139/2016

Emenda ao PPAG nº 12

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 214 – EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA

Ação: 2067 – ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO ESCOLAR

Mudança de finalidade:

Para: TORNAR A ADM DA REDE ESTADUAL DE ENSINO MAIS EFICIENTE, GARANTINDO VAGA AOS ALUNOS NO EF ATRAVÉS DO CADASTRO ESCOLAR; AMPLIAR O ENSINO MÉDIO NA REDE PÚBLICA; ORGANIZAR O PLANO DE ATENDIMENTO ESCOLAR COM AS SRE, e com a participação da comunidade escolar; AUTORIZAR FUNC. DE ESCOLAS E CURSOS TÉCNICOS E NORMAL; REGULARIZAR A VIDA ESCOLAR DOS ALUNOS; GARANTIR A EXECUÇÃO DO CENSO ESCOLAR DE TODAS AS REDES DE ENSINO DO ESTADO, EM ESPECIAL A ESTADUAL; GERAR E DIVULGAR DADOS DO CENSO ESCOLAR; CONTRIBUIR, COM O SIMADE.

Justificativa: A emenda ora apresentada visa alterar a finalidade da ação para possibilitar a participação da comunidade escolar na organização do plano de atendimento escolar.

PLE nº 139/2016

Emenda ao PPAG nº 13

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 140/2016

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 140/2016, elaborada por grupo de trabalho composto por Geraldo Luís Andrade, da Câmara Municipal de Viçosa, e outros, sugere alterações no Programa 178 – Minas Esportiva – do projeto de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2017.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 10/11/2016, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, pelo grupo que discutiu o tema “Esporte e lazer”, do eixo Saúde e Proteção Social, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada em 11/11/2016.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 19/11/2016, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, ocorreu nesta Casa entre os dias 7 e 11/11/2016. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG: Segurança Pública; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Educação e Cultura; Saúde e Proteção Social; e Infraestrutura e Logística.

Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes sugeriram duas alterações no Programa 178 – Minas Esportiva.

A primeira foi de alterar a Ação 4555 – Bolsa Atleta e Bolsa Técnico –, ampliando a meta física de 2017 em mais 5 profissionais e a meta financeira em mais R\$30.000,00, no território Caparaó, de forma a atender a modalidade de levantamento de peso do Município de Viçosa. Segundo os autores da proposta, esse município foi pioneiro na prática de alto rendimento dessa modalidade esportiva, sediando, inclusive, por vários anos, a Federação Mineira de Levantamento de Peso, com a participação de quatro viçosenses em Olimpíadas.

A segunda sugestão foi no sentido de alterar a finalidade da Ação 4558 – Jogos de Minas –, que passaria a ser “potencializar o esporte de participação em Minas Gerais, em diversas modalidades esportivas olímpicas, não olímpicas e paralímpicas, visando ao aumento da prática esportiva”. Segundo os autores, os antigos Jogos Mineiros do Interior – Jimi –, que tinham por objetivo o esporte de participação, contavam com atletas de mais de 300 municípios. No entanto, segundo os proponentes, a transformação dos Jimi em Jogos de Minas, com a finalidade de potencializar o esporte de alto rendimento, fez com que o número de atletas caísse drasticamente e apenas 88 municípios participassem.

No que concerne à primeira sugestão, entendemos ser pertinente o pedido. A Bolsa Atleta é concedida àqueles que se habilitam, nos termos de edital específico. Esse edital é publicado no mês de agosto, o que importa dizer que a meta física e financeira constante do PPAG é direcionada e específica. No entanto, isso não impede que as mesmas sejam ampliadas para atender, a partir de agosto de 2017, os possíveis pretendentes da modalidade de levantamento de peso do território Caparaó. Vale lembrar que o edital é por região de desenvolvimento e não por município.

Em relação à segunda sugestão, também consideramos pertinente. Os Jimi sempre foram um programa de integração entre municípios do interior, que tinha por finalidade desenvolver o intercâmbio social e esportivo, difundir a prática das várias modalidades esportivas e dar oportunidade aos jovens valores do esporte. Sua alteração para esporte de alto rendimento não trouxe o resultado esperado, tanto que a Secretaria de Esportes – Seesp – já está trabalhando na hipótese do retorno dos Jimi.

Assim, após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que elas devem ser acolhidas na forma de emendas ao Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, e ao Projeto de Lei nº 3.820/2016, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2017.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 140/2016 na forma das emendas aos Projetos de Lei nºs 3.819 e 3.820/2016 anexas.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2016.

Marília Campos, presidente – Rogério Correia, relator – Doutor Jean Freire.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 178 - MINAS ESPORTIVA -

Ação: 4555 - BOLSA-ATLETA E BOLSA TÉCNICO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeira s 2019
Alto Jequitinhonha	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Caparaó	7	42.000,00	7	42.000,00	7	42.000,00
Central	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Mata	6	25.000,00	0	25.002,00	0	25.005,00
Médio e Baixo Jequitinhonha	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Metropolitano	69	518.000,00	0	518.013,00	0	518.027,00
Mucuri	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Multiterritorial	0	378.000,00	120	378.038,00	120	378.076,00
Noroeste	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Norte	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Oeste	7	28.000,00	0	28.002,00	0	28.006,00
Sudoeste	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sul	14	85.000,00	0	85.008,00	0	85.017,00
Triângulo Norte	9	89.000,00	0	89.009,00	0	89.018,00
Triângulo Sul	1	12.000,00	0	12.002,00	0	12.003,00
Vale do Aço	1	3.000,00	0	3.000,00	0	3.000,00
Vale do Rio Doce	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Vertentes	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 30.000,00

PLE nº 140/2016

Emenda ao PPAG nº 7

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.819/2016

Programa: 178 - MINAS ESPORTIVA -

Ação: 4558 - JOGOS DE MINAS GERAIS

Mudança de finalidade:

Para: POTENCIALIZAR O ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO EM MINAS GERAIS, EM DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS OLÍMPICAS, NÃO OLÍMPICAS E PARALÍMPICAS, VISANDO O AUMENTO DA PRÁTICA ESPORTIVA.

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)



Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Multiterritorial	6.000	1.635.000,00	7.000	1.635.000,00	8.000	1.635.000,00

PLE nº 140/2016

Emenda ao PPAG nº 8

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.820/2016

Acréscimo:

UO beneficiada: 1671 - Secretaria de Estado de Esportes

Ação: Bolsa-Atleta e Bolsa Técnico - Atender mais 5 Atletas da Modalidade de Levantamento de Peso.

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 30.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 30.000,00

PLE nº140/2016

Emenda Orçamentária nº 3

Emenda ao PPAG nº 7

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 141/2016

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 141/2016, de autoria de grupo de trabalho composto por Geraldo Luís Andrade, da Câmara Municipal de Viçosa, e outros, sugere alterações no Programa 189 – Incentivo ao Esporte – do projeto de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2017.

A proposta foi elaborada coletivamente no dia 10/11/2016, em Belo Horizonte, durante o processo de discussão participativa da proposta de revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017 pelo grupo que discutiu o tema “Esporte e Lazer”, do eixo Saúde e Proteção Social, e apresentada pelo grupo em audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, realizada em 11/11/2016.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 19/11/2016, vem a proposta a esta comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 3.819/2016, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2016-2019 para o exercício de 2017, ocorreu nesta Casa entre os dias 7 e 11/11/2016. Em cada dia foi discutido um dos eixos temáticos que organizam os programas do PPAG: Segurança Pública; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Educação e Cultura; Saúde e Proteção Social; e Infraestrutura e Logística.



Com o suporte informacional de técnicos dos Poderes Executivo e Legislativo, os participantes sugeriram as seguintes alterações no Programa 189 – Incentivo ao Esporte:

- alterar a meta física da Ação 4138 – Promoção do Esporte Indígena –, incluindo mais um evento;
- alterar a meta financeira da Ação 4138 – Promoção do Esporte Indígena – para R\$600.000,00.

Segundo os proponentes, tendo em vista que esse evento já está na sua quinta edição e que promove o fortalecimento e a integração dos povos indígenas, seria válida a ampliação do número de eventos para dois e dos recursos destinados para eles.

As demais sugestões foram apresentadas na forma de recomendações. A primeira, solicitando seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado da Fazenda ofício para que os recursos advindos da utilização do espaço esportivo Jornalista Felipe Drummond (Mineirinho) sejam destinados, em sua integralidade, para a Ação 4504 – Gerenciamento de Estruturas Esportivas – e a Ação 4507 – Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos – dos Programas 178 e 189, respectivamente, como forma de evitar que os referidos recursos sejam acrescidos ao “caixa único” do Estado. A segunda, solicitando aos membros da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude a realização de audiência pública para debater a criação de rubrica própria no orçamento ou a criação de fonte de recurso com vinculação específica, que viabilize o direcionamento dos recursos gerados pelo espaço esportivo Jornalista Felipe Drummond (Mineirinho) para a manutenção e investimento do próprio espaço. A terceira, para que seja criado um espaço para treinamento dos atletas indígenas em cada aldeia, pois a inexistência dessa estrutura vem acarretando prejuízos aos participantes dos Jogos Indígenas. A quarta recomendação, para que se proceda à reforma do Parque Municipal de Esportes de Viçosa.

No que concerne à primeira sugestão, entendemos que a realização dos jogos indígenas, em sua própria concepção, visa a contemplar todos os povos de todas as tribos indígenas. Assim, a meta física da Ação 4138 – Promoção do Esporte Indígena – atende a finalidade a que se propõe. No entanto, tendo como referência as ações desenvolvidas nos anos anteriores, a meta financeira está muito aquém do necessário, e julgamos procedente o acréscimo de R\$199.000,00 a essa meta.

Somos, portanto, pelo acolhimento das três primeiras recomendações na forma de requerimento. Quanto à quarta recomendação, parece-nos que deva ser acolhida na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 3.820/2016, que dispõe sobre o orçamento do Estado, uma vez que se encaixa inteiramente no escopo da Ação 4507 – Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos – do Programa 189, cuja finalidade é atender as várias instalações esportivas do interior de Minas Gerais, conhecidas como Praças de Esportes. Essas instalações são criadas com recursos financeiros do Estado em espaço físico cedido pelos municípios e são administradas pela municipalidade ou por associação civis sem fins lucrativos.

Assim, após realizar estudo de viabilidade das sugestões, esta comissão entendeu que a proposta de ação legislativa em análise deve ser acolhida na forma de requerimentos com pedido de providências à Comissão Esportes, Lazer e Juventude, desta Casa, e às Secretarias de Estado do Planejamento e Gestão, da Fazenda e de Esportes e também na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 3.820/2016, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2017.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 141/2016 na forma de emenda ao Projeto de Lei nº 3.820/2016 e dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2016.

Marília Campos, presidente – Rogério Correia, relator – Doutor Jean Freire.

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.820/2016

Acréscimo:



UO beneficiada: 1671 - Secretaria de Estado de Esportes

Ação: Promoção do Esporte Indígena

Objeto do gasto: Genérico

Categoria Econômica: DESPESAS CORRENTES Valor: R\$ 199.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 199.000,00

Emenda Orçamentária nº 45

PLE nº 141

EMENDA Nº ... AO PROJETO DE LEI Nº 3.820/2016

Acréscimo:

UO beneficiada: 1671 - Secretaria de Estado de Esportes

Ação: Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos - Reforma do Parque Municipal de Esportes de Viçosa (Conhecida Também Como Praça de Esportes Ou Associação Esportiva Viçosense - AEV).

Objeto do gasto: Específico

Categoria Econômica: DESPESAS DE CAPITAL Valor: R\$ 130.000,00

Dedução:

UO deduzida: 1991 - Reserva de Contingência

Ação: Reserva de Contingência

Categoria Econômica: A CLASSIFICAR Valor: R\$ 130.000,00

Emenda Orçamentária nº 7

PLE nº 141

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Esportes, Lazer e Juventude:

A Comissão de Participação Popular, em atendimento à Proposta de Ação Legislativa nº 141/2016, de autoria de Geraldo Luís Andrade, da Câmara Municipal de Viçosa, e outros, requer a V.Exa., nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater a criação de fonte de recurso com vinculação específica que viabilize o direcionamento dos recursos gerados pelo espaço esportivo "Jornalista Felipe Drummond" (Mineirinho) para a manutenção e investimento do próprio espaço.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, em atendimento à Proposta de Ação Legislativa nº 141/2016, de autoria de Geraldo Luís Andrade, da Câmara Municipal de Viçosa, e outros, requer a V.Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ofício à



Secretaria de Estado de Planejamento solicitando que os recursos advindos da utilização do espaço esportivo Jornalista Felipe Drummond (Mineirinho) sejam destinados, em sua integralidade, à Ação 4504 – Gerenciamento de Estruturas Esportivas – e à Ação 4507 – Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos – dos Programas 178 e 189, respectivamente, como forma de evitar que os referidos recursos sejam acrescidos ao “caixa único” do Estado.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, em atendimento à Proposta de Ação Legislativa nº 141/2016, de autoria de Geraldo Luís Andrade, da Câmara Municipal de Viçosa, e outros, requer a V.Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ofício à Secretaria de Estado da Fazenda solicitando que os recursos advindos da utilização do espaço esportivo Jornalista Felipe Drummond (Mineirinho) sejam destinados, em sua integralidade, à Ação 4504 – Gerenciamento de Estruturas Esportivas – e à Ação 4507 – Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos – dos Programas 178 e 189, respectivamente, como forma de evitar que os referidos recursos sejam acrescidos ao “caixa único” do Estado.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, em atendimento à Proposta de Ação Legislativa nº 141/2016, de autoria de Geraldo Luís Andrade, da Câmara Municipal de Viçosa, e outros, requer a V.Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ofício à Secretaria de Estado de Esportes solicitando que os recursos advindos da utilização do espaço esportivo Jornalista Felipe Drummond (Mineirinho) sejam destinados, em sua integralidade, à Ação 4504 – Gerenciamento de Estruturas Esportivas – e à Ação 4507 – Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos – dos Programas 178 e 189, respectivamente, como forma de evitar que os referidos recursos sejam acrescidos ao “caixa único” do Estado.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

REQUERIMENTO .../...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, em atendimento à Proposta de Ação Legislativa nº 141/2016, de autoria de Geraldo Luís Andrade, da Câmara Municipal de Viçosa, e outros, requer a V.Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ofício à Secretaria de Estado dos Esportes solicitando que seja criado um espaço para treinamento dos atletas indígenas em cada aldeia, pois a inexistência dessa estrutura vem acarretando prejuízos aos atletas participantes dos Jogos Indígenas.

Sala das Reuniões, ... de de 2016.

Deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.480/2016**Comissão de Cultura****Relatório**

De autoria do deputado Paulo Lamac, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Amigos de Irmã Benigna Vítima de Jesus, com sede no Município de Sete Lagoas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Amigos de Irmã Benigna Vítima de Jesus, com sede no Município de Sete Lagoas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a realização da filantropia.

Na consecução desse propósito, a instituição realiza ações filantrópicas; colabora com entidades conveniadas, a fim de aprimorar suas atividades; e propicia encontros, fóruns, seminários e cursos para debater e indicar soluções às questões de interesse da associação.

Ao analisar a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou emenda com o fim de adequar o nome da entidade ao consubstanciado em seu estatuto, com a qual concordamos.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida instituição em prol da população de Sete Lagoas, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.480/2016, em turno único, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2016.

Thiago Cota, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.597/2016**Comissão de Cultura****Relatório**

De autoria do deputado João Vítor Xavier, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Cultural Coral “Os Canarinhos de Itabirito”, com sede no Município de Itabirito.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Cultural Coral “Os Canarinhos de Itabirito”, com sede no Município de Itabirito, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão da cultura musical.

Na consecução desse propósito, a instituição realiza apresentações artísticas; organiza cursos de música e canto; e promove ações de assistência social.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade em prol da cultura no Município de Itabirito, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.597/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2016.

Wander Borges, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.620/2016

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do deputado Paulo Lamac, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Sociedade Musical de São Geraldo, com sede no Município de São Geraldo.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Sociedade Musical de São Geraldo, com sede no Município de São Geraldo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão de atividades relacionadas à música.

Na consecução desse propósito, a instituição mantém banda de música; oferta cursos voltados ao ensino da música; promove atividades de aperfeiçoamento dos músicos; e realiza apresentações recreativas em praças locais.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade em prol do desenvolvimento cultural do Município de São Geraldo, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.620/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2016.

Tadeu Martins Leite, relator.



PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.705/2016

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Núcleo de Estudos da Cultura Popular, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública o Núcleo de Estudos da Cultura Popular, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo o fortalecimento do setor cultural do município.

Na consecução desse propósito, a instituição fomenta todas as formas de manifestações e expressões culturais; preserva e protege bens materiais e imateriais; oferta cursos de capacitação profissional e de qualificação; realiza eventos culturais; edita livros, revistas, cartilhas, jornais, boletins e similares; e produz recursos audiovisuais visando à promoção cultural e educativa.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade em prol da cultura no Município de Belo Horizonte, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.705/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 2016.

Wander Borges, relator.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 28/11/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Samira Eliza Vital Teixeira, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Léo Portela;

nomeando Rute Tortieri Coelho, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Léo Portela.

Nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009 e 2.610, de 2/3/2015, assinou os seguintes atos:

designando Eduardo de Queiroz Braga para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Tecnologia da Informação.



AVISO DE LICITAÇÃO

Convite nº 3/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 216/2016

Objeto: aquisição de vestuário feminino para apresentadoras e repórteres da TV Assembleia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que será realizada no dia 5/12/2016, às 10 horas, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, sessão pública para a abertura dos envelopes de preços prevista no item 6 da carta-convite do processo em epígrafe.

Belo Horizonte, 28 de novembro de 2016.

Larissa Alves Cabral, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 96/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 217/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 13/12/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de detectores de metal.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 28 de novembro de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 102/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 224/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 14/12/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de elementos filtrantes.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 28 de novembro de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



ERRATA

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 146/2016

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/11/2016, na pág. 97, na emenda ao Projeto de Lei nº 3.819/2016, apresentada ao final do parecer, onde se lê:

“Programa: 066 - DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES Ação: 1034 - REDE DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO RODOVIÁRIO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	4	4.001.000,00	0	1.000,00	0	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 4.000.000,00”, leia-se:

“Programa: 066 - DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Ação: 1034 - REDE DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO RODOVIÁRIO

Mudança de regionalização para: Metas por território (R\$1,00)

Território	Físicas 2017	Financeiras 2017	Físicas 2018	Financeiras 2018	Físicas 2019	Financeiras 2019
Metropolitano	4	4.451.000,00	0	1.000,00	0	1.000,00

Cancelamento Compensatório:

Programa: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Ação: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valor (R\$): 4.450.000,00”.